

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DISSERTAÇÃO**

**A trajetória da intelectual Lúcia Marques Pinheiro e a formação docente no  
Brasil: um estudo sobre a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro  
Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964).**

**Andrea Sales Borges dos Reis**

**Seropédica/RJ  
Novembro, 2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A trajetória da intelectual Lúcia Marques Pinheiro e a formação docente no  
Brasil: um estudo sobre a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro  
Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964).**

**ANDREA SALES BORGES DOS REIS**

*Sob a orientação do Professor*  
**Fernando César Ferreira Gouvêa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

**Seropédica  
Novembro, 2015**

370.711

R375t

Reis, Andrea Sales Borges dos, 1976-

T

A trajetória da intelectual Lúcia Marques Pinheiro e a formação docente no Brasil: um estudo sobre a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964) / Andrea Sales Borges dos Reis - 2015.

118 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 99-107.

1. Professores - Formação - Teses.  
2. Pinheiro, Lúcia Marques, 1916 - Biografia - Teses. 3. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Teses. 4. INEP - Teses. I. Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e  
Demandas Populares (PPGEduc)

**ANDREA SALES BORGES DOS REIS**

**“A trajetória da intelectual Lúcia Marques Pinheiro e a  
formação docente no Brasil: um estudo sobre a Divisão  
de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro  
de Pesquisas Educacionais (1955-1964).”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades sociais e políticas educacionais

Dissertação aprovada em 23/11/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa (Orientador)  
UFRRJ

Profª. Drª. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho  
UFRRJ

Profª. Drª. Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra  
UERJ

Seropédica (RJ)  
Novembro/2015

*Aos meus filhos amados, Leonardo, Yuri e Amanda, com carinho!*

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço à CAPES pelo apoio acadêmico e financeiro concedido, o que possibilitou a construção desta dissertação.

Agradeço também ao apoio acadêmico da UFRRJ, em especial ao PPGEduc.

Um agradecimento especial ao amigo e orientador Fernando César Ferreira Gouvêa, pela orientação impecável. A ele que desde a graduação tem acompanhado minha trajetória acadêmica, apoiando nos momentos difíceis, sempre incentivando a continuar a jornada, e principalmente, por acreditar em meu trabalho...Obrigada, do fundo do meu coração!!!

A querida amiga, professora e orientadora do PROIC, Liliane Sanchez, que me acolheu na Iniciação Científica e propiciou o despertar do gosto pela pesquisa. Foram suas reflexões filosóficas sobre a Educação que me levaram à Escola Guatemala e, conseqüentemente, à Lúcia Marques Pinheiro, objeto de estudo deste trabalho. Obrigada, Lili!!!

A professora Maria Angélica, que foi a co-orientadora de minha Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e que desde então tem auxiliado nas reflexões sobre a formação docente.

A professora. Lia Faria que através da Disciplina Estudos Avançados em História da Educação, realizada como aluna especial, no PROPED/UERJ, convidou-me a integrar o Laboratório Educação e República – LER.

A professora Amália Dias, pelo carinho e pela inspiração que causa por ser tão jovem e ter abarcado tantas experiências no campo acadêmico. Obrigada também pelas indicações de leituras, elas me ajudaram na desconstrução das certezas emanadas pela História no Ensino Médio.

A todos os colegas da Turma 2014 do PPGEduc/UFRRJ, pelas reflexões durante as aulas, pela alegria e amizade.

Aos meus pais, Adelaide e Fernando (*in memoriam*), pelo amor, cuidado e incentivo para o estudo, desde a mais tenra infância. Nesse quesito devo minha gratidão também à minha tia Emília, que tenho certeza, estaria vibrando de alegria junto a mim.

À minha amada irmã Aline, mas em especial, à Angélica, que costumo dizer: “foi um anjo que Deus colocou em minha vida”. É ela quem me dá todo suporte prático e emocional para continuar buscando meus sonhos. Irmãs...amo vocês!

Ao meu companheiro de todas as horas, meu amigo e marido Álvaro, pelo apoio e pela disponibilidade... até mesmo no auxílio para digitalização dos documentos pessoais usados neste trabalho. Muito obrigada, querido!

**Tempo Perdido**  
(Legião Urbana)

Todos os dias quando acordo  
Não tenho mais  
O tempo que passou  
Mas tenho muito tempo  
Temos todo o tempo do mundo

Todos os dias  
Antes de dormir  
Lembro e esqueço  
Como foi o dia  
Sempre em frente  
Não temos tempo a perder

Nosso suor sagrado  
É bem mais belo  
Que esse sangue amargo  
E tão sério  
E selvagem, selvagem  
Selvagem!

Veja o sol  
Dessa manhã tão cinza  
A tempestade que chega  
É da cor dos teus olhos  
Castanhos

Então me abraça forte  
E diz mais uma vez  
Que já estamos  
Distantes de tudo  
Temos nosso próprio tempo  
Temos nosso próprio tempo  
Temos nosso próprio tempo

Não tenho medo do escuro  
Mas deixe as luzes  
Acesas agora  
O que foi escondido  
É o que se escondeu  
E o que foi prometido  
Ninguém prometeu  
Nem foi tempo perdido  
Somos tão jovens  
Tão jovens  
Tão jovens!



## Resumo

REIS, Andrea Sales Borges dos. **A trajetória da intelectual Lúcia Marques Pinheiro e a formação docente no Brasil: um estudo sobre a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964)**. Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa. Departamento de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015

Palavras-chave: Formação docente; Trajetória; Experimentalismo; INEP/CBPE/DAM.

Durante o recorte de tempo (1955-1964), destaca-se a atuação de Anísio Teixeira (1900-1971) frente às Instituições de maior relevância para a educação no país: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES- 1951 a 1964) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP – 1952 a 1964). Fortemente influenciado pela filosofia educacional experimentalista de Dewey, assumiu a direção do INEP, após trágica morte de acidente aéreo de Murilo Braga, diretor do órgão, e dinamizou suas funções no âmbito do magistério nacional, criando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). A professora Lúcia Marques Pinheiro foi responsável pela organização dos cursos oferecidos a professores, a administradores, a orientadores e a especialistas em educação. A Escola Guatemala vinculada ao INEP/CBPE/DAM, por uma parceria entre a prefeitura do Distrito Federal (à época Rio de Janeiro) com o MEC passou a se constituir como órgão de experimentação para o aperfeiçoamento do magistério. Eram realizados cursos com o objetivo de proporcionar aos professores, acesso às novas metodologias de ensino, bem como favorecer a prática docente pautada em estudos científicos realizados no âmbito das ciências sociais. Tratava-se de estimular o 'espírito científico' no âmbito do magistério. Nesse sentido, questionamos: Qual o legado desta intelectual que atuou como Coordenadora de Cursos do INEP e como Diretora da DAM? De que forma se deu sua atuação frente aos cursos cujo objetivo era disseminar a prática pedagógica experimentalista? O objetivo desta pesquisa é investigar a sua trajetória, as suas concepções pedagógicas e a sua gestão à frente de tão significativas instituições para a formação de professores do Brasil. A metodologia de cunho qualitativo com os aportes da História Cultural e da História Política presidirá esta investigação de caráter bibliográfico, documental e histórico. Tratar-se-á de estudar os impressos, livros, periódicos, teses, dissertações e arquivos de documentação sobre o INEP, existentes no Arquivo Anísio Teixeira do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), as publicações do INEP/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), incluídas a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e o Boletim do CBPE, bem como arquivo remanescente do CBPE, que se encontra no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialmente, os arquivos pessoais de Lúcia Marques Pinheiro que se encontram na Associação Brasileira de Educação (ABE), do qual consultamos e recebemos a autorização para digitalização. Outra fonte primária que tem nos auxiliado no mapeamento cronológico de sua atuação, são 93 edições do Diário Oficial da União. Fonte essa que traz informações importantes, desde o seu ingresso (1937) até a sua aposentadoria (1987) no sistema público de ensino.

## Abstract

REIS, Andrea Sales Borges dos. **The trajectory of intellectual Lucia Marques Pinheiro and teacher training in Brazil: a study of the Brazilian Center of Teaching Improvement Division of Educational Research (1955-1964)**. Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa. Departamento de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015

Keywords: Teacher education; History; Experimentalism; INEP / CBPE / DAM.

During cutting time (1955-1964), stands out Teixeira of operation (1900-1971) facing the most relevant institutions for education in the country: The Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES- 1951 1964) and the National Institute of Educational Studies and Research (INEP - 1952-1964). Heavily influenced by the experimentalist educational philosophy of Dewey, took over the INEP, after the tragic death of air accident Murilo Braga, director of the agency, and has streamlined its functions under the national teaching, creating the Brazilian Center for Educational Research (CBPE) and the Magisterium Improvement Division (DAM). Professor Lucia Marques Pinheiro was responsible for organizing the courses offered to teachers, administrators, counselors and the education experts. The School Guatemala linked to INEP / CBPE / DAM, by a partnership between the city government of the Federal District (then Rio de Janeiro) with MEC began to represent as experimental body for the improvement of teaching. Courses were held in order to provide teachers access to new teaching methodologies, and to promote the teaching practice based on scientific studies in the social sciences. It was stimulating 'scientific spirit' within the teaching profession. In this sense, we ask: What is the legacy of this intellectual who served as Course Coordinator of INEP and as Director of DAM? How was given front role to courses whose aim was to spread the experimentalist pedagogical practice? The objective of this research is to investigate their history, their pedagogical conceptions and its management ahead of such significant institutions for teacher training in Brazil. The qualitative study methodology with the contributions of Cultural History and Political History chair this bibliographical research, documentary and history. It will try to study the printed books, journals, theses, dissertations and documentation files on the INEP, existing on the File Teixeira of the Center for Research and Contemporary History Documentation Brazil (CPDOC) / Getúlio Vargas Foundation (FGV ), the publications of INEP / Brazilian Center for Educational Research (CBPE), including the Journal of Pedagogical Studies and the Bulletin CBPE and remaining file CBPE, which is on the campus of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ ). Especially the personal files of Lucia Marques Pinheiro found on Brazilian Education Association (ABE), which we consulted and received permission to scan. Another primary source that has supported our chronological mapping of its operations, are 93 editions of the Official Gazette. Source one that brings important information from your ticket (1937) until his retirement (1987) in the public school system.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

### Figuras

<b>Figura 1</b> – Noticiário sobre a formatura de Lúcia Marques Pinheiro.....	20
<b>Figura 2</b> – Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, Lúcia Pinheiro e outros na inauguração do CBPE .....	50
<b>Figura 3</b> – Anísio Teixeira, Lúcia Pinheiro (à esquerda) e outros na inauguração do CBPE .....	51
<b>Figura 4</b> – Capas de algumas das pesquisas realizadas por Lúcia Pinheiro .....	69
<b>Figura 5</b> – Capas de programas experimentais realizados por Lúcia Pinheiro.....	70
<b>Figura 6</b> – Carta de Anísio Teixeira a Antônio Ferreira de Oliveira Brito .....	86
<b>Figura 7</b> - Carta de Lúcia Marques Pinheiro a Anísio Teixeira .....	87
<b>Figura 8</b> - Carta de Lúcia Pinheiro ao Gabinete do Ministro da Educação .....	91

### Quadros

<b>Quadro 1</b> - Estrutura do INEP durante a gestão de Anísio Teixeira.....	49
<b>Quadro 2</b> – Representação da atribuição e controle de problemas educacionais .....	55
<b>Quadro 3</b> – Cronologia da trajetória acadêmica e profissional de Lúcia Pinheiro entre os anos 1936-1964 .....	65

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

**ABE** – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

**ANL** – ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

**CALDEME** – CAMPANHA DO LIVRO DIDÁTICO E MANUAIS DE ENSINO

**CAPEB** – CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR

(Atualmente, denominada COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR)

**CBPE** – CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

**CEDERJ** – CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTANCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CILEME** – CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS DO ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR

**CPDOC** – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

**CRPE's** – CENTROS REGIONAIS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

**DAM** – DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

**DASP** – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

**DDIP** – DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICAÇÕES

**DEPE** – DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

**DEPS** – DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS

**DOU** – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

**FGV** – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

**GEPHUR** – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO JANEIRO

**INEP** – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

(Atualmente, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA)

**INP** – INSTITUTO NACIONAL DE PEDAGOGIA

**LDBEN** – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

**LSN** – LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

**MEC** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**MES** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**MESP** – MINISTÉRIO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICA

**PCB** –PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

**PROIC** – PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**PSD** –PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

**PTB** –PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

**UDF** – UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

**UDN** –UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

**UFRJ** – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**UFRRJ** – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**UNE** –UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

**UNESCO** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	18
<b>O início de um longo caminho</b> .....	18
1.1 – As circunstâncias e o contexto histórico da sua formação .....	19
1.2 – ...tinha um mestre no meio do caminho.....	31
<b>CAPÍTULO II</b> .....	42
<b>A chegada de Lúcia Marques Pinheiro no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP</b> .....	42
2.1 – Marcos da História do Inep (1937-1964) .....	42
2.2 – O Inep na gestão de Anísio Teixeira: duas instituições que se entrelaçam .....	44
2.3 – O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE.....	45
2.4 – Lúcia Marques Pinheiro na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos –RBEP...52	
2.4.1- O pensamento de Lúcia no período que retrata a primeira fase da RBP....54	
2.5 - A Coordenação de Cursos do INEP: inspiração para Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério? .....	58
2.6 – O Enfraquecimento do CBPE: entre os anos 1961-1964 .....	63
<b>CAPÍTULO III</b> .....	76
<b>A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério – DAM</b> .....	76
3.1 – O <i>locus</i> de atuação da DAM: a escola experimental nº 1 – Escola Guatemala.....	78
3.2 – O programa de aperfeiçoamento de professores.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	99
<b>ANEXO A</b> .....	108

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema e objeto de estudo desta pesquisa tem a sua origem no Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, especificamente durante as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PROIC), buscamos investigar os sentidos e desafios da formação docente nas modalidades de ensino presencial nos cursos de licenciatura da UFRRJ e à distância do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - Consórcio CEDERJ. Nesse sentido, como foco principal, o estudo<sup>1</sup> pretendeu entender como os futuros docentes percebem esta profissão

[...] que por um lado traz na sua história a representação de um status de nobreza e de virtuosidade, mas que por outro lado, vem sendo desvalorizada ao longo do tempo. Essa desvalorização se reflete em salários defasados, salas de aula superlotadas, no desdobramento da jornada diária de trabalho do professor, dentre outras situações complicadas que ameaçam o investimento nessa carreira. (REIS, 2012, p.1)

A História da Educação sempre representou para mim um campo instigante, configurando-se impulsionador do desejo em desvelar a sua trajetória, bem como dos personagens que a compõem. Durante os estudos e elaboração do trabalho monográfico, deparei-me com um texto de Saviani (2008, p. 3) que reflete bem o meu pensamento e justifica a minha vontade de enveredar por estes caminhos:

[...] é pela história que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos ao mesmo tempo o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano.

Senti-me feliz ao receber da Banca avaliadora do trabalho monográfico recomendações para permanecer no campo da historiografia da educação brasileira e, logo após, sendo convidada a integrar o Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, das Instituições Educativas e dos Movimentos Sociais – GEPHUR.

---

<sup>1</sup> Monografia de conclusão de curso defendida em 2012 e intitulada: “Estudo comparativo sobre os sentidos e desafios da formação docente no ensino presencial e no ensino à distância”, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Liliane Barreira Sanchez. Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Para fundamentar a contextualização histórica do referido trabalho monográfico, apoiou-me nos seguintes teóricos: Azevedo (1976); Belloni (1998); Julia (1981); Nóvoa (1991); Saviani (2008) e Tanuri (1979).

Foi através destes estudos que identifiquei a atuação do intelectual Anísio Spínola Teixeira (1900-1971)<sup>2</sup>. Ele esteve à frente das Instituições de maior relevância para a educação no país: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-1951 a 1964) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP – 1952 a 1964). Ambas alojadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Teixeira era influenciado pela filosofia educacional – o experimentalismo<sup>3</sup> de Dewey<sup>4</sup>. Assumiu a direção do INEP, após trágica morte de acidente aéreo de Murilo Braga, diretor do órgão, dinamizando suas funções no âmbito do magistério nacional, criando em 1955 o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e, no interior do mesmo, a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM).

Entre os anos 1955-1964 o INEP/CBPE/DAM articulou uma parceria com a prefeitura do Distrito Federal (atualmente, Rio de Janeiro) e a Escola Guatemala passou a se constituir como órgão de experimentação para o aperfeiçoamento do magistério. Eram oferecidos cursos que tinham como objetivo principal proporcionar aos professores acesso às novas metodologias de ensino, bem como favorecer a prática docente pautada em estudos científicos realizados no âmbito das Ciências Sociais. A responsável pela organização dos cursos foi a professora Lúcia Marques Pinheiro. Tal fato instigou-me a investigar quem foi esta intelectual.

Pensando a continuidade da pesquisa iniciada em meu referido trabalho monográfico, percebi que não houve ainda a devida exploração historiográfica na educação brasileira quanto ao papel de Lúcia Marques Pinheiro no âmbito da formação de professores no Brasil. Nesse sentido, busco investigar a sua trajetória frente à Divisão de Aperfeiçoamento do

---

<sup>2</sup> Doravante, Anísio Teixeira.

<sup>3</sup> O pensamento filosófico de John Dewey é um dos responsáveis pelo desencadeamento na educação do movimento de renovação das ideias e das práticas pedagógicas conhecidas como Escola Nova. Encontrando seu apogeu na primeira metade do século XX, a Escola Nova foi responsável por uma significativa mudança na chamada educação tradicional, que por sua vez era muito rigorosa, disciplinar e centrada no universo conceitual dos conhecimentos, que eram concebidos fora de qualquer finalidade utilitária. Disponível em < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art11\\_35.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art11_35.pdf)> Acesso em 04 fev 2015.

<sup>4</sup> Dewey teve uma longa trajetória de vida, faleceu em 1952. Ao longo de uma existência de 92 anos produziu inúmeros trabalhos acadêmicos. Destaca-se, entre as muitas obras, “Democracia e Educação”, de 1916, texto de grande importância para o pensamento pedagógico deweyano. Já para a noção de pensamento reflexivo, é de fundamental importância o livro “Como Pensamos”, publicado por Dewey em 1933. Disponível em < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art11\\_35.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art11_35.pdf)> Acesso em 04 fev 2015.



Magistério – DAM, divisão que compunha a estrutura do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, órgão do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP no recorte de tempo de 1955 a 1964.

Nesse contexto, cabe investigar: qual o legado desta intelectual? De que forma se deu sua atuação frente aos cursos para professores com o objetivo de disseminação da prática pedagógica experimentalista? Trata-se de investigar as suas concepções pedagógicas e a sua gestão à frente de tão significativas instituições para a formação de professores do Brasil, em específico no âmbito do Ministério da Educação nos anos 1950 e 1960, na Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Na tentativa de elucidar tal problema de pesquisa, elencamos alguns objetivos específicos, que nos apoiarão no sentido de orientar os caminhos a serem percorridos:

1. Compreender a estrutura e a organização do Ministério da Educação nos anos 1950 e 1960.
2. Estudar as instituições criadas neste mesmo período e voltadas para a formação de professores.
3. Analisar a atuação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais no referido arco de tempo.
4. Desvelar o papel do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais neste mesmo período.
5. Investigar a atuação da intelectual Lúcia Marques Pinheiro no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

A metodologia de cunho qualitativo com os aportes da História Cultural e da História Política presidirá esta investigação de caráter bibliográfico, documental e histórico. Tratar-se-á de estudar os impressos, livros, periódicos, teses, dissertações e arquivos de documentação sobre o MEC/INEP/CBPE existentes no Arquivo Anísio Teixeira do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), as publicações do INEP/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), incluídas a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e o Boletim do CBPE, bem como arquivo remanescente do CBPE, que se encontra no *campus* da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ). Especialmente, os arquivos pessoais de Lúcia Marques Pinheiro que se encontram na Associação Brasileira de Educação (ABE).

Para melhor compreensão dos fatos ocorridos ao longo do tempo, sobretudo tentando cruzar informações obtidas através de publicações em periódicos; pesquisa documental; da leitura de livros e trabalhos que contextualizam as ações do INEP, seus atores e suas intervenções na educação brasileira, este trabalho será estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos apresentar as experiências de Lúcia Pinheiro em meio a acontecimentos marcantes na historiografia brasileira. É importante ressaltar que foi um desafio trazê-la juntamente ao o panorama político e social, pois a concepção histórica que tínhamos dos fatos estava restrita aos livros didáticos, por ocasião do Curso Normal – Ensino Médio, concluído no ano de 1993. Tal esforço foi oportuno e enriquecedor, porque trouxe a apreensão de muitos pontos que haviam ficado para trás, junto a essa formação. Ademais, suscitou interesses, desconstruiu certezas. Justificamos ainda, que não se trata de detalhar exasperadamente a História do Brasil, mas trazer alguns pontos que possibilitem ao leitor uma percepção sobre o ambiente em que Pinheiro construiu sua identidade profissional. De maneira especial, a convivência acadêmica e profissional entre Lúcia Pinheiro e Anísio Teixeira. Assim sendo, abordamos neste capítulo, o encontro da aluna com o mestre traçando os caminhos percorridos por ambos, desvelando a atuação de Teixeira nos cargos públicos pelos quais passou.

No segundo capítulo, de forma sucinta, analisaremos a trajetória institucional do INEP, desde a sua criação; a atuação dos três diretores no período de 1937 a 1964, bem como suas estratégias de trabalho, com especial destaque para a atuação e formação político – filosófica de Anísio Teixeira que entendemos ser o principal dinamizador das ações do INEP e também a fonte de inspiração para o trabalho de Lúcia Pinheiro, frente à DAM; a concepção e criação do CBPE, assim como a sua estrutura; breve contextualização histórica da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, seguida da apresentação das pesquisas e publicações de Pinheiro; apresentamos ainda o esvaziamento paulatino da estrutura do CBPE, bem como o apagamento da memória do Centro pelo Golpe civil militar de 1964.

No terceiro capítulo, será estudada a atuação de Lúcia Marques Pinheiro na DAM no período de 1955 a 1964 que corresponde à gestão de Anísio Teixeira, bem como as estratégias da DAM para a renovação do ensino público brasileiro: a Escola Guatemala, como referência – o *locus* de experimentação, dos cursos e reformulação dos métodos de aprendizagem, assim

como o encadeamento dos projetos pensados a partir dos estudos e pesquisas da referida intelectual.

## CAPÍTULO I

### O início de um longo caminho

O foco deste trabalho é a atuação da professora Lúcia Marques Pinheiro entre os anos 1955 a 1964 no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Entretanto, desejamos percorrer os caminhos que remontam há alguns momentos históricos vivenciados por ela. Não é intenção nossa recontar a História, em seus mínimos detalhes, mas situar o leitor a partir do período em que emergiram as suas experiências enquanto estudante do Curso de Formação de Professoras Primárias<sup>5</sup>; seguido, após aprovação em concurso público, de sua inserção como Técnica de Educação do INEP. Momentos esses de construção identitária<sup>6</sup>, portanto, influente em suas opiniões e tomada de decisões frente aos desafios encontrados enquanto diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) do CBPE.

Depreende-se que a construção identitária se dá através dos processos individuais e coletivos. Nesse sentido, as experiências e interações socialmente vivenciadas quer seja no grupo de convívio familiar ou num “grupo externo” do qual o indivíduo deseja se integrar, corroboram para esta construção e socialização real, possibilitando de acordo com as suas subjetividades, a interiorização de “valores, normas, disposições que o torna um ser socialmente identificável” (DUBAR, 1997, p.97)

No artigo *A construção social e histórica da profissão docente*, Xavier (2014, p. 833) ressalta, ainda em Dubar, que

[...] todas as identidades são construções históricas – sociais e de linguagem – e, como tal, são acompanhadas por racionalizações e reinterpretações que às vezes se fazem passar por essências intemporais. Mesmo considerando que a formação da identidade constitui essencialmente um problema de geração, ele alerta que cada geração a constrói com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar. Essa construção identitária adquire uma importância particular nos campos do trabalho, do emprego e da formação, nos quais os indivíduos buscam conquistar o reconhecimento de sua competência profissional, ao mesmo tempo em que participam na atribuição dos status sociais a seus pares.

É importante destacar que Lúcia Marques Pinheiro conviveu acadêmica e profissionalmente com Anísio Teixeira. E, com base nas palavras de Dubar, citado por Xavier

<sup>5</sup> O ensino primário abrangia a faixa etária, aproximadamente, dos 7 aos 12 anos.

<sup>6</sup> Ver: TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme. Différence et démocratie*. Paris: Flammarion, 1994.

(2014), é possível vislumbrar que seu *modus operandi* enquanto diretora da DAM, se manifesta nos indícios de que esses encontros se tornaram o fio condutor do desejo, motivação e engajamento no campo da Educação; do desenvolvimento de suas práticas pedagógicas; e da elaboração de seu “espírito científico”, ou seja, da construção da sua identidade profissional. Pretendemos neste capítulo contextualizar as informações biográficas, acadêmicas e profissionais de Lúcia Marques Pinheiro, atravessados, frequentemente, pelos passos de Anísio Teixeira bem como, pelo encadeamento da historiografia brasileira nos campos político e econômico.

Neste sentido, no dizer de Certeau (2006, p. 65), a “operação historiográfica” a ser realizada não será simples. Buscaremos, em todos os capítulos desta dissertação, a imbricação do contexto histórico, político e educacional com a trajetória acadêmica e profissional de Lúcia Marques Pinheiro por entendermos que são aspectos que estão em diálogo e, portanto, não podem ser interditados na construção de um trabalho que tem na trajetória de uma intelectual a sua motivação. Para além disto, ocorrerá a tentativa de revelar que a intelectual, no que tange à formação de professores, foi uma das principais colaboradoras de Anísio Teixeira no INEP e no CBPE. Desta forma, este ‘feliz’ encontro será trabalhado na mesma perspectiva historiográfica.

### **1.1 – As circunstâncias e o contexto histórico da sua formação**

Lúcia Marques Pinheiro<sup>7</sup>, filha do bancário Antônio Marques Pinheiro e de Alice Gouvêa Marques Pinheiro, nasceu em agosto de 1916. Formou-se professora primária em 1936 no Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal<sup>8</sup> (UDF). A edição 301, p. 23 do Jornal do Brasil de 19 de dezembro de 1936, anunciou que formar-se-iam no dia seguinte, ao lado de Lúcia Pinheiro, outras 75 moças. De acordo com o texto informativo, a cerimônia aconteceria “no próprio Instituto de Educação instalado no suntuoso edifício em estilo colonial da Rua Maris e Barros, onde se realizará, também no mesmo dia, o baile com que as professoras comemoram o feliz término de sua preparação escolar”. Além de outros, o professor Lourenço Filho foi homenageado.

---

<sup>7</sup> Doravante, Lúcia Pinheiro.

<sup>8</sup> Universidade do Distrito Federal (UDF): criada em abril de 1935, pelo decreto municipal nº 5.513. Composta de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes. O principal objetivo da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e "propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular". Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar "os quadros intelectuais do país"

O fragmento de texto retirado do Jornal do Brasil parece ter voz em anunciar o quão notável era formar-se professora naquele tempo histórico; apresenta a relevância da formação docente nos anos de 1936 e nos instiga a investigar e contextualizar os acontecimentos que circundavam essa formação.

## Instituto de Educação

### Formatura das professoras primaria de 1936

Realiza-se hoje, às 21 horas, com a presença das altas autoridades e sob a presidência do professor Fernando Nerbo de Sampalo, diretor do Instituto de Educação, a solenidade da formatura das professoras primárias que terminaram o curso respectivo na Escola de Educação, do studido Instituto, pertencente à Universidade do Distrito Federal. A cerimonia se efetuará no proprio Instituto de Educação, instalado no auntuoso edificio em estilo colonial da rua Maria e Barros, onde se realizará, tambem, no mesmo dia, a partir das 23 horas, e halle com que as professorandas comemoram o feliz termino de sua preparação escolar.

Falará, em nome da turma, composta de 76 moças, a diplomanda Heloisa Hardman do Vale. Será paranzinho o professor Mario de Brito e serão homenageados os professores Alfredina de Falva e Sousa, Carlos Delgado de Carvalho, Carlos Sá, Colção de Barros Barreto, Elvira Nizynska da Silva, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Matilde Cirne Bruno e Ondina Marques.

As professorandas executarão um programa de canto orfeonico constituido pela Herança de nossa raça e Hino Nacional.

A solenidade será irradiada pela P. R. A. 2 (onda de 400 m. e frequencia de 950 kilociclos).

E' a seguinte a relação das jovens que receberam diploma:

Aida Colonese — Aida Dulce Viana Torres — Alita de Castro Moraes — Amélia da Silva — Araci Stefani — Arlete Soares Muniz Guimarães — Barbara do Amaral — Batistina Osório — Cecilia Cabral Martins — Ceci Andrade Duffas Teixeira — Célia de Faria — Cibele Autran Franco de Sá — Déa Moraes Rego — Di-va Passos — Dulce de Freitas — Dulce Pereira Soares — Edita Maria Noruega — Edite Fernandes — Eliza Pinto Seidl — Elza Goozema Marques — Elza da Sil-va Machado — Emilia do Espirito Santo — Eulicia Gonçalves Lisboa — Giselda Camilo da Fonseca — Graziela Augusta Leal — Hadmá de Araujo Souto Maior — Helena Silva de Oliveira — Helena Valverde — Heloisa Eá-renger Raposo — Heloisa Hardman do Vale — Hortencia Salgado Reis — Irene Nunes Pimenta de Laet — Judite Campos — Judite Henriques de Brito — Julia Marinho Leite — Luis Frazão Guimarães — — Luis Maria do Prado Botelho — Laura de Castro — Lilia Lisboa de Oliveira — Lourdes Marques da Freitas — Lucia Marques Pinheiro — Maria Ana Ferreira Teixeira de Freitas — Maria do Carmo Alves de Sousa — Maria José Borges — Maria José Duncan de Carvalho Mendes — Maria José Neves de Medeiros — Maria de Lourdes Boquist — Maria de Lourdes da Silva Magalhães — Maria Hamalho — Maria Steiro Carvalho — Maria Soares — Pereira — Maria Teresa da Oliveira Martins — Marilisa da Cunha Matos — Marina Borges Pires — Mercedes Guimarães Monteiro — Nadir Ribeiro de Sousa Aguiar — Nair de Oliveira — Nélla dos Reis Marques da Costa — Nilcéa Ferreira e Silva — Odete Jorge Bustane — Odete de Sousa Carvalho — Ondina Pereira Garcia — Renata Medela Braga — Rita Carlota das Chagas Oliveira — Rita da Silva — Sílene Tavares de Queiroz — Tilda Maria de Magalhães Figueiredo — Vera Lopes Gama Andréa — Viteria de Oliveira Bastos — Iara Maria da Rocha Aguiar — Ieda Marques — Ieda Giselda Paniza — Iolanda Gomes Machado — Iolanda Zulmira Lou-pes Marques — e Ivone Vieira.

Na mesma ocasião serão entregues os certificados de curso as professoras dos Estados bem como os diplomas de professoras especializadas em desenho e artes applicadas.

Figura 1 – Noticiário sobre a formatura de Lúcia Marques Pinheiro.  
Fonte: Jornal do Brasil de 19 de dezembro de 1936. Edição 301p. 23.

Em consulta ao acervo historiográfico do CPDOC/FGV, encontramos o artigo escrito em 1937 por Lourenço Filho: Formação do professorado primário<sup>9</sup>, que nos auxilia no entendimento sobre as circunstâncias em que se deu a formação docente da intelectual investigada neste trabalho. Segundo Lourenço Filho (1937, p. 6), uma das maiores preocupações do ensino, na Escola de Educação seria

[...] a de dar aos futuros mestres a conveniente atitude de tê-los como permanentes, por toda a vida. O curso regular comporta matérias fundamentais, matérias de estrita aplicação profissional e matérias de cunho intermediário. E não surpreenderá verificar-se o interesse e o empenho dos cursos na formação de uma apurada cultura estética, pelo estudo e pratica das belas artes.

Assim sendo, o curso de formação do professorado primário, na Escola de Educação do Distrito Federal, estruturava-se da seguinte maneira: “o I ano pode ser considerado de fundamentos; o II de aplicação [...] Cada ano letivo divide-se em três períodos, de um trimestre cada um [...] Estudam-se poucas matérias de cada vez, mas, profundamente, com aulas e exercícios diários (p. 07)”.

Compunha a estrutura curricular do I ano:

- 1º trimestre – Biologia Educacional;
- 2º trimestre – Psicologia Educacional;
- 3º trimestre – Sociologia Educacional.

Os cursos de Artes, Educação Física e História da Educação, eram trabalhados, paralelamente, durante todo o ano.

No II ano, predominantemente, trabalhava-se a prática de ensino, que se desenvolvia em diversas fases, “de observação, participação e direção de classe” (p.07).

[...] Por fim, como coroamento de todos os estudos, no período final, são levados os alunos-mestres ao debate das questões de filosofia da Educação. Este curso, de sistematização e não de dogmatização, só aparece, como conviria, depois de terem os estudantes o necessário cabedal de fatos e informações e de viva experiência de ensino’ (p.08)

---

<sup>9</sup> LF pi LOURENÇO 1937.03.00

A formatura no magistério primário de Lúcia Pinheiro está situada entre dois períodos marcantes na historiografia brasileira: a) a Revolução de 1930<sup>10</sup> e b) a iminência do Estado Novo<sup>11</sup>.

Considerada como o marco inicial da Segunda República (1930-1964), a Revolução de 1930, constituiu-se num movimento revolucionário que trouxe Getúlio Vargas ao cargo de presidente provisório em três de novembro daquele ano. O principal objetivo era descaracterizar o domínio das oligarquias agrárias sob a hegemonia dos cafeicultores, bem como provocar mudanças políticas, sociais e econômicas no País.

[...] assim, ideologias políticas de viés autoritário, crescimento e modernização da máquina de Estado, formação de uma burocracia estatal técnica, industrialização, legislação social protetora do trabalho, extensão da educação pública fundamental, valorização de uma estética nacional, entre diversas outras experiências, atingiram os valores, as crenças, os códigos comportamentais e a maneira como homens e mulheres organizavam e davam sentido à realidade à que viviam. (FERREIRA, 2011, p. 303).

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)<sup>12</sup>, logo após a posse de Vargas, Francisco Campos, um dos integrantes do Movimento Escola Nova<sup>13</sup> foi

---

<sup>10</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. Verbete: Revolução de 1930: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 15 jun 2015.

<sup>11</sup> Em 10 de novembro de 1937, Vargas comandou o golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e outorgando uma nova Constituição ao país. O golpe fez-se como uma pequena operação de cúpula, não encontrando qualquer resistência. A Câmara e o Senado amanheceram cercados por tropas de cavalaria que barraram a entrada dos parlamentares com a notícia de que o Congresso havia sido fechado. A operação foi executada por soldados da polícia do Distrito Federal, pois o general Dutra quis evitar o envolvimento ostensivo do Exército no episódio. Houve protestos de alguns deputados, como Pedro Aleixo, presidente do Congresso, mas a maioria dos parlamentares aceitou o fato consumado. Verbete: A era Vargas “O Golpe do Estado Novo”: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 30 jun 2015.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto n. 19.518, de 22 de dezembro de 1931. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19518.pdf>> Acessado em: 15 jun 2015.

<sup>13</sup> Um dos movimentos mais importantes da década de 1920 ficou conhecido com o nome de Escola Nova. Grandes temas e grandes figuras ficaram associados a esse movimento. A defesa de uma escola pública, universal e gratuita se tornou sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada a todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Pretendia-se com o movimento criar uma igualdade de oportunidades. A partir daí, floresceriam as diferenças naturais segundo os talentos e as características de cada um. O ensino deveria ser leigo, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa que tinham marcado os processos educacionais até então. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando. Entre os educadores que lideraram o movimento da Escola Nova estão Anísio Teixeira da Bahia, Fernando de Azevedo e Manuel



indicado para a nova pasta. O Ministro, já no primeiro semestre de 1931, baixou um conjunto de decretos que ficaram conhecidos como a Reforma Francisco Campos, e regulamentaram o ensino, a saber:

- a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: criando o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931: dispoendo sobre a organização do ensino superior no Brasil, bem como sobre o regime universitário;
- c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispoendo sobre a Universidade do Distrito Federal;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispoendo sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931: restabelecendo o ensino religioso nas escolas públicas;
- f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organizando o ensino comercial, regulamentando a profissão de contador, e outras providências;
- g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Dentre as sete medidas, destacamos o Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931; restabelecendo o ensino religioso nas escolas públicas, cujo teor acatou uma insistente reivindicação da Igreja Católica: ministrar o ensino religioso nas escolas oficiais. A inserção da medida é passível de questionamento, uma vez que representa o caráter dual do ensino público. Para Saviani (2011), é possível explicar o porquê um adepto do escolanovismo, ao assumir o posto de autoridade máxima dos assuntos educacionais da República, tenha lançado mão de uma medida em benefício da Igreja Católica. Segundo ele,

[...] essa situação não se configurava tão estranha, uma vez que estava respaldada por importantes precedentes históricos, como se pode ver pelos processos de restauração na Europa em meados do século XIX [...] a Igreja apareceria aí, como um antídoto importante com sua doutrina social, formulada na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, e reiterada por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*, promulgada exatamente em

1931 para comemorar os quarenta anos da *Rerum Novarum*. Aliás a Igreja já estava contemplada no projeto de hegemonia industrial, conforme manifestação inequívoca de Roberto Simonsen. Para ele a Igreja estava destinada a desempenhar um grande papel de esclarecimento sobre as necessidades do país. (SAVIANI, 2011, p. 196)

Em sua ação idiossincrática, Campos legitimou o papel da Igreja no auxílio à conformação da classe trabalhadora. Ademais, grosso modo, tomou para si o pensamento autoritário elaborado por Alberto Torres<sup>14</sup>, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna<sup>15</sup> pois, naquele contexto, “tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais católicos, entre os “tenentes” e nos positivistas históricos do Rio Grande do Sul” (Idem, p. 197).

Mas, se por um lado pairava sobre o País o pensamento autoritário que apoiava a burguesia industrial em seu projeto claro de hegemonia na “cooptação da classe operária e inserção de seus clamores nos parâmetros da própria construção da ordem” (FREITAS, 1999, p. 92) e que percebia a Educação como “instrumento admirável porque nele se combinavam os quesitos básicos da longevidade institucional de um país: a educabilidade e a coercibilidade” (Idem, p.99), por outro lado, se fortalecia um grupo de intelectuais e educadores que buscavam através do discurso científico formular novas concepções e estratégias para a organização da cultura e educação, buscando diagnosticar a realidade social brasileira que padecia frente às mazelas nacionais, dentre elas o analfabetismo. A Associação Brasileira de Educação<sup>16</sup> (ABE) foi o palco das discussões que culminaram na elaboração de um dos documentos mais importantes para a historiografia da educação brasileira, conforme detalharemos a seguir.

---

<sup>14</sup> Fundada em 1932, no Rio de Janeiro, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tendo como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres. A lista de fundadores da sociedade contava com cerca de 50 assinaturas, entre as quais as de Ari Parreiras, Cândido Mota Filho, Juarez Távora, Plínio Salgado e Ildefonso Simões Lopes. Em seu processo de expansão, a entidade chegou a criar núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco Goiás e São Paulo. Verbete: Alberto Torres: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 15 jun 2015.

<sup>15</sup> Anita Prestes (apud Eli Diniz, 1978, p.94) aponta para o fato do pensamento autoritário reconhecer na industrialização a via adequada para superar a crise e assegurar a emancipação econômica do país. Ao mesmo tempo, os setores empresariais defendiam a ideia de que a industrialização seria o caminho para o engrandecimento do país e fortalecimento da nação, garantindo sua soberania e o aumento de sua capacidade de defesa.

<sup>16</sup> A criação da Associação Brasileira de Educação em 16 de outubro de 1924 foi um acontecimento que veio a ter importância fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram no sistema educacional escolar na segunda metade da década de 1920 e, principalmente, na primeira metade da década seguinte. Até aquela data, o debate sobre as questões educacionais se restringia quase que exclusivamente, ao interior do Estado. Depois dela, passou a existir um espaço na sociedade civil onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões. Verbete: ABE. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 15 jun 2015.

Os anos de empenho na tentativa de superação entre o que estava posto e o que se almejava para o campo educacional renderam aos intelectuais a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>17</sup>, em 1932. Escrito para atender a uma solicitação de Vargas, durante a VI Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação, granjeou o pensamento de um grupo de educadores que vislumbravam a aprovação de um plano nacional de educação e se traduziu em um documento emblemático na luta pela democratização do ensino<sup>18</sup>. Clarice Nunes (2003 p.45) ressalta que o manifesto

[...] aparece num momento de grande efervescência na sociedade brasileira, no qual já se percebiam os efeitos do processo de urbanização no país que redefiniu os núcleos intelectuais e políticos, multiplicados e diversificados na década de trinta do século XX e cuja preocupação era explicar o presente, exorcizar o passado e imaginar o futuro.

A expressão “inorganização” do aparelho escolar compõe a introdução do documento, e enfatiza seu significado como sendo algo nunca antes organizado. Importa frisar que tal expressão não deve ser confundida com o sentido de desorganização, já que esse, se refere a algo que fora organizado e por ora, encontra-se em desordem. Desta forma, de acordo com o manifesto, a “ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura” ocasionou como consequência, um “empirismo grosseiro” (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 2006, p.188). Além disso, o documento se apresenta como um “esboço de programa educacional” no momento em que discorre sobre a

[...] 1.Criação de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica e sintonizada com as necessidades da sociedade brasileira [...]; 2.Organização da escola secundária, de seis anos, de estilo flexível, como escola para o povo sobre a base de uma cultura geral comum, as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico); 3. Desenvolvimento da educação técnico profissional de nível secundário e superior, como base da economia nacional e com variedade de tipos de escolas: agrícolas, industriais, de transportes e comércio e segundo métodos de e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia nacional; 4. Organização de medidas e

<sup>17</sup> Manifesto lançado em 1932 por um grupo de 26 educadores e intelectuais propondo princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. Redigido por Fernando de Azevedo, foi assinado entre outros por Anísio Teixeira, M. B. Lourenço Filho, Heitor Lira, Carneiro Leão, Cecília Meireles e A. F. de Almeida Júnior. Verbetes Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 15 jun 2015.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que a publicação do Manifesto ocasionou uma divisão na composição da ABE com a saída dos educadores ligados às escolas católicas face à postura anticlerical do documento.

instituições de psicotécnica e orientação profissional [...]; 5.Criação de universidades organizadas e aparelhadas para atender sua tríplice função: criar a ciência; transmiti-la e vulgarizá-la [...]; 6.Criação de fundos escolares destinados à manutenção e desenvolvimento da educação [...] arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios; 7. Fiscalização das instituições particulares de ensino [...]; 8. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade escolar e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós escolares; 9. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos[...]; 10. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa [...] (NUNES, 2003, p. 48).

Foi necessária a longa citação para estabelecer que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por vinte e seis signatários, dentre eles Anísio Teixeira, trata de assuntos pertinentes à realidade educacional do país naquele momento, bem como assinala a sua importância na dimensão política e pedagógica ainda na atualidade.

O período em tela segue marcado por grande efervescência dos movimentos políticos e sociais. Com destaque para a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>19</sup>, que culminou na aprovação da Constituição de 1934 que foi elaborada a partir de uma assembleia constituinte que, por conseguinte, elegeu Getúlio Vargas por voto indireto. Deixando a situação de Governo Provisório e com enfrentamento de paralisações no setor de serviços como transportes, comunicações e bancos, Vargas propôs ao Congresso, em 1935, a criação de uma Lei de Segurança Nacional (LSN) e “com o apoio dos políticos liberais, o Congresso aprovou um substitutivo ao projeto LSN que se converteu em lei, em 04 de abril de 1935” (FAUSTO, 2012, p.306). Nesse sentido, a LSN definia, entre outros, como crimes contra a ordem política e social, a greve de funcionários públicos, a organização de associações ou partidos com o objetivo questionar a ordem política ou social. Tal fato, “provocou manifestações de protesto de sindicatos e alguns jornais” (Idem, *ibidem*).

Os movimentos sociais constituíram, expressivamente, uma das marcas do período. Cabe neste trabalho o destaque de dois movimentos: um de extrema direita, o Integralismo,

---

<sup>19</sup> Logo após o triunfo da revolução da Aliança Liberal e a deposição de Washington Luís pela junta pacificadora no Rio de Janeiro, assumiu o governo do estado de São Paulo o general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM). O Partido Democrático de São Paulo (PD), que participara da Aliança Liberal, mas sem envolvimento efetivo nos eventos revolucionários, conseguiu obter maioria no novo secretariado civil que então foi organizado. Esse partido representava no plano político as classes médias paulistas em aliança com uma fração dissidente da oligarquia cafeeira. Quanto à definição dos rumos políticos pós-revolucionários, os democráticos defendiam, como finalidade a ser cumprida pelo Governo Provisório, a reforma política, entendida como a implantação de um projeto político liberal constitucionalizante. Verbetes: Revolução de 1932: Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 30 jun 2015.

que tinha como líder Plínio Salgado e se inspirou no fascismo<sup>20</sup>; e outro de extrema esquerda, o Movimento Comunista que criou a Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>21</sup> propondo ser, nas palavras de Luís Carlos Prestes citado por Anita Prestes (2010, p. 42), “[...] um movimento nacional que luta realmente pela independência do Brasil e pelo bem estar do seu povo [...] luta pela emancipação nacional do nosso povo”.

Ainda em referência à ANL, a autora acrescenta que ela

[...] propunha a luta contra o imperialismo e contra o fascismo e defendia a necessidade de organizar um grupo anti-integralista e anti-imperialista no Parlamento [...] defendia a instalação de um governo popular e nacionalista realmente democrático e anti-integralista” (PRESTES, 2010, p. 42-43)

O movimento antifascista avançava na medida em que se organizavam “grandes atos públicos, caravanas aos Estados do Norte e Nordeste, pela participação em lutas de rua contra os integralistas, pela publicação e vasta distribuição de boletins volantes e jornais aliancistas” (PRESTES, 2011, p. 33). Com receio da mobilização nacional provocada pela ANL, Getúlio Vargas, decreta em julho de 1935 o fechamento da entidade. Em novembro do mesmo ano, na ilegalidade imposta por Vargas, os comunistas articularam a “insurreição das massas trabalhadoras” (Idem, 2010 p. 19) com o propósito de instaurar um “Governo Popular Nacional Revolucionário”. Essa autora assevera que “não se tratava de uma revolução socialista ou comunista, conforme a direita sempre acusou os comunistas, mas de uma luta por todo o poder à ANL” (Ibid., 2011 p. 35). Apesar de não lograr êxito na insurreição, a ANL repercutiu como entidade que possibilitou uma consciência antifascista, anti-imperialista e a favor da reforma agrária que a derrota [...] não seria capaz de apagar” (Ibidem, p. 35). Os anos que seguiram evidenciaram tempos de intensa repressão. Fausto (2012, p.308) assinala que “o governo pedira a decretação do estado de sítio, por sessenta dias [...] o estado de

---

<sup>20</sup> Verbete: **Fascismo**: O fim da Guerra Fria (1991) e a persistência do fenômeno neofascista, em suas diversas formas, obrigaram boa parte da historiografia sobre o tema a buscar novos instrumentos de pesquisa [...] As teses da (revisão da revisão) buscariam outros caminhos que apontariam para: (1) a natureza e a característica do Estado são mais importantes do que a personalidade do ditador; (2) a atuação da chamada “caótica coleção de burocracias rivais” na expressão de Kershaw e Broszat seguindo a proposta de Franz Neumann como característica central do Estado fascista; e (3) o caráter de “instável coalizão de blocos de poder” estes mesmos subdivididos em facções competitivas e mutuamente hostis, como arranjo político típico dos regimes ditatoriais. SILVA, Francisco. Enciclopédia de guerras e revoluções. vol II: 1919-1945: a época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). 1ª. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2015. p. 92.

<sup>21</sup> ANL – “uma ampla frente única, que se propunha a lutar contra o imperialismo, o latifúndio e a ameaça fascista que pairava sobre o Brasil, com o avanço do movimento integralista. Seu lema – Pão, Terra e Liberdade” – mobilizou grandes contingentes populares no país, assim como diversificados setores da opinião pública nacional” (PRESTES, 2011, p. 31).

guerra, a que foi equiparado o estado de sítio, seria sucessivamente prorrogado até junho de 1937.

Em novembro de 1937, foi instituído o Estado Novo que perdurou até 1945. Período esse marcado por perseguições, prisões, torturas, exílio de intelectuais e políticos contrários ao ideal estadonovista. Em contrapartida assumiam cargos de importância no governo aceitando vantagens que o regime oferecia: católicos, integralistas, autoritários e esquerdistas disfarçados. Fausto (2012 p. 322), assinala que

[...] o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um corte radical entre o velho Brasil, desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias e o Brasil que nasceu com a revolução. O estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo pela busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias, a entrada do Brasil nos tempos modernos.

A partir de 1942, iniciou-se o processo de desgaste do Estado Novo. Cumpre realizar breve pausa e atentar para o cenário internacional, pois é nesse ano que ocorre “o fracasso da ofensiva nazista no Stalingrado, uma vez que a antiga hegemonia das forças autoritárias, que domina até 1942, deixa de existir e, a partir de então, a reviravolta é a favor das forças democráticas” (PINHEIRO, 2007, p.19). Visionário, Vargas passou a alinhar-se, ideologicamente, com o pensamento norte americano. Dentre as suas ações, ressaltamos as eleições para o fim do ano de 1945; o patrocínio na fundação de duas legendas – Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e Partido Social Democrático – PSD; legalização do Partido Comunista do Brasil – PCB; anistia a presos políticos, incluindo Luís Carlos Prestes. Naquele momento, a estratégia de Vargas era “se aproximar dos trabalhadores urbanos e lançá-los no cenário político nacional, o trabalhismo era sua melhor invenção” (NEGRO e SILVA, 2011, p. 53).

A identificação coletiva “de pessoas que se definiam 'pobres' ou 'comuns', e que entre fevereiro e outubro de 1945, com vontade política, exigiam a permanência de Getúlio Vargas no poder” (FERREIRA, 2003, p.16) encadeou o que os historiadores chamam de *Queremismo*. O *queremismo* foi um movimento que teve início com manifestações populares exigindo a permanência de Vargas na Presidência da República, por conta do desenvolvimento da política trabalhista de seu governo. Tomou proporções maiores, quando a

população percebeu que o movimento de oposição a Vargas - que mais tarde se tornara um partido a União Democrática Nacional (UDN) - não tinha consistência nos ideais, apenas atacavam e ofendiam o presidente.

Num primeiro momento, populares manifestavam-se indignados, sempre que Vargas era insultado pela oposição. O movimento tomou escopo de uma luta social pautada pela defesa de direitos trabalhistas adquiridos na gestão do então Presidente da República. A sociedade civil brasileira vivenciava, a partir de ali o despertar para uma política participativa onde se observou, no decorrer dos próximos anos, o importante crescimento de mobilização de outros setores da sociedade, dentre eles, a organização das Ligas Camponesas, o movimento rural mais importante do período. Organizadas por Francisco Julião, propondo defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos e a prática do cambão, onde o colono deveria trabalhar um dia da semana de graça para o proprietário da terra. O movimento possibilitou a regulação do trabalhador do campo, prevendo direitos como carteira assinada, duração de tempo de trabalho, repouso semanal e férias remuneradas; e a radicalização das propostas da UNE<sup>22</sup> que defendia a "transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político" (FAUSTO, 2012, p.379).

Vargas, não permaneceu na Presidência até as eleições, renunciou em 29/10/1945, após golpe *cercado de garantias*, em que, nas palavras da professora Anita Prestes:

[...] na realidade, ocorrera uma tentativa reacionária e conservadora de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira, que vinha sendo promovido com a permanência de Vargas no poder. Diante da pressão significativa de múltiplos fatores nacionais e internacionais [...] Vargas soubera adaptar-se à nova situação no país e no mundo, aceitando e procurando patrocinar a liberalização do regime estadonovista". (PRESTES, 2001, p.147)

O período em estudo segue em efervescência também no campo educacional, constituindo-se de significativas discussões. Trata-se do embate que se estabeleceu na medida em que os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, já sinalizado neste trabalho, avançavam em direção ao projeto educacional que almejavam.

<sup>22</sup> União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937. No referido recorte de tempo fortaleceu a sua participação e posicionamento frente aos principais assuntos nacionais, participando do movimento social brasileiro em ações como a defesa do petróleo, que começava a ser explorado no país. Após a promulgação da Constituição de 1946, foi travado um debate entre os que admitiam a entrada de empresas estrangeiras para a extração, e os que defendiam o monopólio nacional. A UNE foi protagonista nesse momento com a campanha "O Petróleo é Nosso". A luta prosseguiu até 1953, quando se deu a criação da Petrobras. Disponível em < <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em: 05de setembro de 2013.

Insatisfeita com a direção em que seguia o sistema educacional brasileiro, a Igreja Católica protagonizou uma discussão duradoura, de 1947 a 1960: escola pública *versus* escola privada confessional: de um lado a concepção humanista moderna e de outro a tradicional, respectivamente. Para a Igreja, o Estado deveria manter a escola privada confessional, que por sua vez, sem ser fiscalizada, teria o direito de cobrar pelo ensino. Enquanto os renovadores, ao estruturar documento em defesa da escola pública<sup>23</sup>, defendiam que:

[...] a Constituição é clara ao afirmar que a educação é dever do Estado, devendo ser ministrada obrigatoriamente pelos poderes públicos, sendo livre à iniciativa privada. Assim o projeto privatista, ao inverter esses termos, resulta inconstitucional. (SAVIANI, 2011, p. 294)

Nesse sentido, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei 4.024, nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que teve diversos artigos regulamentados em 1962. Prevaleceu em seu texto o caráter descentralizador do ensino. No entanto, esta Lei foi considerada "meia vitória" para os defensores da escola pública, por conta das

[...] concessões feitas à iniciativa privada, deixando com isso de referendar [...] a reconstrução educacional pela via de um sistema público de ensino [...] abolindo a discriminação contra o ensino profissional que marcou as leis orgânicas do ensino herdadas do Estado Novo (SAVIANI, 2011, p. 307).

Cabe ressaltar que de acordo com as Leis Orgânicas, somente o ensino secundário permitia o acesso à carreira do ensino superior e se um aluno do ensino médio quisesse transferir-se de um curso para outro perderia os estudos já realizados. Como essa prerrogativa contrariava o pensamento renovador, conseguiram modificar essa orientação, bem como estender a diversos cursos às leis de equivalência. No entanto, as leis de equivalência configuravam apenas medidas paliativas pois não supriam todas as necessidades. A equivalência plena só foi garantida com a aprovação da LDBEN 4.024.

Para o campo educacional, a instituição com significativa importância neste período foi o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Principalmente, no que se refere à tentativa de modernizar a sociedade transformando uma educação elitista, num projeto que contemplava a todos, inclusive a classe menos favorecida, igualmente. Abordaremos no

---

<sup>23</sup> Manifesto: Mais uma vez convocados, 1959. Redigido por Fernando de Azevedo e subscrito por 190 dos mais expressivos nomes da intelectualidade brasileira. (SAVIANI, 2011 p. 293)



segundo capítulo deste trabalho, ainda que de forma breve, a história do Instituto, suas estratégias de intervenção no sistema educacional, assim como caracterizaremos a atuação de Lúcia Pinheiro.

## 1.2 ...tinha um mestre no meio do caminho

### *No meio do caminho*

No meio do caminho tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
   tinha uma pedra  
 no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
   tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
 no meio do caminho tinha uma pedra.

*Carlos Drummond de Andrade*

O Poema, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1928 na Revista Antropofagia, faz menção a uma pedra no meio do caminho. No caso específico de Lúcia Pinheiro, não seria bem uma pedra que estaria em seu caminho, mas um mestre, intelectual e Pioneiro da Educação Nova: Anísio Teixeira.

É consenso entre os pesquisadores contemporâneos do campo da historiografia da educação brasileira a necessidade em revisitar o pensamento de Anísio Teixeira. Essa necessidade fica latente, principalmente, em referência aos cursos voltados à formação docente. Ao ensaiar o questionamento: *Por que não lemos Anísio Teixeira?* (BRANDÃO & MENDONÇA, 2008), resgata-se a importância da contribuição deste educador, quer seja nas estratégias elaboradas e praticadas, quer seja na disseminação de seu pensamento, publicado ao longo de sua trajetória, em livros e periódicos.

Inferimos que o contato acadêmico e profissional entre Lúcia Pinheiro e Anísio Teixeira tenha influído na construção da identidade docente da intelectual e corroborado para a sua atuação no magistério primário, bem como nas decisões frente à DAM. Assim sendo,

buscamos apreciar a formação político filosófica de Teixeira, um intelectual que se destacou na

[...] tessitura da rede de formação de professores no Brasil, uma história da constante preocupação deste intelectual, não só quanto à formação de professores, mas também quanto à possibilidade de sustentação da prática docente com o embasamento científico. Enfim, a feliz junção de uma ciência e de uma arte de educar. (GOUVÊA, 2009, p.444).

Anísio Teixeira iniciou sua vida pública em 1924, convicto de sua militância em prol do movimento católico. Foi convidado a ocupar o posto de diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia. Neste posto, fez viagens por algumas cidades brasileiras, pela Europa e por duas vezes aos Estados Unidos. No decorrer de sua gestão, Teixeira publicou o livro *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos*, “ênfatizando a importância da educação do público para a democracia” (SAVIANI, 2011, p.219). Clarice Nunes (2001, p. 6) assinala que o educador havia experimentado sua primeira sensação de ruptura. De acordo com essa pesquisadora foi durante as viagens para a Europa e Estados Unidos, por conta do cargo que ocupava, que ele teve “contato com uma literatura pedagógica e um sistema público que não conhecia”. Enquanto que em sua cidade e estado natal, deparava-se

[...] com a pobreza de recursos humanos e materiais, a dispersão e a desarticulação dos serviços educativos, e despreparo do professor, a imoralidade, a corrupção e a acomodação dos poderes públicos, alimentando a ineficiência da máquina estatal [...] Foi um impacto para a sua sensibilidade! Essa vida que acolhemos em nossas palavras foi sacudida nos seus fundamentos. Não podemos dar conta do rodado de emoções, provocado pelo contato com a civilização moderna e também pelos pequenos acontecimentos do cotidiano que solaparam a sua confiança na Igreja [...] fez a travessia do seu primeiro deserto: o deserto da fé, quando abdicou de uma religião que lhe dava segurança, mas que também não lhe dava respostas às suas mais vivas inquietações. (Idem, ibidem).

Em 1931 esteve à frente da Instrução Pública do Distrito Federal, onde ensaiou estratégias no âmbito da formação docente, criando o Instituto de Educação e transformando a Escola Normal em Escola de Professores, integrando-a ao o Jardim de Infância, a Escola Primária e a Escola Secundária. Dizemos ensaio, pois essas estratégias nos parecem semelhantes à dinâmica que mais tarde desenvolveu junto ao INEP, já que criara ali uma ampla estrutura que funcionava como campo de experimentação dos cursos de formação de professores do Instituto de Educação.

Nesse sentido, com a finalidade de modernizar o sistema de ensino, Anísio Teixeira aproveitou a

[...] brecha da Reforma Francisco Campos, estabelecida pelo Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932, que permitia a inclusão de disciplinas diferentes das previstas no currículo secundário, em termos facultativos [...] considerando a formação de professores um dos pilares da melhoria do ensino, buscou Anísio transformar a antiga Escola Normal numa escola superior para professores. Fundou então, o Instituto de Educação como entidade modelar, onde todos os níveis de ensino – desde os jardins de infância, passando pela escola primária experimental, pelo curso ginásial, o curso profissional para professor primário e os níveis superiores – ficaram reunidos para funcionar dentro dos princípios da escola progressiva, que dava grande relevo aos trabalhos de laboratório, ao canto, à recreação, aos jogos e à educação física, Tomou, igualmente, uma série de medidas que se reputavam avançadas para a época, como a instalação de bibliotecas no maior número possível de escolas, a fundação da Escola-Rádio e do Instituto de Pesquisas Educacionais que possuía, entre outros órgãos especializados, o serviço de estatística, o de frequência escolar, o de obrigatoriedade. (CUNHA, 1980; HERMES LIMA, 1978 citado por VICENZI, 1986)<sup>24</sup>

Se por um lado instituía-se um projeto educacional arrojado para a época, por outro, o idealizador da UDF em 1935- a primeira universidade brasileira que teve na formação de professores a sua centralidade - encontrara dificuldades em cooptar alunos para as suas escolas. Teixeira tinha “pressa” por conta da hostilidade do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema<sup>25</sup>.

Tratou, então, de colocar em funcionamento os cursos evitando maiores alardes. Vicenzi (1986, p. 21) relata que saíram os professores à procura de alunos matriculados em outras instituições superiores, para trazê-los para a Universidade do Distrito Federal – UDF. Como vantagem foi prometido a esses alunos que, após formados, “ingressariam diretamente como professores nas escolas municipais, sem necessidade de prestar concurso público. [...] o

<sup>24</sup> Ver: VICENZI, Leticia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em < <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/federal.html> > Acesso em 20 jan 2015.

<sup>25</sup> Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública. Uma vez no cargo, deu andamento à reorganização do ministério iniciada por seu antecessor, Washington Pires, com vistas ao aparelhamento do órgão para as responsabilidades decorrentes de sua criação em 1930. Em 1935, sua gestão caracterizou-se principalmente pela retomada das campanhas sanitárias, interrompidas entre 1930 e 1934, e pelo início dos estudos visando à criação da Universidade do Brasil e à construção do edifício-sede do ministério no Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Verbete: Gustavo Capanema: Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 30 jan 2015.

cargo era estável e permitia acumulação de outras atividades”. Justifica-se assim, o ingresso de Lúcia Pinheiro como professora primária no sistema público de ensino do Distrito Federal, tão logo o término do Curso de Formação de Professores, em dezembro de 1936.

Ao final do ano de 1935, foi obrigado a se retirar da vida pública por discordar dos rumos autoritários que a política brasileira vinha tomando. No período em que esteve afastado, trabalhou na tradução de obras de H. G. Wells, Alfred Adler e John Dewey. Por dez anos, dedicou-se a atividades comerciais, trabalhando, mais precisamente, com exportação de minérios. Segundo Nunes (2001, p.16) “Anísio Teixeira atravessou seu segundo deserto: o da solidão [...] a opressão política calou a voz de Anísio, dos seus colaboradores, dos seus admiradores. A memória da formidável obra pública que ele e sua equipe de trabalho empreenderam, foi apagada”.

Durante o afastamento de Teixeira, Lúcia Pinheiro foi designada para atuar como professora primária na Escola Pernambuco em março de 1939<sup>26</sup>. O Diário Oficial da União – D.O.U. de junho de 1939, relata sua matrícula no Curso de Letras Neolatinas. Em outubro do mesmo ano, esteve inscrita no Curso de Literatura Infantil, sob a direção da professora Cecília Meireles. O ano de 1941 ficou marcado por sua aprovação, em primeiro lugar no Concurso de Técnico de Educação. Esse concurso foi constituído por seis fases em seu processo seletivo, a saber: aprovação de inscrição; prova de sanidade e de capacidade física; análise de monografia; prova escrita de seleção do concurso – pelo Instituto de Educação; prova de habilitação de defesa oral da monografia e prova escrita de habilitação – pelo INEP. Em 25 de agosto de 1941, o Diário Oficial da União trouxe a seguinte notícia: “Para conhecimento dos interessados, que é a seguinte a classificação dos candidatos, de acordo com o art. 17 das Instruções Especiais do referido concurso” (D.O.U. 1941, p.52). O nome de Lúcia Pinheiro consta em terceiro lugar, porém, a intelectual é a primeira colocada dos candidatos do Distrito Federal. Após a aprovação e designação como Técnico de Educação do INEP, percebe-se uma intensa movimentação das funções da intelectual no MES<sup>27</sup>, o que nos remete à justificativa deste trabalho: que a professora Lúcia Pinheiro atuou substancialmente para a renovação do

---

<sup>26</sup> Atualmente a escola está situada na Rua Conde de Azambuja, 579 - Maria da Graça, Rio de Janeiro - RJ

<sup>27</sup> No MES foi Chefe do Setor de Estudos do Departamento Nacional de Educação; Coordenadora dos Cursos no INEP; Assessora do Diretor do INEP; Diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (incluindo funções de pesquisa); Organização, supervisão e aperfeiçoamento de pessoal da Escola Experimental Guatemala; Assessora do Grupo Tarefa (Coordenadoria de Pesquisas Educacional) do INEP; Coordenadora de Estudos e Pesquisas do CBPE do INEP. Ver Currículo Vitae – Associação Brasileira de Educação – ABE.

sistema educacional brasileiro, e necessita, assim como outros educadores, ter sua trajetória investigada.

A sua trajetória acadêmica não cessou com a chegada ao INEP, ao contrário, buscou aprofundar-se cada vez mais nos estudos. Ao vasculhar os Diários Oficiais, e realizar o cruzamento das informações contidas em seu currículo vitae<sup>28</sup>, tomamos ciência de que ela foi dedicada discente dos cursos da Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. Cabe destacar que nessa instituição de ensino, Pinheiro fez parte dos seguintes cursos:

- Curso de Bacharel em Pedagogia;
- Curso de Licenciado em Pedagogia;
- Curso de Bacharel em Filosofia;
- Curso de Licenciado em Filosofia;
- Curso de Doutorado.

Apesar de não estarem especificadas as datas nas fontes a que tivemos acesso, consideramos essencial a este trabalho relacionar as outras formações que Lúcia se dedicou. Essas experiências acadêmicas se realizaram fora do Brasil e nos chamam a atenção por demonstrarem que ela transitava entre cursos para a administração escolar bem como para cursos voltados para a psicologia educacional, a saber:

Na Universidade de Califórnia – Los Angeles, Curso de pós-graduação (Mestrado).

- Pesquisa em Administração Escolar;
- Pesquisa em Educação Primária;
- Supervisão no Ensino Primário e Médio;
- Educação comparada.

Na Universidade de Paris (Sorbone).

- Curso de Psicologia Escolar;
- Curso de Epistemologia Genética (Jean Piaget);
- Curso de Doutorado (Jean Piaget);

---

<sup>28</sup> Fontes disponíveis na Pasta 1 do Acervo Pessoal de Lúcia Marques Pinheiro, na ABE.

→ Curso de Reeducação da Palavra.

No que diz respeito à atuação profissional, observamos que o acúmulo de funções nos cargos públicos não foi uma característica exclusiva Anísio Teixeira: Lúcia Pinheiro também acumulou funções em diferentes instituições. Além de Técnico em Educação pelo INEP, atuou partir de 1944, como Técnico em Assuntos Educacionais na qualidade de Chefe do Setor de Controle da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento no Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP<sup>29</sup>. Em 1945, Pinheiro galgou a função de assistente de seleção da Banca Examinadora da prova de habilitação para extranumerário, no DASP.

Foi a partir desse período que Lúcia passou a contribuir significativamente com suas reflexões acerca das questões educacionais. Em seu currículo<sup>30</sup>, a técnica de educação do INEP relaciona seus primeiros trabalhos escritos e conferências:

- ❖ A homogeneização de classes na Escola Primária como recurso para entender as diferenças individuais – Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nº34 – e monografia preparada para o concurso para o concurso de Técnico de Educação.
- ❖ O saber e a cultura – Revista da Faculdade Nacional de Filosofia, 1948;
- ❖ O adolescente e a adaptação ao mundo dos valores. O adolescente em face da Filosofia, da Religião, da Moral e do Direito. – Conferência publicada em livro, editado pela D.A. da Faculdade Nacional de Filosofia, 1949;

---

<sup>29</sup> Verbete: DASP – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. A criação do DASP baseou-se em mandamento expreso da Constituição de 1937, e a primeira fundamentação da necessidade de sua existência foi tornada pública concomitantemente com o texto da própria Constituição [...] De sua criação até outubro de 1945, a organização inicial do DASP passou por várias modificações, algumas de forma, outras de fundo, sempre no sentido de seu fortalecimento. Após a queda de Vargas em 29 de outubro de 1945, porém, a situação do DASP se deteriorou rapidamente, culminando com a reforma introduzida em dezembro do mesmo ano. Nessa ocasião comprimiu-se sua estrutura organizacional e deixou o DASP de ser um órgão normativo e fiscalizador, bem como de atuar na área de administração de material, para ser um órgão exclusivamente assessor, exceto no que se referisse à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, setor em que continuou com funções executivas. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 17 out 2015.

<sup>30</sup> Disponível na Pasta 1 do Acervo Pessoal de Lúcia Marques Pinheiro, na ABE.

- ❖ História do ensino supletivo – publicação da Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde – Contribuição para o seminário sobre Alfabetização de Adultos, realizado em Quitandinha, 1949;
- ❖ Comportamento emocional da criança – Conferência no Curso de Formação de Professores de Jardim de Infância, organizado pelo Instituto de Pesquisa e Formação Social;
- ❖ A educação e o respeito à personalidade humana. Boletim da CBAI, setembro, 1950;
- ❖ O problema dos fins de educação. Revista da Faculdade Nacional de Filosofia, 1950;
- ❖ Reforma do curso de Didática (Contribuição ao Estudo do problema pela Associação Brasileira de Educação).
- ❖ Relatório de Estudos na Europa ao Sr. Ministro da Educação e Saúde – O ensino da Psicologia e suas aplicações. Formação do orientador Educacional. O ensino da Filosofia e a Integração do adolescente na França.

Com a queda do Estado Novo (1937-1945) e a reabertura do processo democrático, Anísio Teixeira se viu diante de um dilema, pois de um lado vislumbrava seu empreendimento no Amapá e, por outro, recebia o convite do então governador da Bahia, Otávio Mangabeira, para assumir o cargo de Secretário da Educação.

O aceite deste convite representava também à volta ao *locus* onde se originou a sua escolha pelo campo educacional – a Bahia. Saviani (2011, p.220) aponta que Teixeira encontrava-se frente à “possibilidade real e segura de acumular riquezas em confronto com a alternativa de abraçar um ideal prene em incertezas”. Mais uma vez, optou pela educação. Em 1951 retornou ao Rio de Janeiro, assumindo, no governo federal, o cargo de secretário geral da CAPES.

Exatamente em 1952, Teixeira assumiu a direção do INEP e foi o início da consecução de projetos e pesquisas com Lucia Pinheiro que, à época era também Bacharel e Licenciada em Filosofia pela Universidade do Brasil. A parceria se tornou mais efetiva com a criação do CBPE em 1955 e, conseqüentemente, como citado, da posição de Lúcia Pinheiro a frente da DAM.

No campo político, o período segue marcado pela Guerra Fria<sup>31</sup> (1947-1991). Observou-se no Ocidente a polarização e intensa campanha “contra qualquer tipo de regime político que lembrasse os fascismos europeus. Ao mesmo tempo este neoliberalismo correspondia à consolidação da preponderância norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre o mercado mundial” (MENDONÇA 1986, p.46).

O plano desenvolvimentista<sup>32</sup> de Juscelino Kubistchek (1956-1961) ofereceu condições para transformações rápidas, com o lema “50 anos em 5”. Desta forma, “operou-se uma ruptura quase total com a orientação da política econômica anterior, e isto em dois níveis: na redefinição do novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado e no estabelecimento das novas estratégias para o financiamento da industrialização brasileira” (id, 53).

No plano educacional, observou-se o esforço para a formação de mão de obra qualificada essencialmente para superar o subdesenvolvimento, assim como uma forma de “manter e controlar a formação de empregados qualificados que se destinariam às inúmeras vagas abertas nos setores da produção industrial, sobretudo nas indústrias de base” (LIMA, 2008, p. 43).

---

<sup>31</sup> Verbetes: **Guerra Fria** - A Guerra Fria teve suas origens nas divergências entre EUA e URSS ainda durante a Segunda Guerra Mundial e se instalou definitivamente a partir de 1947, quando as diferenças entre os dois países, que emergiram da guerra não apenas como os grandes vencedores, mas também como duas superpotências mundiais, adquiriram o caráter de um conflito permanente. Tratava-se de um conflito de natureza principalmente estratégica e militar, mas que se revestia também de aspectos econômicos e político-ideológicos, opondo, de um lado, um bloco capitalista, cujo modelo de organização política tendia a ser a democracia, e, de outro, um bloco socialista, cuja organização político-social reproduzia, em maior ou menor medida, o socialismo autoritário vigente na URSS. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 20 out 2015.

<sup>32</sup> Verbetes: **Desenvolvimentismo**: Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Programa ou Plano de Metas. Na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31a, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK. Não se pode dizer que essa fosse a primeira experiência de Juscelino de governar com base num plano de desenvolvimento. Guardadas as devidas proporções, como governador de Minas Gerais de 1951 a 1955, JK já tinha eleito o binômio energia e transportes como metas de desenvolvimento para a sua gestão. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em 20 out 2015.



Em 1961, Lúcia foi designada pelo Ministério das Relações Exteriores para integrar, na qualidade de Conselheiro de Assuntos Educacionais, a delegação brasileira e a convite, bem como patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO participar, do programa de Missões de Estudo sobre Planejamento Educacional. Segundo a carta<sup>33</sup> enviada por Anísio Teixeira ao Ministro, o programa teria a duração de 4 meses, na Espanha Itália, Suíça e França. Na referida carta, Anísio reiterou junto ao Ministro a necessidade de enviar Lúcia na referida Missão. A Técnica de Educação do INEP recebeu então a autorização para

[...] ausentar-se do país, pelo prazo de quatro meses, a partir de 1º de dezembro do corrente ano, a fim de que possa aceitar a designação feita pelo Ministério das Relações Exteriores para integrar, na qualidade de Conselheiro de Assuntos Educacionais a delegação brasileira que participará, a convite da UNESCO, do Programa de Missões de Estudos sobre planejamento Educacional, esclarecendo que os estudos programados se realizarão na Espanha, Itália, Suíça e França (DOU, 1961, p. 16).

Em 03 de dezembro de 1961, Pinheiro escreveu a Teixeira mencionando que chegara bem ao continente europeu. Relatou suas observações sobre o documento principal da Conferência, a saber: “Planeamiento integral de la educación em realación com el planeamiento econômico e social” que, segundo Pinheiro, tratava da criação em cada país, de um órgão encarregado por um “planejamento integral”.

Como podemos observar, Pinheiro esteve envolvida tanto em viagens de estudos, quanto como representante do INEP no exterior, dentre essas viagens e representações estão:

- ❖ Bolsista do Governo Francês – 1952/1953;
- ❖ Viagem de Estudos aos Estados Unidos – 1957;
- ❖ Representante do MEC no Seminário sobre tendências do Ensino de Pedagogia nas Universidades da Europa Ocidental, Gand, Bélgica -1953;

---

<sup>33</sup> Ver carta de Anísio Teixeira a Antonio Ferreira de Oliveira Brito solicitando autorização presidencial para Lúcia Marques Pinheiro poder se ausentar do país sem perda de vencimentos a fim de participar do Programa de missões de estudo sobre planejamento educacional, em anexo.

- ❖ Representante na Reunião da International Association of Applied Psychology;
- ❖ Representante do Governo Brasileiro na qualidade de Conselheiro em Assuntos Educacionais na Missão de Estudos sobre Planejamento Educacional, Unesco – Dezembro de 1961 a Março de 1962;
- ❖ Representante do MEC no Seminário sobre Conhecimentos sobre a Infância necessários ao educado – Centre Internationale de l’Enfance, México, 1963;

Como intelectual, entusiasta e disseminadora da importância de estudos e pesquisas científicas, especialmente, no campo educacional, Pinheiro tratou de escrever sobre suas experiências, apresentando conforme descreve seu currículo, seus trabalhos escritos e conferências:

- ❖ O adolescente e a adaptação ao mundo dos valores. O adolescente em face da Filosofia, da Religião, da Moral e do Direito. – Conferência publicada em livro, editado pela D.A. da Faculdade Nacional de Filosofia, 1949;
- ❖ Comportamento emocional da criança – Conferência no Curso de Formação de Professores de Jardim de Infância, organizado pelo Instituto de Pesquisa e Formação Social;
- ❖ O saber e a cultura – Revista da Faculdade Nacional de Filosofia, 1948;
- ❖ A educação e o respeito à personalidade humana. Boletim da CBAI, setembro, 1950;
- ❖ O problema dos fins de educação. Revista da Faculdade Nacional de Filosofia, 1950;
- ❖ Reforma do curso de Didática (Contribuição ao Estudo do problema pela Associação Brasileira de Educação).

- ❖ Formação do orientador Educacional. O ensino da Filosofia e a Integração do adolescente na França;
- ❖ História do ensino supletivo – publicação da Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde – Contribuição para o seminário sobre Alfabetização de Adultos, realizado em Quitandinha, 1949;
- ❖ Relatório de Estudos na Europa ao Sr. Ministro da Educação e Saúde – O ensino da Psicologia e suas aplicações;
- ❖ Psicologia da Educação: Origem do medo e da angústia. Pape que cabe ao educador – Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, nº 41;
- ❖ Concepção Cristã do homem. (Idem).
- ❖ Aplicações Pedagógicas do pagamento de Jean Piaget. (Avulso).

## CAPÍTULO II

### A chegada de Lúcia Marques Pinheiro no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP

#### 2.1- Marcos da História do Inep (1937-1964)

O INEP foi criado em janeiro de 1937, sob a denominação inicial de Instituto Nacional de Pedagogia (INP), pelo então Ministro da Educação e Saúde – MES, Gustavo Capanema. Em 1938, sob a liderança do educador Lourenço Filho, passou a ter “existência real” sendo denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP<sup>34</sup>. Por intermédio do Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938 foram atribuídos à instituição os seguintes objetivos:

[...] organizar a documentação relativa à história e ao estudo das doutrinas técnicas pedagógicas bem como das diferentes espécies de instituições educativas; manter o intercâmbio em matéria de pedagogia com as instituições educacionais do país e do estrangeiro, promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes às instituições educacionais do país e do estrangeiro; promover investigação no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente aos problemas de orientação e seleção profissional; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica. (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.23)

O Instituto nasce com natureza e atribuições diferentes: se por um lado buscava gerar estudos no campo da educação, através de pesquisas, por outro lhe eram atribuídas funções de caráter executivo “como prestar assistência técnica aos sistemas estaduais, municipais e particulares, além do objetivo de divulgação, por diferentes meios de difusão, do conhecimento pedagógico” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.23).

Como desafios, se colocaram desde o início de suas atividades, a falta de pessoal especializado e a rigidez das normas burocráticas do Estado. Nesse sentido, em 1939, o MES realiza um primeiro e único concurso de títulos e provas “para constituir o núcleo da carreira de técnicos da educação recém-criada” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.24). A partir daí, passou a se configurar o apadrinhamento político no preenchimento de cargos dos técnicos, corroborando a existência da tradição patrimonialista em nossa administração pública. Cabe

<sup>34</sup> Atualmente, denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

reafirmar que vigorou neste período o chamado Estado Novo (1937-1945), influenciando fortemente a estruturação de uma burocracia centralizada e rígida. Para os técnicos do INEP, duas questões “aparecem sistematicamente como principais obstáculos para que o órgão desempenhasse adequadamente as suas funções: a falta de pessoal e a rigidez da burocracia estatal” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.25). Ainda assim Lourenço Filho consegue desenvolver uma série de iniciativas:

[...] Ele de fato implanta o órgão, organiza uma biblioteca pedagógica, um serviço de documentação sobre a legislação educacional brasileira, cria, em 1941, a Revista Brasileira de Educação, que é editada até hoje, e que vai divulgar, inclusive, não só os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo INEP, mas também o pensamento pedagógico internacional, e realiza uma série de inquéritos e estudos sobre a organização do ensino primário e normal nos Estados. Organiza também a documentação de caráter histórico, desenvolve uma série de levantamentos bibliográficos, além de promover diversas publicações de caráter técnico (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.25).

A nomeação de Lúcia Pinheiro ao cargo de Técnica de Educação, Classe I do INEP, ocorreu em dezembro de 1941. Em maio de 1944, recebeu promoção por merecimento e passou “ao cargo J dessa carreira” (DOU 1944, p. 12). A página cinco do Jornal do Brasil de quatro de outubro de mil novecentos e quarenta e cinco informa que Pinheiro passou da Divisão do Ensino Secundário para o Instituto Nacional do Livro.

Em 1945, Murilo Braga de Carvalho assumiu a direção do Instituto. Sua gestão foi interrompida em 1952 em virtude de um trágico acidente aéreo que ocasionou a sua morte. Segundo Mariani (1982) foi durante esta gestão que o INEP perdera, parcialmente, as características de um órgão de pesquisa, pois, em virtude da extinção, à época, da Diretoria do Ensino Primário e Normal, absorvera a tarefa de construir prédios escolares nas zonas rurais. Desta forma, nesse período, o instituto teve como principal objetivo “estudar e planejar os tipos de prédios para grupos escolares, escolas isoladas, escolas normais etc, bem como critérios de localização e distribuição dos prédios” (GOUVÊA, LEITE FILHO; SANTOS, 2008, p.45).

O ano de 1946 foi marcante para a carreira de Pinheiro, pois esteve sob a responsabilidade da professora a organização da “Biblioteca Científica” e outras publicações ficando ainda responsável por administrar o “adiantamento de Cr\$ 500.000,00” (DOU, 1946, p.26), destinado a custear as despesas com a biblioteca.

Em 1952, Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto transformando-o “numa espécie de miniministério no interior do próprio Ministério” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.26), passou a acumular duas funções já que no ano anterior havia sido convidado a organizar a Campanha de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES<sup>35</sup>. Assim sendo, ele atuou, simultaneamente, como secretário-geral da CAPES e diretor do INEP, situação que persistiu até 1964. Em seu primeiro discurso, quando tomou posse do cargo de diretor, deixou claro que a sua intenção seria dinamizar o órgão, enfatizando que

[...] as funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar amplitude maior, buscando tornar o quanto possível o centro de inspiração do magistério nacional, para a formação daquela consciência educacional comum que mais do que qualquer outra força deverá dirigir e orientar a escola brasileira. Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento da consciência nacional, indispensável à reconstrução escolar (MARIANI apud MENDONÇA; XAVIER, 2008, p. 27).

## **2.2 – O Inep na gestão de Anísio Teixeira: duas instituições que se entrelaçam**

Anísio Teixeira manifestou intenção em transformar o Inep em um centro de inspiração do magistério, tinha como pressuposto, formar a “consciência educacional comum que seria indispensável para o processo de reconstrução da escola” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.27). É importante destacar que, para ele, havia significativa diferença entre os termos “reformular a escola” e “reconstruir a escola”, uma vez que o primeiro termo teria de alguma forma, um caráter temporário, enquanto que o segundo propiciava o encadeamento de um processo contínuo de repensar e transformar a escola a partir de seu interior.

Nessa perspectiva, a fim de modernizar a organização e a estrutura do INEP, criou em 1952 e 1953, respectivamente, a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) e a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) voltadas à produção de material didático, bem como a realização de um amplo levantamento da situação do ensino médio no país. Tratava-se de ações sem precedentes na esfera educacional.

Cabe destacar que no arco de tempo (1938-1964), o órgão teve três diretores, o que de certa forma, garantiu a continuidade do trabalho desenvolvido. No entanto, foi Anísio

---

<sup>35</sup> Atualmente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – responsável pela institucionalização da pós-graduação no País, e que terá num primeiro momento o próprio INEP como seu órgão executivo.

Teixeira (1952-1964) quem propiciou a democratização do instituto, quando criou, conforme veremos a seguir, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e promoveu a sua descentralização através da criação dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPE's). Desta forma, cabe explicitar que o CBPE estava inserido na estrutura organizativa do INEP. Sobre o CBPE, Gouvêa (2012, p.41), assinala

[...] a existência de um projeto extremamente arrojado e inovador para a época que buscou configurar a unidade dentro da diversidade, o nacional a partir do regional - e por mais paradoxal que possa parecer - a centralização como ponto de partida para a descentralização do sistema educacional brasileiro.

### 2.3 - O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE

Em 18 de agosto de 1955, aconteceu a primeira reunião de especialistas brasileiros e estrangeiros, com o objetivo de delimitar a estrutura organizacional, bem como as funções que o novo Centro desenvolveria. Florestan Fernandes<sup>36</sup> foi um dos membros desta reunião. Por desconhecer as discussões que precederam tal reunião, questionou sobre os fins que a nova instituição poderia desempenhar. Sua preocupação se baseava na possibilidade do Centro se converter num “instituto acadêmico de estudos, por ventura, útil às ambições científicas de especialistas estrangeiros interessados em pesquisas de psicologia, antropologia, sociologia e pedagogia no Brasil” (FERNANDES 1966, p. 566). Ressalta, ainda, que tão logo esteve a par de tais discussões, percebeu que a criação do Centro seria imprescindível à situação educacional em que se encontrava o país. Em suas palavras Florestan Fernandes nos esclarece que:

[...] A reunião foi altamente produtiva [...] se quisermos associar educadores e cientistas sociais em trabalhos cooperativos, é essencial que se resolva o ajustamento de ambos no plano da pesquisa e no da produção intelectual voltada para a exploração ou transformação da realidade. Nem o educador deve manter a concepção científica de que o cientista social tem o segredo das soluções dos problemas educacionais brasileiro; nem o cientista social

---

<sup>36</sup> Verbete: **Florestan Fernandes** (1920-1995): Sociólogo, desde o início de sua trajetória intelectual Florestan Fernandes foi profundamente marcado pelo contexto de transformações sociais, econômicas e políticas desencadeadas a partir dos anos 1940-1950, quando a urbanização, a industrialização e as migrações internas resultaram na emergência de novos atores e na reestruturação das hierarquias, levando-o a articular realidade empírica e reflexão teórica, com ênfase na dimensão da ação nas ciências sociais. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 01 jul 2015.

deve encarar o educador como um técnico e uma figura secundária nos seus projetos de integração (FERNANDES, 1966, p. 566).

Na continuidade da sua narrativa sobre a referida reunião, o sociólogo, afirma:

[...] a criação do CBPE marca uma data das mais importantes na história do ensino no Brasil; e que ele poderá prestar serviços inestimáveis ao nosso País, na medida em que corresponder, efetivamente, as necessidades que tornam obrigatórias a sua fundação (FERNANDES, 1966, p. 568).

No dia 28 de dezembro de 1955, foi criado dentro do INEP, pelo o Decreto-Lei nº 38.460, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, que objetivava a intervenção no sistema de ensino do país e para isso constituiu

[...] uma política editorial que incluía a publicação tanto de textos didáticos, quanto de livros voltados para a análise e interpretação dos problemas brasileiros, com ênfase no conhecimento da situação educacional; as escolas experimentais, vinculadas aos centros regionais de pesquisa; e os cursos de formação de professores e especialistas. (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.34).

Como concretização da política editorial mencionada, destacamos a criação do Boletim do CBPE. Identificamos no volume nº 1 do referido impresso, a seguinte justificativa para a criação do CBPE:

[...] Não era possível estudar apenas a educação brasileira e seus problemas, sem considerar, ao mesmo tempo, toda a realidade nacional em seus múltiplos aspectos. O INEP passa a sentir que deveria enveredar-se pelo campo das Ciências Sociais, as quais pediriam os estudos básicos necessários a uma formulação de Política Educacional. (MENDONÇA, 2008, p.48)

Nesse sentido, entendemos que o CBPE tinha a finalidade de institucionalizar a pesquisa em Ciências Sociais em consonância com a pesquisa em Ciências Humanas como um instrumento norteador, capaz de auxiliar na formulação de uma política educacional, bem como políticas de transformação social. Ou seja, tratava-se da construção de um aparato teórico-metodológico, fundamentado cientificamente, com intento de formular políticas educacionais que contribuíssem para a reestruturação do sistema educacional brasileiro.

No âmbito do CBPE, com sede no Rio de Janeiro, foram criados os Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPEs), que tinham a finalidade de regionalizar as ações do CBPE e foram instalados nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.



Fundamentado em Elias (1994), Gouvêa afirma se tratar da tessitura de uma *rede* interdependente, reforçando

[...] a ideia de um projeto coletivo, ou seja, de um grupo sob o comando de Anísio Teixeira que, mais do que atingir finalidades específicas, teve a intenção de construir marcos no campo educacional e, por conseguinte, operar intervenções no fazer docente e no fazer da escola, sobretudo no que concerne o currículo escolar. (2012, p.39)

Tratava de criar, implantar e implementar, estrategicamente, centros regionais de intervenção, que legitimavam as ações do CBPE, visando a melhorar as condições dos professores em nível nacional. Gouvêa (2012) aprofunda a discussão quando utiliza a categoria “estratégia” de Certeau (1994) a fim de compreender a natureza do projeto do CBPE. Para Gouvêa (2012), três estratégias corroboraram para o êxito no projeto do CBPE durante a gestão de Anísio Teixeira. São elas:

[...] estratégias de articulação (as instâncias organizacionais internas do CBPE); estratégias de irradiação (a utilização dos instrumentos de divulgação das iniciativas do CBPE, através de periódicos. Dentre os quais vale ressaltar o boletim do CBPE e a revista Educação e Ciências Sociais); estratégias de mobilização (o trabalho desenvolvido pelo CBPE e, conseqüentemente, pelos CRPEs numa filosofia que penso estar traduzida no máximo envolvimento de todos os atores, num processo contínuo). (p. 38)

Antes da criação do CBPE, em carta enviada, em dezembro de 1954, ao então Ministro da Educação do Brasil, Candido Mota Filho, Anísio Teixeira pensava da seguinte forma os objetivos dos CRPE’s:

A - A pesquisa das condições culturais do Brasil em suas diversas regiões, das tendências de desenvolvimento e de regressão e das origens dessas condições e forças – visando a uma interpretação regional do país tão exata quanto possível;

A. 1 – A formulação de uma política institucional, especialmente de referência à educação, capaz de orientar aquelas condições e tendências no sentido do desenvolvimento desejável de cada região do país:

B – A pesquisa das condições escolares do Brasil, em suas diversas regiões, por meio do levantamento dos seus recursos em administração, aparelhamento, professores, métodos e conteúdo de ensino, visando apurar até quanto a escola está satisfazendo as suas funções em uma sociedade em mudança para o tipo urbano e industrial de civilização democrática e até quanto está dificultando essa mudança, com a manutenção dos objetivos apenas alargados da sociedade em desaparecimento

C – À luz da política institucional formulada pela pesquisa antropológica e das verificações da pesquisa educacional:

1) elaborar planos, recomendações e sugestões para a reconstrução educacional de cada região do país, no nível primário, rural e urbano, secundário e normal, superior e de educação de adultos;

2) elaborar, baseado nos fatos apurados e inspirada na política adotada, livros de texto de administração escolar, de construção de currículo, de psicologia educacional, de filosofia da educação, de medidas escolares, de preparo de mestres, etc.

D – Conjuntamente com esse trabalho de pesquisa, interpretação e planejamento e elaboração de material pedagógico e por meio dele o Centro treinará administradores e especialistas em educação para abastecer os Estados e os Centros Regionais de Estudos Pedagógicos, que estão sendo criados nos estados, ligados ao master center do Rio de Janeiro e, se possível, os próprios departamentos de educação das escolas de filosofia das universidades brasileiras.

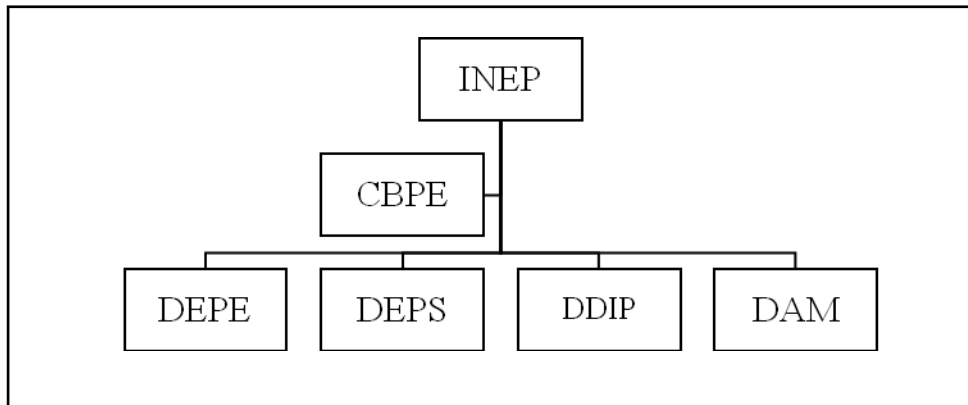
Com um papel de extrema importância no projeto de Teixeira, o CBPE seguia dois eixos gerais de atuação: a) vislumbrava a pesquisa, pois permitia conhecer a realidade educacional brasileira, como fonte principal para subsidiar a reestruturação do sistema nacional de ensino; b) proporcionar aos professores a autorreflexão de sua prática em sala de aula, através da divulgação das pesquisas e desenvolvimento de experimentações pedagógicas.

Ademais, o Centro foi pensado de forma a “fugir” da burocracia estatal e assim como a CAPES, não estava submetido à ingerência direta da burocracia governamental. Eram “Campanhas Extraordinárias” no âmbito do MEC. Os quadros profissionais se constituíam por extranumerários (funções comissionadas), convidados por Teixeira e seus colaboradores. Para tanto, teve a seguinte estrutura: a) Comissão Consultiva<sup>37</sup>; b) Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE); c) Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS); d) Divisão de Documentação, Informação e Publicações (DDIP); e) Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). Conforme detalhamos no quadro abaixo.

---

<sup>37</sup> Órgão responsável pelo trabalho de inter-relacionamento entre o CBPE e os CRPE's. Entre as ações propostas no âmbito da primeira reunião desta Comissão, salientamos: a) consistir em uma comunidade de órgãos de pesquisa e não em um agrupamento burocrático com hierarquias e subordinação; b) a articulação do CBPE com os Centros Regionais; c) como principal papel da Comissão consta o de estabelecer, definir e regulamentar esta articulação entre os órgãos de pesquisa existentes no âmbito do MEC/INEP. Ver: LEITE FILHO, Aristeo; SANTOS, Pablo Bispo dos; GOUVÊA, Fernando. (2008 p.51)

Quadro 1 - Estrutura do INEP durante a gestão de Anísio Teixeira



Fonte: Quadro criado pela autora da dissertação.

Os processos decisórios passavam pela Comissão Consultiva<sup>38</sup>, que era formada por representantes dos CRPE's: São Paulo, Joel Martins e Pedro Sebastião Gregório; Rio Grande do Sul, Eloah Ribeiro Kunz e Gladys Barth Torelli; Minas Gerais: Mario Casassanta e Vivaldi Madureira; Bahia, Luís Ribeiro Sena; o co-diretor, indicado pela UNESCO, Robert Havigurst; o colaborador da UNESCO, Charles Wagley; o coordenador da DDIP e diretor executivo do CBPE, Péricles Madureira de Pinho; o diretor da Coordenação de Planejamento, João Roberto Moreira; o coordenador da DEPE, Jayme Abreu; o coordenador da DEPS, Darcy Ribeiro; a coordenadora da DAM, Lúcia Pinheiro – objeto de estudo desta pesquisa. A comissão era presidida por Anísio Teixeira, que frisou na primeira reunião não haver “subordinação nem controle entre os diversos departamentos em que subdivide o grupo dedicado a pesquisas educacionais em todo País, reunido apenas para uma troca de ideias” (GOUVEA, LEITE FILHO; SANTOS, 2008, p.52).

É importante ressaltar que todas as Divisões do CBPE tinham papel crucial e bem definido no que se refere aos estudos e análises da situação educacional no País, outro ponto do propósito cebeiano se constitui na diversidade dos projetos desenvolvidos, a saber: “Educação e Mobilidade Social; Escola Experimental nº 1; Socialização e Estrutura de uma Comunidade em Itapetininga; Situação Educacional em Sergipe; Levantamento das Instituições e Pessoas ligadas aos problemas educacionais do Brasil; menores no meio rural brasileiro” (BRASIL, 1960, p.193). Contudo, a DAM merecia destaque por sua possibilidade

<sup>38</sup> Ver ata da Reunião da Comissão Consultiva do CBPE, realizada em 4 e 5/7/1957, na Sala da Biblioteca do CBPE, Rua Voluntários da Pátria, 107, Rio de Janeiro. Ver a Ata também em Gouvêa, 2008, p. 93.

de intervir e proporcionar significativa mudança ao que estava posto ao magistério no âmbito da educação brasileira. Para Gouvêa; Leite Filho; Santos, a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério,

[...] teria um papel de vital importância no que se refere à implementação, em escala ‘micro’ – nível das salas de aula e das instituições escolares, dos objetivos relativos à pesquisa educacional e à aplicação dos resultados dessa modalidade de investigação às realidades escolares do País. (2008, p. 53).



Figura 2 – Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Lúcia Pinheiro e outros na inauguração do CBPE – Darcy Ribeiro (primeiro à esquerda, de terno preto) e Lúcia Pinheiro (primeira à esquerda)<sup>39</sup>  
Fonte: CPDOC-FGV.

As funções que Pinheiro exerceu no MEC/INEP como Técnica de Educação do INEP, estão descritas em seu currículo, encontram-se descritas da seguinte forma:

- Chefe do Setor de Estudos do Departamento Nacional de Educação;
- Coordenadora dos Cursos do INEP;

<sup>39</sup> Fonte: CPDOC/FGV (AT foto 035 - Filme: 180/6/25A-26).

- Assessora do Diretor do INEP;
- Diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do INEP (incluindo funções de pesquisa);
- Organização, supervisão e aperfeiçoamento de pessoal de Escola Experimental Guatemala – 1955-1977;
- Assessora do Grupo Tarefa (Coordenadoria de Pesquisas Educacionais) do INEP – 1973-1974;
- Coordenadora de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE – 1976-1977;

**Como Pesquisadora:**

- Coordenadora de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE – 1976-1977;

**Outras funções desempenhadas:**

- Planejamento e supervisão de pesquisas;
- Elaboração de relatórios de pesquisas;
- Coordenação e participação em Encontros, Simpósios, Seminários sobre Pesquisa em Educação.



Figura 3 – Anísio Teixeira, Lúcia Pinheiro (à esquerda) e outros na inauguração do CBPE<sup>40</sup>.  
Fonte: CPDOC-FGV.

<sup>40</sup> Fonte: CPDOC/FGV (AT foto 035 - 1957).

#### **2.4- Lúcia Marques Pinheiro na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**

Outro grande meio da disseminação dos estudos, pesquisas e do pensamento de Lúcia foi a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP. Cabe breve contextualização desta Revista, seguida da relação dos artigos por ela escritos.

O primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos foi lançado em julho de 1944 objetivando a formação de um pensamento criativo e transformador a partir das ideias dos educadores militantes da Associação Brasileira de Educação: Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Segundo Britto (2008, p. 40), existe três fases que caracterizam a trajetória da Revista concebida pelo INEP. A primeira fase corresponde às administrações de Lourenço Filho e Murilo Braga, onde “prevaleceu uma abordagem mais intrinsecamente pedagógica, com ênfase nas questões ligadas à administração escolar, à orientação vocacional e à psicologia educacional (BRITTO, 2008, p.34)”. A segunda fase compreende a gestão de Anísio Teixeira, que procurou concentrar no periódico as discussões sobre a democratização do ensino. Sobre esse momento, o autor ressalta que

[...] a Revista passou a espelhar o contraponto de opiniões naquela intensa dialética entre os que defendiam a formação comum do povo brasileiro pela escola pública, mediante uma escola de qualidade e sua expansão, e os que buscavam privilegiar o ensino particular, acreditando que desta forma, se estaria atendendo à liberdade das famílias escolherem o tipo de formação pretendido para seus filhos, principal argumento empregado (BRITTO, 2008, p. 35)

No terceiro período, após 1964, por reivindicação dos setores ligados ao ensino privado, observou-se a tentativa de extinção do INEP e, conseqüentemente, da Revista. Entretanto, de acordo com Britto (2008, p.38)

[...] O presidente Castelo Branco nomeou o professor Carlos Pasquale, diretor do Sindicato de Estabelecimentos Particulares do Estado de São Paulo, que para a surpresa geral manteve a equipe do professor Anísio, dando continuidade aos projetos e às pesquisas, bem como à edição da RBEP [...] mediante portaria, criou-se o Conselho Editorial, integrado pelos professores Elza Nascimento Alves, Jayme Abreu, João Roberto Moreira e Lúcia Marques Pinheiro [...] o conselho passou a se reunir a cada três meses para apreciar a matéria do número do período e programar a do número seguinte. Essa foi a rotina de 1964 a 1976.

De acordo com a informação curricular de Pinheiro, suas publicações<sup>41</sup> na RBEP foram as seguintes:

- ❖ A homogeneização de classes na Escola Primária como recurso para entender as diferenças individuais, nº34.
- ❖ Aplicações da Psicologia à Educação: origem dos sentimentos de insegurança e angústia, nº 41, 1951;
- ❖ Organização e funções do Centro Nacional de Documentação Pedagógica da França, nº61, 1956;
- ❖ Tendências do ensino universitário da pedagogia nos países da Europa Ocidental. nº. 53, 1954;
- ❖ O problema dos prêmios e castigos, nº 36, 1957;
- ❖ Domínio pelas crianças da escola primária dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da História, 1968;
- ❖ Domínio pelas crianças da escola primária dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da Geografia, 1968;
- ❖ Iniciação à Leitura. nº. 110, 1968;
- ❖ Ensino Normal em oito Estados Brasileiros, 1969;
- ❖ Formação do Professor Primário (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº87, 1962;

---

<sup>41</sup> Foram mantidas as informações originais do currículo, disponível no acervo da ABE.

- ❖ Bases para a reformulação de currículos e programas do ensino fundamental – Série VIII Pesquisas e Monografias, Vol. 10 – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 125,1972;
- ❖ Formação do Magistério para a Educação Fundamental – Currículo básico. nº. 129, 1973.

#### **2.4.1- O pensamento de Lúcia n período que retrata a primeira fase da RBPE**

De posse de alguns artigos da professora Lúcia, publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, buscaremos a partir deste momento, apreciar o pensamento da intelectual inserido, de acordo com Britto (2008), na primeira fase da Revista. É importante ressaltar que esta é uma síntese de alguns artigos de Lúcia, não é pretensão nossa avaliar o pensamento da intelectual quanto à sua aplicabilidade e sua relevância para o sistema educacional da época. Nossa intenção é apresentar sua produção científica, destacando alguns elementos, que nos parecem significativos para a autora.

**Primeiro Artigo** – A homogeneização de classes na escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 12, n.34, p.82-139, set/dez, 1948.

O artigo publicado na RBEP, nº. 34 faz parte da Monografia da autora apresentada como requisito de uma das fases do processo seletivo para o Concurso de Técnico de Educação, organizado pelo Departamento Administrativo de Serviço Público – DASP em 1941. Seu artigo trata do “problema da organização de classes na Escola Primária” (p.83). A autora inicia sua reflexão questionando o que significa estudar experimentalmente, em educação? Segundo ela, “agir com um objetivo – a verificação do resultado de uma determinada medida; preparar as condições para a sua aplicação e seu estudo; dispor material e pessoal; realizar e interpretar os resultados controlando a ação exercida” (p.82).

No que se refere ao controle, estabelece algumas fases a serem seguidas assim como problemas que podem ser encontrados em cada fase, conforme mostra o quadro.



*Quadro 2 – Representação da atribuição e controle de problemas educacionais:*

<b>Fase</b>	<b>Atribuição</b>	<b>Problemas</b>
<b>Planejamento</b>	Definição de objetivos e verificação das condições de trabalho;	Elaboração de programas, planos de horários, de organização de classes;
<b>Organização</b>	Distribuição do trabalho aos órgãos de ação (pessoal e material);	Aquele que se refere à prática da organização;
<b>Execução</b>	Realização do plano, a parte dinâmica do processo;	Tudo a que se refere à aprendizagem, o método em geral;
<b>Controle</b>	Verificação e interpretação do rendimento, e das três primeiras fases do processo.	Testes e medidas, tratamento estatístico dos resultados.

Fonte: Quadro elaborado a partir da Monografia de Lúcia Marques Pinheiro, publicada na RBEP nº 34, de 1948.

O estudo de Lúcia Marques Pinheiro fundamenta-se nos teóricos que na ocasião defendiam a homogeneização das classes de estudo (plano Dalton e sistema Winnetka – sem data), bem como a classificação por inteligência Spearman e Thorndike (1923); Stern e Thurstone (1926). Implica em “classificar os alunos em grupos, reunindo-os por suas identidades quanto à capacidade de aprender” (p.101). A autora dá o exemplo, em determinada passagem do trabalho de uma turma de 40 alunos que se divide em três grupos, sendo os alunos “bem dotados” (p.106), os “alunos médios” (p.105) e os considerados “fracos” (p.105). Para ela, essas características têm a ver com identidade de cada aluno, que por conseguinte, se agrupa de acordo com as “capacidades” encontradas no outro.

De acordo com a autora,

[...] A homogeneização vem justamente concorrer para facilitar a aquisição de atitudes corretas a respeito de diferenças que se farão notar através de toda a vida. Será mais razoável separar os alunos, para que cada qual sejam apresentados os estímulos mais próprios ao seu desenvolvimento máximo, do que deixar todos juntos, para que os menos dotados sintam que fracassaram em trabalhos que os outros realizam com facilidade. É puro idealismo crer que nas classes não selecionadas o indivíduo menos dotado não se sinta diminuído. E será mais natural que ele se prepare para a vida compreendendo suas limitações e entregando-se a um trabalho em que se

sinta superior, em que vença, do que leva-lo a querer competir com os demais, em posição muito inferior, sempre. (p.108)

Seu estudo também atenta para questões consideradas contra a homogeneização. No entanto, a autora apresenta argumentos que corroboram para a sua atenção voltada à separação de alunos em grupos. Ao levantar a hipótese de que “a segregação prejudica os alunos fracos e médios porque eles perdem o estímulo que representa o colega forte” (p.114), a autora defende o agrupamento ponderando que

[...] O trabalho precisa estar de acordo com a capacidade do aluno, assim como os objetivos visados. O que não causa o efeito desejado não se integra à personalidade, e tentar o que estamos impossibilitados de conseguir é inútil, e, por vezes mesmo, prejudicial.

Nas conclusões menciona que na tentativa de atender às diferenças, a separação por grupos é um ponto de partida para o ensino individualizado; que as vantagens podem ser apreciadas pela redução das reprovações, higiene mental do aluno, motivação, disciplina entre outros; e ainda, que os grupos devem ser acompanhados, adotando métodos de ensino, de programas e de orientação aos professores.

**Segundo artigo** – Aplicações da psicologia à educação: origem dos sentimentos de segurança e angústia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 15, n.41, p.54-74, jan/mar, 1951.

A autora inicia o artigo justificando a importância da Psicologia no campo das Ciências Humanas. Faz uma comparação com os estudos do campo da Física, que segundo ela, permaneceram por um largo período de tempo caminhando “numa direção falsa, que impediu todo o progresso real” (p.55)

No que se refere aos sentimentos partilhados, a autora menciona que diferentemente das ciências Físicas, a Psicologia

[...] provoca reações diversas, de tipo afetivo, geralmente prejudiciais à sua própria aceitação como ciência. A uns apaixona, porque parece trazer uma luz qualquer sobre o futuro, sobre o domínio dos outros homens, ou um conhecimento de nós próprios, satisfazendo, de certo modo a mesma tendência, que torna a grande massa interessada em tudo que se refira às ciências ocultas e à cabalística. Outros a desprezam, sem maior análise, por

não conhecerem os fundamentos e as descobertas de maior valor, mas apenas as noções mais divulgadas, com suas deturpações naturais. Outros, enfim, pelo fato mesmo de que a Psicologia esclarece alguma coisa que eles temem ver, que se recusam a admitir – ela provoca reação de repulsassem análise imparcial, mascarada embora de argumentos pretensamente racionais e fundamentados, da mesma forma, há os que não acreditam na Medicina, ou na ciência em geral. (p.56)

Num segundo momento do texto, questiona a maneira pela qual a Psicologia poderia contribuir, com seus conhecimentos científicos, para o desenvolvimento educacional. Sua aplicação se daria através de observações e experimentos. Explica e exemplifica, fundamentada em Karen Horney<sup>42</sup>, “as origens dos sentimentos de insegurança e angústia próprios das personalidades neuróticas” (p.57).

Em seguida, apresenta uma série de situações problemas que podem desencadear os referidos sentimentos nas crianças, afetando assim seu desempenho escolar. Dentre as situações abordadas pela educadora, estão a separação dos pais; ameaças e alusões às bruxas e outros personagens que habitam o imaginário infantil de maneira a provocar medo; a vivência em ambiente de desavenças; entre outras. Por fim, sinaliza que é preciso à educação brasileira, uma formação moral, psicológica e pedagógica. Nessa perspectiva, ela declara que já seria um enorme avanço, fazer com que a criança seja compreendida como

[...] um ser profundamente sensível, receptível, confiado à nossa guarda para que protejamos, e não para que criemos nenê uma reação de pavor básico, num mundo já de si tão complexo e cheio de dificuldades reais. Não é sem razão que das declarações de direitos das crianças vem constando sistematicamente o direito a se desenvolver livre de temores (p.74).

**Terceiro artigo** – Tendências do ensino universitário da pedagogia nos países da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 21, n.58, p.48-57, jan/mar, 1954.

O artigo apresenta-se na versão de relatório descritivo das impressões da autora sobre o Primeiro Congresso sobre o Ensino da Pedagogia e Nível Universitário na Europa Ocidental, realizado na Bélgica.

---

<sup>42</sup> Horney (1885-1952) é considerada uma neopsicanalista, formada em medicina e psicanálise, entretanto utilizou a base psicanalítica para formar sua própria teoria da personalidade, divergindo de Freud em vários fatores. Disponível em <<https://psicologadrumond.wordpress.com/2013/08/15/karen-horney/>> Acesso em 30 jan 2015.

Lúcia relata a insatisfação dos demais participantes sobre a situação educacional em seus países. O movimento reformista estaria na fase de “esboço” na Itália e em fase de execução na Espanha e Holanda. Segundo ela,

[...] Os aspectos sobre os quais versaram mais frequentemente os pedidos de esclarecimento foram os relativos à extensão da prática de ensino. Neste último setor se notava em geral certa insatisfação com a organização e os resultados atuais. Sob essas duas preocupações, percebia-se nitidamente um interesse marcante, pragmático de realizar um trabalho de preparação dos alunos para os problemas reais com que irão se defrontar. (p.49)

A tendência, cujo tema é o título do trabalho, perpassa pela psicologia voltada à aplicação pedagógica, acompanhada de “um desejo intenso de se dedicar a algo que pudesse desde logo ser utilizado direta e decisivamente na obra de educação, e, em particular na solução dos casos difíceis” (p.50). Trata-se, portanto, da teoria cognitiva de Piaget, tendência entre os franceses e demais congressistas:

[...] Verifica-se pelas comunicações do Congresso de Gand que a Psicologia é admitida, sem exceção, em todos os cursos de Pedagogia das Universidades da Europa Ocidental, e apresenta uma tendência crescente ao desdobramento e à especialização. Na Bélgica, por exemplo, há em Bruxelas 6 ramos de Psicologia, em Louvain, 13. Na França existem 4 cursos completos de Psicologia. Naquele primeiro país, verificamos que um terço ou mais dos horários dos cursos são consagrados à matéria, estudada desde seus aspectos de Psicologia Geral até disciplinas mais particularizadas, como a de Métodos de Psicologia e de Psicologia da Criança Delinquente, sem contar as cadeiras práticas e os seminários, que são numerosíssimos (Laboratório de Psicologia Experimental, de Orientação profissional, Prática de Consulta Psicológica, etc. etc.). Em todos os países Europeus existe uma cadeira de Psicologia da Infância e da Adolescência, e na Inglaterra, na Universidade de Birmingham, há mesmo um diploma de Psicologia da Infância (p.57).

## **2.5- A Coordenação de Cursos do INEP: inspiração para Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério?**

Buscaremos apreciar neste subitem o trabalho de Lúcia Pinheiro no INEP, porém não nos estenderemos ao seu trabalho na DAM. Para tanto, teremos mais adiante um capítulo dedicado à Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

O relatório sobre o Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal<sup>43</sup>, realizado pelo INEP, que corresponde aos anos 1947 a 1958, assinado por Pinheiro, revela que o Programa criado se dividiu em três fases, sendo a primeira fase a partir de 1947 onde se percebeu a necessidade do mesmo devido à procura de professores e especialistas que desejavam orientações para os problemas educacionais enfrentados, cotidianamente. Além, de atuar na formação de profissionais, uma vez que “os Estados geralmente ainda não dispunham de corpos de orientadores ou administradores qualificados” (AT t 52.06.04, p.1). que foram distribuídos pelos cursos:

Direção e Inspeção do Ensino Primário: que abrigavam as disciplinas de Administração escolar; Organização escolar; Biologia educacional; Psicologia educacional; Metodologia do Ensino primário; Metodologia de leitura, linguagem e literatura infantil, Metodologia Matemática, Metodologia de Geografia e História, Metodologia de conhecimentos gerais; Metodologia de Ensino de desenho; Instituições complementares da escola; Estatística aplicada à educação.

Provas e Medidas Educacionais: que abrigavam as disciplinas de Psicologia educacional; Estatística e medidas; prova e medidas; Metodologia da leitura, linguagem e literatura infantil; Metodologia da Matemática; Metodologia da Geografia e História; Metodologia de conhecimentos gerais; Metodologia de desenho; Organização escolar.

Administração e Chefia de Serviços Educacionais: que compreendeu as disciplinas de Administração Escolar; Organização escolar; Psicologia Educacional; estatística Educacional; Provas e Medidas; Higiene e educação sanitária e Instituições complementares da escola.

A duração dos cursos variava entre 9 a 12 meses, que se dividia em dois períodos letivos. Os cursos passavam por mudanças curriculares à medida que novas demandas surgiam. Eram oferecidas bolsas de estudos. Esses bolsistas assumiam o compromisso de regressar ao seu estado de origem e prestar serviço pelo prazo de dois anos.

---

<sup>43</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Coordenação dos Cursos do INEP 1956-1960. Presentes no documento AT t 52.06.04

A maior dificuldade encontrada na implementação do programa foi o fato de que “não dispunha o INEP de instituições onde se pudessem realizar estágios, nem tinha articulação com o sistema público de educação ou escolas particulares do Distrito Federal, encarregando-se – por exclusivo esforço próprio – de todo o programa de aperfeiçoamento planejado” (AT t 52.06.04, p. 4). Foi somente a partir de 1955 que o INEP passou a contar com a parceria da Prefeitura do Distrito Federal, via o convênio que transformou a Escola Guatemala na Escola Experimental (e demonstração) do INEP.

Outra dificuldade relatada foi a falta de estrutura institucional nos estados que recebiam seus egressos. Como afirma Pinheiro, “um grupo apreciável não foi aproveitado nas funções para as quais se preparara, por não existirem os serviços correspondentes em seus Estados, nem terem sido criados, ao voltarem os bolsistas” (AT t 52.06.04, p.1).

O início da segunda fase se deu com chegada de Anísio Teixeira ao INEP. Como vimos, foi através de Teixeira que INEP se transformou na “rede interdependente” (GOUVEA, 2012). Sobre essa transformação, Pinheiro assinala que a Coordenação dos Cursos do INEP

[...] Baseou-se essa nova experiência na concepção de que a forma mais eficiente de treino de pessoal é a que se realiza por estágios em serviço, uma vez que oferece oportunidade de ver os problemas reais da profissão, em toda sua complexidade, e as maneiras de solucioná-las mais ou menos satisfatoriamente. (AT t 52.06.04, p.8)

Apesar de Lúcia Pinheiro assinar o relatório pelo período de 1947-1958, ela aponta que foi em 1954 que assumiu a Coordenação dos Cursos do INEP, tomando como eixo, a terceira fase na cronologia por ela estabelecida. Percebe-se no relatório que, a partir desse momento, a professora e técnica em educação do INEP passa a não mais realizar uma análise descritiva do programa, mas traz pontos importantes que nos remetem a um plano de ação mais contundente, ou seja, apresenta estratégias de articulação entre a teoria e a prática, ressaltando ainda que o programa “deveria assistir, da maneira mais eficiente que nos fosse possível, o esforço dos Estados no sentido de melhoria da educação primária, através do aperfeiçoamento de pessoal”. (id, p. 10)

Pinheiro segue afirmando que

[...] Julgamos que, se pudesse o INEP cumprir esse programa e, em consequência, dispusessem os Estados de administradores capazes, servidos por pessoal habilitado para estudar os problemas de seu ensino primário, de um corpo de especialistas em ensino primário e de orientadores que se encarregassem do aperfeiçoamento de pessoal, de Escolas de Demonstração que permitissem estágios bem orientados e com currículos o mais possível enriquecidos, teríamos auxiliado o trabalho dos Estados, contribuindo para que venham a ter condições e disponibilidade de pessoal para um esforço e melhoria do ensino elementar” (id, p. 10).

A seguir, fragmentos do relatório apresentam algumas estratégias. Nas palavras de Pinheiro,

[...] Para completar esse programa, alargando-o, seria aconselhável a realização de cursos de aperfeiçoamento nos Estados, por equipes de professores enviados de centros maiores, ou do próprio local, com aperfeiçoamento prévio nos cursos do INEP; No cumprimento desses objetivos, dois grupos importantes de profissionais a aperfeiçoar seriam os de administradores escolares e especialistas em educação, pois a eles cabe a responsabilidade das medidas administrativas e dos estudos necessários a criar condições gerais favoráveis ao trabalho das escolas; Outro grupo com maior significação seria o constituído por professores de Escolas Normais, de cursos de aperfeiçoamento e orientadores, que atuariam nos próprios Estados, multiplicando o trabalho realizado por este Instituto; Dependendo da melhoria da Escolas Normais essencialmente do aperfeiçoamento nas Escolas de Aplicação , outro grupo importante de professores, a serem visados no programa do INEP, seria o de diretores e professores primários de classe para Escolas de Aplicação, e Escolas de Demonstração para professores em estágio de aperfeiçoamento; Incluiria ainda, esse programa de melhoria das Escolas de Aplicação a necessidade de se prepararem professores primários para enriquecer os currículos dessas escolas, a fim de que os professores em formação ou em estágio de aperfeiçoamento possam ter a oportunidade de observar um trabalho satisfatório de ensino primário; Além disso, deveria o INEP, na medida de suas possibilidades, beneficiar um maior número de professores primários através dos cursos nos Estados e oferecer possibilidades de especializações como educação pré-escolar e ensino emendativo<sup>44</sup>, para as quais não há oportunidade na maioria dos Estados.

Entendemos que essas estratégias, em suma, configuram a gênese da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, que aprofundaremos no capítulo três deste trabalho. Nos relatórios mencionados, observamos ainda que tanto as ações propostas pela DAM, quanto os

---

<sup>44</sup>Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934. Art. 1º Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde Pública e subordinada ao respectivo ministro, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, a que ficarão afetos os serviços relativos à Educação Física e ao Canto Orfeônico que sejam da competência do referido ministério.

Cursos de Aperfeiçoamento de Pessoal, elaborados pela Coordenação dos Cursos do INEP, se complementam. Durante o período em tela, o INEP qualificou 447 profissionais. Nesse sentido, ressaltamos as linhas de ação a que se propôs a Coordenação dos Cursos do INEP, em sua terceira fase, já contemplada pela atuação de Pinheiro:

- Formação e Aperfeiçoamento de Administradores Escolares e de Especialistas em Educação: a) Estágios em serviço; b) Curso de Especialização em Educação; c) Seminário de Delegados de Ensino;
- Aperfeiçoamento de Professores de Escolas Normais ou Institutos de Educação e Orientadores de Ensino: a) Curso de linguagem; Matemática; Estudos Sociais e Ciências Naturais na Escola Primária; b) Preparação de Professores de Prática de Ensino; c) Seminário do Ensino de Psicologia para Professores Primários; d) Seminário sobre o Ensino de Sociologia para Professores primários; e) Curso de Aperfeiçoamento de Professores de Recreação e Jogos de Escolas Normais; f) Seminário sobre o Ensino da Música para Professores Primários; g) Seminário sobre o Ensino Normal; h) Cursos de Aperfeiçoamento de Orientadores do Ensino.
- Preparação de Professores para as Escolas de Demonstração: a) Aperfeiçoamento de Professores de Classe; Aperfeiçoamento de outros Professores para Escolas de Demonstração.
- Colaboração no Plano de Extensão da Escolaridade Primária;
- Preparação de Professores para o Ensino Emendativo;
- Curso Intensivo dos Estados;
- Aperfeiçoamento de Professores para Escola Experimental do INEP do Distrito Federal.
- Preparação de Pessoal no Estrangeiro para o CBPE e os CRPE's do INEP.



## 2.6- O Enfraquecimento do CBPE: entre os anos 1961-1964

Mendonça (2008, p.108) aponta que nos quatro últimos anos da gestão de Anísio Teixeira, o Centro entrou, numa “crise interna”, que segundo o ponto de vista da pesquisadora, pode ter sido desencadeada por conta da

[...] clivagem do grupo que se articulava em torno da Campanha em Defesa da Escola Pública, após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1962, que poderia ter estimulado o afastamento dos cientistas sociais, especialmente os paulistas da Universidade de São Paulo (USP); e o envolvimento de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro com Brasília, que implicou inclusive na mudança de Anísio e do próprio INEP para a capital, permanecendo o CBPE no Rio de Janeiro, afastado da direção.

Além disso, a tentativa de institucionalização tanto da posição ocupada pelo órgão, quanto ao seu papel exercido junto ao MEC, podem ter gerado tal enfraquecimento.

O fragmento de texto que segue é parte do Relatório – Súmula das atividades em 1963, e reflete bem o clima que pairava sobre o CBPE, em seus anos finais:

[...] Não funcionaram com a presteza de circulação e de diálogo decisório desejáveis, as relações funcionais entre coordenação e a direção suprema do CBPE. Os dois primeiros trimestres foram cheios de dúvidas, incertezas vacilações, sobre “se fica ou se não fica”, sobre “qual o orçamento que se pode ter” e o programa que se pode montar. Constam dos relatórios trimestrais os registros a respeito do fato conseqüente ao clima de instabilidade político administrativa do País. Depois, nos moldes é irrealizável essa boa articulação. Ocorre que a direção suprema do CBPE não tem o tempo necessário, em rápidas passagens pela Guanabara, acumulada de inúmeros assuntos a resolver para se inteirar de todos os dados necessários a decisões bem ponderadas, suficientemente estudadas e discutidas em seus prós e contras [...] Como não acontece também uma delegação de poder e investidura de decorrentes responsabilidades na medida necessária [...], para que algumas realizações venham afinal a suceder, é preciso agir com certa dose de ímpeto temerário, sacando sobre os riscos de confirmação a *posteriori*, quase à base do *fait accompli*<sup>45</sup>, sem o que pelo predomínio da restrição frenadora *a priori*. (p.14).

E assim, numa perspectiva de esvaziamento paulatino, primeiro por motivos endógenos – como já assinalados- posteriormente por motivos exógenos por conta do golpe

---

42. Significa “fato consumado”

civil-militar de 1964, os CRPEs foram extintos e em 1977 se deu a extinção do próprio CBPE. Encerramento este marcado pelo apagamento da memória deste significativo projeto de ação e intervenção, especialmente, por ser Anísio uma figura de oposição ao golpe militar.

Ainda que Teixeira tenha dito em um simpósio que:

[...] Em toda a minha vida, jamais procurei formar discípulos. A minha própria filosofia, assistemática, não comporta mesmo a ideia de ter discípulos. Para ela, para mim o pensamento humano está em permanente reconstrução. Busco, humildemente, participar ou, pelo menos, acompanhar essa reconstrução. Geralmente, no meu contacto com os outros, antes procuro avivar-lhes o sentido de revisão e estimulá-los a se criticarem, do que formá-los ou convencê-los, catequizando-os. E assim é que, frequentemente, talvez perturbo mais do que educo. (RBEP - Vol. 21, Janeiro - Março. 1954, n. 58, p.7)

É nosso papel resgatar os fragmentos desta história e remontá-la, não esquecendo suas orientações quando diz que “A história, para o educador, é profundamente útil, pois é ela que nos permite acumular experiência e não estar, sistematicamente, a cada vez recomeçando do zero” (apud MENDONÇA, 2008, p.121).

Com o propósito de apresentar de forma concisa e objetiva a atuação de Lúcia Pinheiro desde o seu ingresso no sistema público de educação, elaboramos um quadro cronológico abordando as principais informações encontradas sobre trajetória acadêmica e profissional desta intelectual. Cabe destacar que o presente quadro está apoiado no Quadro-síntese<sup>46</sup>: CBPE, MEC, INEP e a Legislação entre 1938-1964, possibilitando uma visão ampla da trajetória da professora em consonância de outros elementos que a circundavam nos períodos em destaque.

Dividimos as trajetórias em três fases: 1936-1945; 1946-1952 e 1952-1964. Tal divisão obedeceu a critérios específicos, a saber: a primeira corresponde ao ingresso da intelectual no MEC e se estende até a queda do governo Vargas; a segunda apresenta relação direta com a gestão de Murilo Braga no INEP e a terceira com o período da gestão de Anísio Teixeira na mesma instituição. Além das informações sobre trajetória profissional e acadêmica da intelectual, cada fase apresenta dados relevantes sobre Legislação, Presidente da República, Ministros da Educação, Diretores do INEP/CBPE e Campanhas do MEC/INEP.

---

<sup>46</sup> Ver LEITE FILHO, Aristeo; SANTOS, Pablo Bispo dos; GOUVÊA, Fernando. (2008 p.57)

*Quadro3* - Cronologia da trajetória acadêmica e profissional de Lúcia Pinheiro entre os anos 1936-1964

<b>Informações</b>	<b>Período: 1936-1945</b>
1) Trajetória profissional e acadêmica de Lúcia Marques Pinheiro	<p><b>1936</b> -Formou-se professora primária no Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal – UDF; Ingressou, automaticamente, como professora primária no sistema público de ensino do Distrito Federal;</p> <p><b>1939</b> – Designada para a Escola 9-8 Pernambuco;</p> <p><b>1941</b> – Passou a exercer o Cargo de Técnica de Educação do INEP;</p> <p><b>1943</b> – Colou grau de Bacharel e licenciou-se em Pedagogia;</p> <p><b>1944</b> – Recebeu promoção por merecimento, passando do Cargo de Técnico de Educação de Classe I para o Cargo J da mesma carreira;</p> <p><b>1945</b> – Atuou como assistente de seleção na Banca Examinadora da prova de habilitação para extranumerário mensalista do DASP;</p>
2) Legislação (MEC, INEP/CBPE)	<b>1938</b> – Decreto-Lei nº 580 de 30 de julho: dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
3) Presidentes do Brasil	<b>Getúlio Vargas</b> (1930-1945)
4) Ministros da Educação	<b>1930 (até 1945):</b> Gustavo Capanema
5) Diretores do INEP/CBPE	<b>1938 (até 1945):</b> Lourenço Filho
6) Campanhas (MEC/INEP)	-----
<b>Informações</b>	<b>Período:1946-1952</b>
1) Trajetória profissional e acadêmica de Lúcia Marques Pinheiro	<p><b>1946</b> – Foi responsável pela organização da Biblioteca Científica e outras publicações do INEP;</p> <p><b>1949</b> – Colou grau Bacharel e licenciou-se em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia – Universidade do Brasil;</p>
2) Legislação (MEC, INEP/CBPE)	<p><b>1946</b></p> <p>a) Decreto-Lei nº 5.583 de 08 de janeiro: dispõe sobre a organização de cursos pelo INEP e dá outras providências.</p> <p>b) Decreto-Lei nº8.996 de 18 de fevereiro: altera a denominação de seções do INEP e dá outras providências</p> <p>c) Decreto-Lei nº 9.018 de 25 de fevereiro: extingue a Divisão de Ensino Primário, do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Saúde e dá outras providências.</p>
3) Presidentes do Brasil	<b>Eurico Gaspar Dutra</b> (1946-1951)
4) Ministros da Educação	1946-1950: Ernesto de Souza Campos, Clemente Mariani Bittencourt, Eduardo Rios Filho (interino), Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Raul Leitão da Cunha.
5) Diretores do INEP/CBPE	<b>1946</b> (até 1952): Murilo Braga de Carvalho
6) Campanhas (MEC/INEP)	-----
<b>Informações</b>	<b>Período: 1952-1964</b>

<p>1) Trajetória profissional e acadêmica de Lúcia Marques Pinheiro</p>	<p><b>1952</b></p> <p>a) Recebeu autorização para representar o Brasil no Seminário Internacional de Educadoras, realizado nos Países Baixos, sob patrocínio da UNESCO;</p> <p>b) Recebeu autorização para ausentar-se do País sem o prejuízo de seus vencimentos pelo prazo de um ano, beneficiando-se de uma bolsa de estudos concedida pelo Governo Francês;</p> <p><b>1954</b></p> <p>a) Foi reconduzida ao cargo de professora, com titulação de professora especializada;</p> <p>b) Assumiu a Coordenação de Cursos do INEP;</p> <p><b>1955</b></p> <p>a) Foi encarregada por Anísio Teixeira, a Diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério;</p> <p>b) Foi testemunha na assinatura do Termo para a manutenção do Centro Regional do INEP de Minas Gerais;</p> <p>c) Foi testemunha na assinatura do termo entre o MEC, o INEP e a CAPES para manutenção do Centro Nacional de Aperfeiçoamento do Magistério;</p> <p>d) Foi testemunha na assinatura do Termo de manutenção do Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério de São Paulo;</p> <p><b>1957</b></p> <p>a. Recebeu autorização para ausentar-se do País sem prejuízo dos vencimentos, pelo prazo de seis meses, para viagem de estudos e observações aos Estados Unidos da América;</p> <p><b>1961</b></p> <p>a) Recebeu autorização para se ausentar do País, pelo prazo de quatro meses, para aceitar a designação feita pelo Ministério das Relações Exteriores, para integrar na qualidade de Conselheiro de Assuntos Educacionais a delegação brasileira que participou, a convite da UNESCO, do Programa de Missões de Estudos sobre Planejamento Educacional, realizado na Espanha, Itália e França.</p>
<p>2) Legislação (MEC, INEP/CBPE)</p>	<p><b>1955:</b> Decreto-Lei nº 38.460, de 28 de dezembro, institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais.</p>
<p>3) Presidentes do Brasil</p>	<p><b>Getúlio Vargas</b> (1951-1954)  <b>João Café Filho</b> (1954-1955)  <b>Nereu Ramos</b> (1955-1956)  <b>Juscelino Kubistchek</b> (1956-1961)  <b>Jânio Quadros</b> (1961)</p>

	<b>João Goulart</b> (1961-1964)
4) Ministros da Educação	<p><b>1951- 1954:</b> Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, Péricles Madureira de Pinho (interino), Antônio Balbino de Carvalho Filho, Edgard Rego Santos e Cândido Mota Filho.</p> <p><b>1955-1960:</b> Abgar Renault, Clóvis Salgado da Gama, Celso Teixeira Brandt (interino), Nereu de Oliveira Ramos (interino), Pedro Calmon Moniz Bittencourt (interino), José Pedro Ferreira da Costa (interino), Pedro Paulo Penido e Clóvis Salgado da Gama.</p> <p><b>1961-1963:</b> Brígido Fernandes Tinoco, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, Roberto Tavares de Lira, Darcy Ribeiro, Teotônio Maurício Monteiro de Barros Filho, Paulo de Tarso Santos e Júlio Furquim de Sambaqui.</p>
5) Diretor do INEP/CBPE	Anísio Teixeira
6) Campanhas (MEC/INEP)	<p><b>1952</b></p> <p>a) Criada em 14 de julho, a Campanha do Livro Didático e Materiais de Ensino – CALDEME.</p> <p>b) Início das atividades da Caldeme sob responsabilidade de Gustavo Lesa.</p> <p><b>1953</b></p> <p>a) Portaria nº 160 do MEC, de 26 de março: dispõe sobre os objetivos e instruções essenciais ao funcionamento da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio (CILEME);</p> <p>b) Portaria nº3 do INEP, de abril de 1953: dispõe sobre a instalação da CILEME.</p> <p>c) Criação do Centro de Documentação Pedagógica com o objetivo de sistematizar os trabalhos desenvolvidos pela CILEME e pela CALDEME e por outros setores do INEP.</p>

Fonte: LEITE FILHO, Aristeo; SANTOS, Pablo Bispo dos; GOUVÊA, Fernando. (2008 p.57)  
A autora elaborou o quadro com as inserções da intelectual Lúcia Pinheiro.

É importante ressaltar que somente foi possível elaborar o quadro cronológico com as informações da trajetória de Pinheiro como servidora pública, por termos esmiuçado os noventa e três diários oficiais<sup>47</sup> encontrados durante insistente pesquisa na internet. Após a leitura individual dos periódicos, listamos por ordem de datas e assuntos, construindo um panorama que se encontra no anexo deste trabalho. Esse panorama serviu de base para inserimos as informações relevantes à pesquisa, no quadro cronológico apresentado acima. Tal esforço foi oportuno, por nos dar a precisão do tempo em que os fatos ocorreram, visto que no currículo da professora, disponível em seu acervo pessoal, na ABE, não havia menção

<sup>47</sup> Disponíveis no sítio < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/?ref=navbar> > Acesso em 13 out 2014.

de datas. Esforço que se configura importante ainda, por evidenciar a relevância e os desdobramentos do trabalho da intelectual, ratificando a contribuição desta pesquisa para o campo da historiografia da educação brasileira.

Sendo assim, trabalhar as informações encontradas nos diários oficiais e inseri-las ao trabalho já realizado por LEITE FILHO, Aristeo; SANTOS, Pablo Bispo dos; GOUVÊA, Fernando (2008 p.57), permitiu-nos contextualizar a trajetória de Pinheiro, envolvida aos fatos históricos ocorridos durante a sua atuação. Trata-se da tentativa de visualização do trabalho desenvolvido por ela, dispostos em escala macro.

A fim de possibilitar a compreensão e o conhecimento de sua trajetória no período posterior ao golpe civil-militar de 1964, inserimos neste capítulo informações que consideramos relevantes. Cabe observar que se trata, também, de uma perspectiva de quebra de marcos periódicos clássicos bastante presentes na historiografia da educação brasileira.

### **O currículo de Lúcia Pinheiro, após 1964:**

#### **Pesquisas Realizadas:**

##### *Publicadas*

Na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:

- ❖ Domínio pelas crianças da escola primária dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da História, 1968;
- ❖ Domínio pelas crianças da escola primária dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da Geografia, 1968;
- ❖ Ensino Normal em oito estados brasileiros, 1969;

Na série – Estudos e Pesquisas:

- ❖ Dificuldades do professor primário recém-formado em classes de 1º ano, 1971; 2ª edição, 1976;

- ❖ Métodos, atitudes e recursos de ensino de professores da Guanabara, 1971; 2ª edição, 1976;
- ❖ Melhoria do rendimento do ensino na 1ª série, 1971; 2ª edição, 1976;
- ❖ Psicologia do trabalho do professor primário, 1971; 2ª edição, 1976;
- ❖ Programa de 1ª série: dosagem, apresentação e preparação do professor, 1975;
- ❖ Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Leitura, 1975;
- ❖ Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Matemática, 1976;
- ❖ Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Ortografia, 1976;
- ❖ Eficácia de Métodos e recursos para o ensino de leitura, ortografia e redação na 1ª série, 1976.



Figura 4 – Capas de algumas das pesquisas realizadas por Lúcia Marques Pinheiro<sup>48</sup>  
 Fonte: Arquivo pessoal.

<sup>48</sup> Fonte: Arquivos pessoais de Lúcia Marques Pinheiro, disponíveis na ABE. Pasta 1.

### Pesquisas não publicadas<sup>49</sup>:

- ❖ Uma forma econômica de apoio ao professor e seus efeitos sobre o rendimento na 1ª série do 1º grau – 1979;
- ❖ Medida de rendimento escolar na 1ª série do 1º grau – 1981.
- ❖ Instabilidade e repetência na 1ª série – 1980;
- ❖ Critérios de seleção de candidatas aos cursos de formação de professores de 1º grau – séries iniciais – 1981.

### Instrumentos de Pesquisa

#### Material experimental publicado:

a) Projeto: Programas experimentais para o 1º grau

Ensino por atividades – um programa experimental para a 1ª série – 1975;

Ensino por atividades – um programa experimental para a 2ª série – 1975;

Ensino por atividades – um programa experimental para a 3ª série – 1976;

Ensino por atividades – um programa experimental para a 4ª série – 1978.



Figura 5 – Capas de programas experimentais realizados por Lúcia Marques Pinheiro<sup>50</sup>

Fonte: Arquivo pessoal

<sup>49</sup> Informações contidas no currículo de Lúcia Marques Pinheiro. Não temos ciência sobre os motivos pelos quais essas pesquisas foram publicadas.

<sup>50</sup> Fonte: Arquivos pessoais de Lúcia Marques Pinheiro, disponíveis na ABE. Pasta 1.



Projeto: Materiais experimentais para a implementação de reforma do ensino de 1º grau.  
Folheto – Caminhos para alfabetização – 1975.

b) Filmes:

Projeto: O cinema na implantação da reforma do ensino de 1º grau. Série de cinco filmes – Renovando a escola.<sup>51</sup>

### **Estudos realizados:**

- ❖ Base para uma reforma da educação no período da escolaridade obrigatória – Anais da 3ª Conferência Nacional de Educação. INEP, 1967.
- ❖ Reorganização da Educação de Base no Brasil. Anis da 3ª Conferência Nacional de Educação. INEP, Salvador 1967, vol. I.
- ❖ Bases para a reformulação de currículos e programas do ensino fundamental – Série VIII Pesquisas e Monografias, Vol. 10 – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 125 de Janeiro a Março de 1972;
- ❖ Uma tarefa complexa: a reformulação de currículos e programas – Publicação do DEF-MEC – Quatro estudos sobre currículos -1972;
- ❖ Planejamento de um Instituto de Educação para a Secretaria de Educação do Espírito Santo – 1970.
- ❖ A pesquisa em Educação – Encontro sobre os Estudos e Pesquisas no ensino de 1º grau. Região Centro Oeste, 1987.

---

<sup>51</sup> Não há registro de datas e motivo pelo qual não foram publicadas.

- ❖ Pesquisas realizadas pelo INEP e problemas do ensino de 2º Grau –Região Sudeste, 1980.
- ❖ Reforma do Curso de Pedagogia – Para a Comissão da Secretaria do Ensino Superior Especial – SESU<sup>52</sup>.

**Trabalhos Escritos e Conferências:**

- ❖ Treinamento, Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário – Anais da 2ª Conferência Nacional de Educação, Porto Alegre, 1966.
- ❖ Por que tanta repetência no 1º ano? Revista “Criança e escola”, nº 21 – Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, Belo Horizonte, 1970.

**Livros:**

- ❖ Ensinando a Matemática a Crianças – Guia para o professor do 1º ano primário – (supervisão), CBPE – INEP, 1967.
- ❖ Ensinando a Matemática a Crianças – Guia para o professor do 2º ano primário – (supervisão), CBPE – INEP, 1967.
- ❖ Método misto para o ensino da leitura e da escrita (coautoria), Companhia Editora Nacional, 1968.
- ❖ Prática na Formação e no Aperfeiçoamento do Professor Primário (coautoria) – Companhia Editora Nacional, 1969;
- ❖ Minha Abelhinha (coautoria) Companhia Editora Nacional, 1969.

---

<sup>52</sup> Idem

**Participação em Grupos de Trabalho e Grupos – TAREFA:**

- ❖ 1ª Comissão de Reforma de Ensino Primário e Médio – Ministério da Educação e Cultura, 1971;
- ❖ Subgerente do GT Pesquisas do INEP, 1973 -1974;
- ❖ Grupo de Estudos das condições econômicas do professor primário e do Ministério da Educação e Cultura;
- ❖ Grupo para elaboração do Programa de Estudos e Pesquisas para o biênio 1974/1975 (Port. 185 de 28/11/1973 – BP de 13/12/1973).

**Participação em Associações ligadas à Educação**

**Membro das seguintes associações:**

- ❖ Associação Brasileira de Educação;
- ❖ Association de Psychologie Sccientique de Langue Française;
- ❖ International Association of Applied Psycology;
- ❖ National Association of Scool Administration.

**Viagens de Estudos e Representações no Estrangeiro**

- ❖ Bolsista da USAID – 1965.
- ❖ Representante do INEP nas reuniões dos Centros de Pesquisas Educacionais da América Latina, no Brasil e em Buenos Aires.

**Representações no País:**

- ❖ Representante do Diretor do INEP no III Encontro de Coordenadores do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio;

- ❖ Representante do MEC na Operação Escola;
- ❖ Representante do INEP no Encontro de Diretores do Ensino Fundamental realizado em Belo Horizonte, 1972;
- ❖ Representante do INEP no I Encontro de Pesquisadores de Educação das Faculdades de Filosofia e Educação dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- ❖ Coordenadora do Encontro de Pesquisadores da Região Centro Oeste -1979;
- ❖ Representante do INEP no I Congresso Brasileiro Piagetiano;
- ❖ Representante do INEP no IV Seminário sobre Estudos e Pesquisas em Educação na Universidade Federal da Bahia;
- ❖ Representante do INEP no Simpósio sobre Pesquisa da em Educação na UERJ.

**Convite para Missões no Estrangeiro**

**Convite da UNESCO para:**

- ❖ Perito em Ensino Primário e Formação do Magistério em El Salvador;
- ❖ Perito em Testes e Medidas para o Centro de Investigaciones Pedagógicas de Buenos Aires;
- ❖ Perito em Formação do Magistério no Iraque;

**Convite da Organização dos Estados Americanos - OEA para:**

- ❖ Perito em Pesquisas Educacionais e Experimentação Pedagógica na República Dominicana.

O extenso currículo demonstra o comprometimento de Lúcia Pinheiro para/com as questões que permeavam o cenário educacional brasileiro à época. Trata-se de uma professora cuja inquietação prevaleceu, sobretudo, no que diz respeito à tentativa de mudança de um sistema de ensino tradicional. Lúcia Pinheiro acreditava que o processo ensino aprendizagem somente seria possível se acontecesse num ambiente propício à transformação, levando em consideração “a influência geral sofrida pela criança, principalmente, quanto à aquisição do gosto pelo aprendido e o interesse por utilizá-lo e desenvolver-se cada vez mais no setor, enfim, o interesse por aperfeiçoar-se, por aprender”. (ATt 52.06.04).

No próximo capítulo, apresentaremos as imbricações das informações do Quadro 02 com a atuação de Pinheiro na Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do CBPE, bem como suas estratégias e desafios, frente ao programa que buscava além de transformar a prática docente, contribuir para a construção do conhecimento dos alunos participantes.

## CAPÍTULO III

### A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério – DAM

A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério tinha por objetivo “organizar uma escola primária que pudesse trazer maior esclarecimento à educação primária em nosso País, firmando dois pontos: o ensino em si e a preparação de pessoal qualificado para ensinar” (ATt 52.06.04).

Na tentativa de elucidar as estratégias adotadas por Lucia Pinheiro enquanto Diretora da DAM buscou-se coletar o máximo de informações sobre a professora bem como, sobre a DAM. Num primeiro momento, elencamos como fonte principal para elaboração deste capítulo, os documentos pessoais de Lúcia Pinheiro que se encontram disponíveis na ABE. Ao digitalizar toda a documentação, tivemos a oportunidade de esmiuçar, e verificar que em sua maioria se tratavam de relatórios de pesquisas realizadas, principalmente, após o período em que contempla este trabalho, e que se não buscássemos outras fontes, seria necessária a mudança de percurso da pesquisa. Foi durante as visitas ao sítio do CPDOC/FGV, e longa procura nos mais de seis mil arquivos de Anísio Teixeira que encontramos os Relatórios da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, assinado por Lúcia Marques Pinheiro. São dois relatórios. Um deles mais abrangente tem como ponto de partida o ano de 1956 e se estende até 1960. Com 52 páginas, dimensiona o quão importante foi esse esforço coletivo para o aperfeiçoamento do magistério, bem como para a renovação do ensino, como almejavam os Pioneiros da Educação Nova. Já o segundo relatório, resumidamente em oito páginas, contempla as ações da DAM durante o ano de 1963.

Através da pesquisa nos documentos, pudemos apreender que Lúcia Pinheiro buscou sistematizar as ações da DAM a fim de que pudessem em consonância com seus estudos e observações, realizados ora no Brasil outrora no exterior, implementar um moderno programa de aperfeiçoamento com ampla abrangência, conforme detalharemos adiante. Esse pensamento está consolidado nas palavras mencionadas pela professora como a realização do sonho de um pouco mais que meia dúzia de professores ali representados

[...] Queriam uma coisa só e a perseguiam há muito tempo, a bem dizer todos os dias durante anos. Talvez a buscassem desde quando se decidiram por essa grande aventura que é ser professor de criança, talvez antes. Quem sabe? Mas o sonho como é natural estava amadurecendo devagar, eles iam

ampliando a própria experiência. Haviam marchado sempre em ritmo de seu tempo e do avanço educacional aqui dentro e lá fora, no estrangeiro, visitando outros países estagiando em escolas norte americanas, italianas, francesas, alemães. Viam tudo de perto, comparavam, criticavam para chegar a conclusões válidas para a criança e a situação brasileiras. (AT t 52.06.04)

E, com propósito de estimular a fomentação de uma nova cultura pedagógica, por meio da formação do professor e de estudos que visavam à reformulação dos métodos de ensino, foram criadas, como primeira estratégia do CBPE, as escolas experimentais. Nosso estudo se desdobrará sobre a escola referência no desenvolvimento e aplicação dessas estratégias: a Escola Guatemala<sup>53</sup>.

Vinculada ao INEP/CBPE/DAM, por uma parceria entre a prefeitura do Distrito Federal (atualmente, Rio de Janeiro), a Escola Guatemala passou a se constituir como órgão de experimentação para o aperfeiçoamento do magistério. Eram realizados cursos com o objetivo de proporcionar aos professores o acesso às novas metodologias de ensino, bem como favorecer a prática docente pautada em estudos científicos realizados no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Tratava de estimular o 'espírito científico' no âmbito do magistério. Cabe ressaltar que o catálogo de cursos que a DAM oferecia contemplava professores, administradores, orientadores educacionais e especialistas em educação. O currículo do curso de aperfeiçoamento do magistério se estruturava assim:

- Filosofia da Educação;
- Prática de Ensino;
- Psicologia;
- Administração Escolar;
- Pesquisa em Sociologia;
- Pesquisa em Psicologia;
- Pesquisa em Administração e Estatística;
- Educação Comparada (comparação com sistemas mais evoluídos);
- Higiene Escolar.

---

<sup>53</sup> Situada à Praça Aguirre Cerda, 55, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro (RJ).

Os cursistas recebiam bolsas de estudo, pois eram oriundos de outros estados da federação, após realizarem o curso, deveriam voltar e colocar em prática o aprendizado, disseminando-o na sua rede escolar de origem.

Como segunda estratégia de ação, a DAM estabeleceu uma política de publicações de livros que permitiam apoio para os professores já que sua temática era voltada para a formação de professores, abordando orientações pedagógicas e práticas de ensino. Lúcia Pinheiro foi autora de alguns desses livros<sup>54</sup>.

Outra importante contribuição foi a reedição, em parceria do INEP/CBPE/DAM e com a CALDEME, dos Guias de Ensino de 1934 e 1935, período em que Anísio foi Diretor de Instrução do Distrito Federal. Foram reeditados:

- Linguagem na Escola Elementar;
- Matemática na Escola Elementar;
- Ciências na Escola Elementar;
- Ciências Sociais na Escola Elementar;
- Jogos Infantis na Escola Elementar.

### **3.1- O locus de atuação da DAM: a escola experimental nº 1 – Escola Guatemala**

A Escola Guatemala foi inaugurada em meados dos anos 1954. A partir de 18 de abril de 1955, através de um convênio com a Prefeitura do Distrito Federal, passou a se constituir como Centro de Experimentação do INEP. A cada ano, de acordo com as demandas e avaliação sobre o trabalho ali desenvolvido, adaptavam-se os horários de funcionamento. Desta forma, nos cinco primeiros anos, a escola funcionou da seguinte maneira:

[...] Para os alunos: turno único de seis horas diárias (9h às 15h) com almoço na própria escola; Para os professores: mais duas horas diárias (8h às 9h e 15

---

<sup>54</sup> Ensinando a Matemática a Crianças – Guia para o professor do 1º ano primário – (supervisão), CBPE – INEP, 1967; Ensinando a Matemática a Crianças – Guia para o professor do 2º ano primário – (supervisão), CBPE – INEP, 1967; Método misto para o ensino da leitura e da escrita (coautoria), Companhia Editora Nacional, 1968. Prática na Formação e no Aperfeiçoamento do Professor Primário (coautoria) – Companhia Editora Nacional, 1969; Minha Abelhinha (coautoria) Companhia Editora Nacional, 1969.



às 16h) para estudos de problemas relacionados com o trabalho escolar e para orientação. [...] Em 1958, para os alunos: das 7h e 30min às 12h e de 14hh às 16h e 30min. Foi suspenso o almoço na Escola em 1958, por haver a Prefeitura reduzido a cota de sua contribuição, passando a almoçar na Escola apenas os alunos que necessitavam desse auxílio, por condição econômica, por morarem distantes ou por condição de trabalho da progenitora. (p. 11)

Como justificativa para a variação dos horários de entrada e saída dos alunos, Lúcia assinala que

[...] foi sempre determinada pela observação das desvantagens apresentadas pela organização adotada a cada ano. Assim as aulas deixaram de iniciar-se as 9h horas, passando a principiar às 7h e 30min, porque se verificou que as crianças permaneciam na praça fronteira à Escola desde às 7, e, às 9 horas, já se achavam cansadas e necessitando alimentar-se [...] na adoção de novos horários foram sempre ouvidos os professores. (p. 13)

De acordo com Lima (2008), cerca de oitocentos alunos frequentavam a instituição, que distribuídos por turmas de acordo com a faixa etária, com no máximo 35 alunos, compunham turmas de alfabetização, de 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries.

A intencionalidade das ações da DAM na Escola era a de romper com a metodologia de ensino tradicional. Para tanto, uma das propostas de trabalho era o Método de Projetos. Fundamentado no Pragmatismo de Dewey, difundido no Brasil por Anísio Teixeira, este método tinha por característica aguçar a curiosidade dos alunos através de uma *situação problema*; despertar no aluno a vontade em solucioná-la, através da *intenção e propósito*; realização em *ambiente natural*, provocando no aluno a sensação de sentido da aprendizagem. Além disso, objetivava o desenvolvimento de atividades desejadas

[...] pela criança e por ela realizada com continuidade planejada, executada e apreciada reflexivamente, com plena participação do aluno, devendo dar margem a experiências educativas adequadamente orientadas pelo professor. A intenção do aluno, a resolução dos problemas surgidos e a realização da atividade em situação real e reflexivamente seriam indispensáveis [...] essas atividades levariam a criança a sentir a ligação necessária entre o viver e aprender, importante para que as tarefas escolares sejam realizadas com a compreensão de seu valor e a criança se habitue e, na vida comum, procurar informar-se e aprender para resolver bem os problemas surgidos [...] favoreceriam as a aplicação nas situações da vida (p.8-9)

Faziam parte do catálogo de projetos realizados “o Banco do Estudante, a Lojinha de Doces, Papelaria Mirim, Correio Escolar, Jornal Quetzal” (LIMA, 2008, p.91). Para Macedo (2007, p.28), a proposta “buscava privilegiar a criação de práticas mais dinâmicas e com

*maior valor educativo e social*, além de dispor ao progresso de um tipo de aprendizagem que levasse o aluno a desenvolver hábitos de estudo, pesquisa e leitura”.

Trabalhar com o “método de projetos” possibilitou a integração entre os alunos da escola, que iniciavam o trabalho junto à classe, e que ao final incorporavam a outros projetos (de outras classes), construindo coletivamente um trabalho amplo e único. Um exemplo dessa construção foi a organização de uma biblioteca, “compreendendo a construção de estante, de fichário, obtenção de livros organização de fichas de consulta e empréstimo, de capa para os livros, marcadores, etiquetagem de livros e etc” (p.8).

No tocante ao quadro efetivo da Escola, de acordo com LIMA (2008, p. 87), a DAM encontrou desafios já que algumas professoras lotadas na mesma, não se adaptaram à nova metodologia e ainda segundo a pesquisadora, era imprescindível que estivessem dispostas a participar desta experiência inovadora

[...] Tal fato deveu-se a não adaptação ao trabalho desenvolvido, provavelmente por não estarem preparadas para atuar num experimento que requeria competências específicas e tempo disponível de estudo. A maioria das professoras regentes da escola pediu transferência e, outras, recém-formadas, foram convidadas a participar do experimento, dispostas a conhecer uma nova forma de trabalho pedagógico.

Macedo (2007, p. 32), assinala que a resistência dos professores ao programa ocorreu, principalmente, por se sentirem receosos e ambivalentes em relação às orientações do INEP. Cabe ressaltar que os professores eram oriundos do Instituto de Educação, e pertenciam a rede municipal de ensino, e ao serem incorporados ao programa desenvolvido na Escola Guatemala, passavam à condição de bolsistas do INEP, concomitantemente. Tal condição, não subsidiou a facilidade na adesão ao processo experimental ali desenvolvido. Em Passos (1996, p. 139), encontramos o relato que revela a angústia da Prof<sup>a</sup> Jane Faria da Veiga:

[...] E a Lúcia Pinheiro durante todo o tempo passava uma, duas horas na nossa sala, assistindo aula. Então cá entre nós, era o mais difícil de tudo. Porque a Lúcia assistindo aula ali, não era fácil! Bolsista a gente aceitava muito bem, estava ótimo! Agora, quando a Lúcia ficava e pegava um papelzinho desse tamanho e ficava escrevendo...

Percebemos pela fala da professora Jane, que ela se sentia incomodada com a presença de Lúcia na sala de aula. Entretanto, se Lúcia assumiu o caráter controlador, justificou que por ser uma metodologia inovadora, necessitava de acompanhamento mais próximo. De acordo

com a intelectual, no que tange ao aperfeiçoamento dos professores da Escola Guatemala estava, principalmente, atenta aos perigos que demonstrassem que:

a) As oportunidades oferecidas nem sempre estariam de acordo com as capacidades das crianças, e conseqüentemente se perderia parte de seu valor educativo, além de criar dificuldades para o professor; b) As atividades intencionais que iríamos experimentar nem sempre ofereceriam o caráter de continuidade e graduação que deve ter as experiências da criança – principalmente em certos setores – para levarem a uma aprendizagem segura; c) Igualmente, nem sempre proporcionariam as oportunidades de fixação e com os intervalos convenientes para que a aprendizagem se desse de maneira eficiente e econômica; d) Esse fato, e mais o caráter das experiências a que levariam (discussões, construções e etc) determinariam um dispêndio de tempo superior ao os outros recursos de educação; e) Atendendo aos interesses das crianças, poderiam ter o perigo de desenvolver um utilitarismo pouco desejável; f) Igualmente, poderiam levar a criança a desvalorizar as pausas para a aprendizagem, que apareciam como obstáculo e à obtenção mais pronta dos objetivos buscados no projeto; g) Seria possível, ainda, que tais atividades levassem as crianças a incapacidade de desenvolver esforço não retribuído logo por um resultado, preparando-a mal para a vida e suas restrições; h) Não permitindo uma sistematização das experiências, o método falharia ou exigiria um tempo muito superior com relação às aprendizagens que a pediriam fundamentalmente, tais como: aprendizagem da leitura, a escrita, e de certos assuntos de matemática, etc e não favoreceriam a aprendizagem sistematizada, de acordo com um programa pré-estabelecido, por seu caráter ocasional; i) Por requerer certa constância de interesses e capacidades de trabalho perseverante, o método não se adaptaria bem ao primeiro ano, em que a criança estaria ainda predominantemente com interesses lúdicos.

De certo que esse seria um entre muitos desafios a serem transpostos por Pinheiro e sua equipe. Conforme detectamos nos relatórios<sup>55</sup>, além da Escola Guatemala, estavam sob a responsabilidade da DAM:

- O programa de aperfeiçoamento de professores, sendo:
  - a) Aperfeiçoamento de professores da Escola Experimental.
  - b) Aperfeiçoamento do magistério dos Estados.
- Estudos e pesquisas sobre a Educação primária;
- Preparação das publicações de assistência técnica ao magistério;
- Colaboração da DAM com órgãos de administração do Estado da Guanabara;
- Auxílio na administração dos Centros Regionais do INEP – CRPE's.

<sup>55</sup> Relatórios da DAM (1956-1960), 1963. Presentes no documento AT t 52.06.04.

Entre 1955 e 1960 a Escola Guatemala, assumindo sua condição de Escola de Demonstração do INEP, recebera, aproximadamente, mil e trezentos visitantes desejosos de conhecer esse projeto ambicioso. A saber:

Cerca de 50 educadores americanos, na maioria professores universitários de Educação Comparada e Técnicos do Ponto IV, especialistas da UNESCO, o secretário de Educação da Guatemala e seus assessores, diretores dos Institutos de educação e Escolas Normais, professores e alunos dos Cursos de Orientação Educacional da Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, professores do Curso de Formação de Professores de Brasília, do Estado da Guanabara e do Rio Grande do Sul os últimos acompanhados de grupos de professorandas, alunos do Curso de Técnica de Ensino do Estado Maior do Exército, professores primários dos Estados, do ex-Distrito Federal, da ABBR, do SENAC e de outras instituições particulares, assistentes sociais e professorandas dos Estados e desta capital. (p. 25)

### **3.2- O programa de aperfeiçoamento de professores**

#### **a) Aperfeiçoamento de professores da Escola Experimental**

Durante o ano de 1955, buscou a coordenação da DAM apresentar para os professores lotados na Escola Guatemala, os “aspectos relativos ao histórico e fundamentos do método, vantagens do mesmo e discussão de problemas de sua aplicação, ocorridos na Escola Experimental Barbara Ottoni”<sup>56</sup> (AT t 52.06.04). Nesse sentido, num primeiro momento, o curso seguiu nos moldes de seminário, o que possibilitou a compreensão do que estava sendo proposto. Eram também utilizados os relatórios dessa escola, promovendo “ilustração” e debate.

Os professores da Escola Guatemala eram encorajados a apresentar suas dúvidas e dificuldades, que eram discutidas. Algumas leituras foram feitas

---

<sup>56</sup> Uma das mais relevantes tentativas de inovação na Educação brasileira pode ter sido a Escola Experimental Bárbara Ottoni, um experimento de Anísio Teixeira, que se realizou no Rio de Janeiro nos anos de 1930. Fonte: COUTINHO, M. A. G. C. ; PORTILHO, Lydia ; SIQUEIRA, Sônia Aparecida . Escola Experimental Barbara Ottoni: um estudo de caso. Disponível em < <http://revistatessituras.com.br/arquivo/Escola%20Experimental.pdf>>Acseco em 10 nov 2015.

em conjunto, seguidas de comentários e discussão. Dirigiu este trabalho a professora Helena Moreira Guimarães, ex editora da Escola Experimental Barbara Ottoni, que também realizava visitas às classes para verificar a reação dos professores. (AT t 52.06.04, p. 15)

Durante os anos que seguiram participaram como palestrantes, Dona Juraci Silveira, ex-diretora da Escola Experimental México, que orientou os professores sobre como se aplicava o Método de Projetos.

Cabe ressaltar que nos anos iniciais do experimento, cada professor “de classe” dispunha de um orientador. Em 1957, Pinheiro se encarregou, pessoalmente, da orientação geral. Ela relata que na “primeira quinzena foram eles deixados inteiramente sem auxílio dos orientadores, verificando-se que nem todos ainda estavam seguros no desenvolvimento das atividades de classe em toda a sua amplitude” (AT t 52.06.04, p. 16)

A principal dificuldade que estava posta por volta de 1957, era justamente, porque alguns professores não perceberam que pela concepção do “método de projeto” seria necessário que o aprendente desejasse assimilar o conteúdo, ou seja, a intenção do aluno era condição *sine qua non* para que o experimento tivesse êxito. Como estratégias para a resolução desse problema, a equipe optou pela realização discussões sobre os projetos e programas, recorrendo aos fundamentos psicológicos e filosóficos; procurou sugerir uma variedade de projetos possíveis, valorizando-os de acordo com seu grau de dificuldade e conveniência para determinadas turmas.

Paralelamente às aulas, seminários e encontros para a discussão do andamento do processo de ensino aprendizagem, os professores participavam de um programa de aperfeiçoamento que abrangia:

1956 – Música para a Escola primária, Recreação e Jogos, Psicologia da Infância, alguns problemas do Ensino das Ciências na Escola Primária, Artes Industriais na Escola Elementar;

1957 – Ensino da Matemática, Psicologia da Infância;

1958 – Ensino da Matemática, Ensino da Linguagem;

1959 – Geografia do Brasil e Distrito Federal, Português.

O Relatório não menciona se a partir de 1960 o programa de aperfeiçoamento (paralelo) foi descontinuado. Entretanto, ressalta que a tarefa de orientação dos professores e “controle do trabalho executado” procurou, a partir desse ano, a ser planejada de acordo com a necessidade dos professores em “participar pessoalmente desse trabalho” (p. 17). As reuniões semanais com o corpo docente e com os estagiários bolsistas do curso de aperfeiçoamento dos estados, prosseguiram ininterruptamente, buscando a exposição, bem como a avaliação do sucesso dos trabalhos realizados.

Em 1963, quatro professores da escola foram convidados pela chefe do 12º Distrito Educacional para realizarem palestras com o objetivo de demonstrar o material didático sobre o Ensino da leitura da Escola, bem como sobre orientações para as atividades de Estudo Dirigido.

Nesse ano, a Escola recebeu aproximadamente 115 visitantes, dentre eles professores da Stanford University, professores de Educação comparada de Utah, Illinois, Ohio, Califórnia, Kansas, Havá e Alaska.

#### **b) Aperfeiçoamento do magistério dos Estados.**

Em maio de 1959, se deu o início ao estágio para os professores que se preparavam para lecionar nas Escolas Experimentais dos CRPE's e outras instituições. Sendo cinco estagiários para a Escola Primária de Demonstração do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco; três estagiários para a Escola de Aplicação de Escolas Normais do Rio Grande do Norte; um estagiário e para as classes experimentais do Centro Regional de São Paulo; e ainda duas orientadoras de ensino do Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, “que ficariam encarregadas de orientar Escolas Experimentais a serem criadas pelo referido centro, no interior do Estado” (AT t 52.06.04, p.23).

Compunha a grade curricular do curso orientações sobre o ensino de Linguagem; Matemática; Estudos Sociais, Recreação e Música na Escola Elementar. Também tiveram aula de Português. “Além disso, participaram das reuniões semanais com todo pessoal em exercício na Escola” (AT t 52.06.04 p. 24)

Em 1960, havia o quantitativo de dez bolsistas, provenientes dos Estados: sendo um do Ceará; três do Rio Grande do Norte; dois da Paraíba; um da Bahia; e três do Paraná. Estes

também se preparavam para retornar aos seus Estados na condição de trabalharem em Escolas de Demonstração ou em escolas Normais.

Não encontramos relatórios referentes aos anos 1961 e 1962. Cabe ressaltar que, como já mencionado, em 1961, Pinheiro esteve em viagem pelo Programa de Missões de Estudos sobre Planejamento Educacional, realizado na Espanha, Itália e França. A seguir, trazemos duas cartas: a primeira, em que Anísio pede autorização para que Lúcia possa se ausentar, representando o país, no programa de Missões Educacionais, sem a perda dos vencimentos. E a segunda carta que traz os comentários de Lúcia Pinheiro sobre a viagem bem como, sobre os desdobramentos dos seminários lá assistidos.

AT 1961.11.22/2

Minuta

of. 6614  
22/11/61

Senhor Ministro,

A Professora Lucia Marques Pinheiro, Técnica de Educação, referência 18, do Quadro Permanente deste Ministério, e Chefe da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, foi designada pelo Ministério das Relações Exteriores para integrar, na qualidade de Conselheiro de Assuntos Educacionais, a delegação brasileira que, a convite da UNESCO, participará do Programa de Missões de Estudo sobre Planejamento Educacional, a ser cumprido a partir de 1º de dezembro próximo, durante 4 meses, na Espanha, Itália, Suíça e França, sob o patrocínio daquela organização.

Assim, dada a importância que aquele plano de estudo e observação apresenta para o desempenho das funções a cargo da servidora em questão, venho solicitar a Vossa Excelência a fineza de determinar as providências necessárias à obtenção da competente autorização Presidencial para que a Profª Lucia Marques Pinheiro se ausente do país durante o período citado, em cumprimento de sua missão, sem perda dos vencimentos e demais vantagens do cargo que ocupa. Saliento, na oportunidade, que a viagem será realizada sem ônus para o serviço público, uma vez que correrão por conta da UNESCO todas as despesas de passagens internacionais e manutenção dos participantes do projeto.

Aguardo Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência a expressão da minha mais elevada consideração.

AT.

Figura 6 - Carta de Anísio Teixeira a Antônio Ferreira de Oliveira Brito solicitando autorização presidencial para Lúcia Marques Pinheiro poder se ausentar do país sem perda de vencimentos a fim de participar do Programa de missões de estudo sobre planejamento educacional.

Fonte: CPDOC/FGV



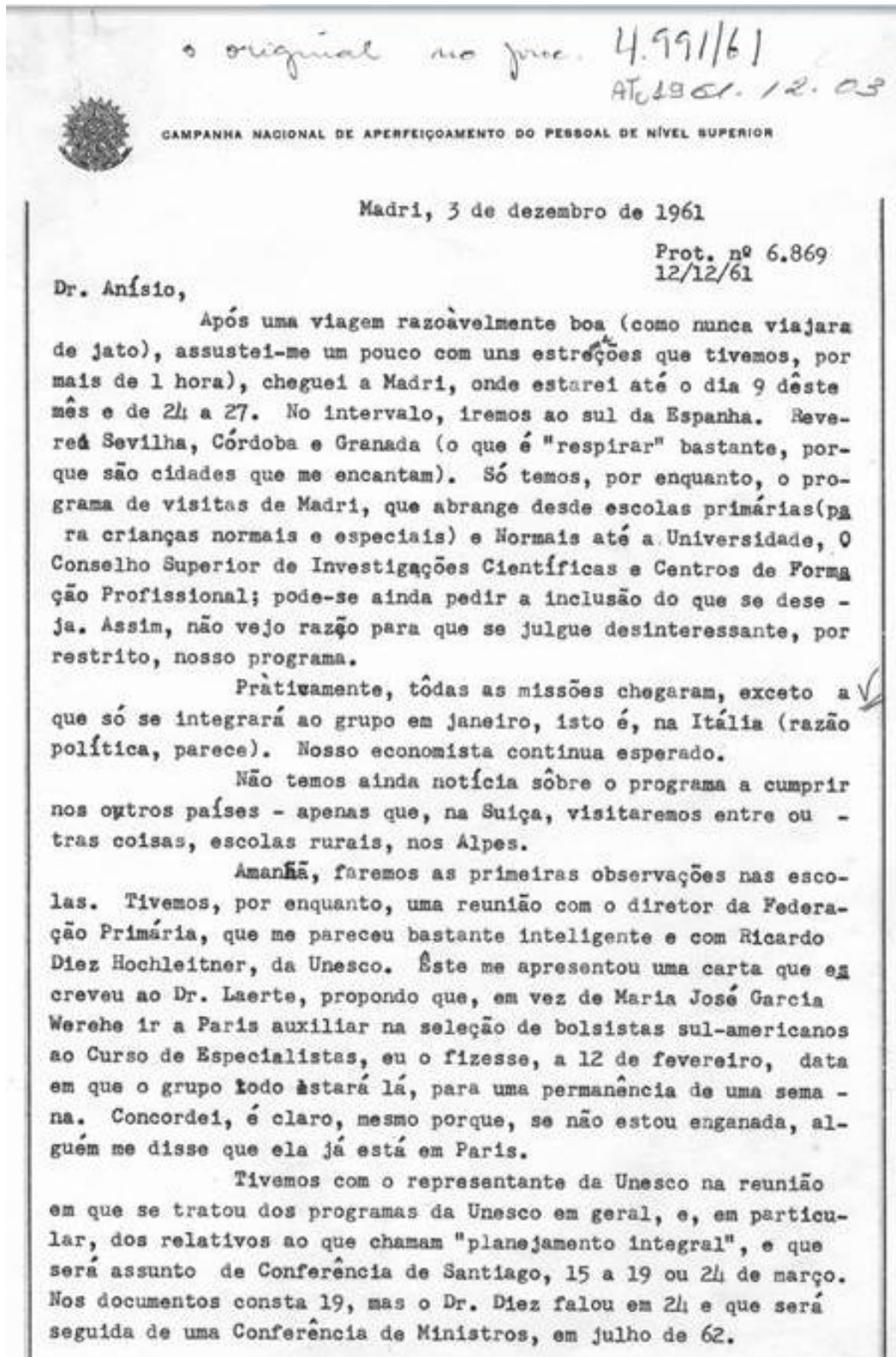


Figura 7- Carta de Lúcia a Anísio Teixeira comentando a sua viagem à Espanha como participante de "missão educacional". Madri (Espanha).

Fonte: CPDOC/FGV



Recebemos um documento, que foi dito ainda modelo sobre a conferência (o qual lhe envio separadamente) e a fôlha anexa (EX) pelo qual se vê que serão discutidos problemas econômicos, sociais e educacionais - êstes amplamente, em todos os níveis, e, em particular, o problema da formação de profissionais (mão de obra) de pessoal para os serviços de educação, administração, financiamento, etc.

Pelo que o Dr. Díez nos informou, os documentos de trabalho são inúmeros, elaborados pela CEPAL, pela FAO, pela OEA, pelos técnicos que na Inglaterra e na Itália mais se destacaram no assunto.

9 O propósito principal da Conferência, a meu ver, é a criação, em cada país, de um órgão encarregado dêsse planejamento (o que será recomendado aos Ministros). Na pg. 24 do trabalho que lhe mandarei (Planeamiento integral de la educación en relación con el planeamiento económico e social) isso fica claro. Assim, convém estarmos atentos.

Para a reunião vai ser pedida documentação, naturalmente um tanto à última hora. O Dr. Díez pediu-nos que, por correspondência, fôssemos tentando providenciá-lo. Não temos, porém, maiores informações do que ou que constam dêsse documento e da fôlha anexa.

Nosso programa termina a 2 de março, 5ª feira da semana anterior ao Carnaval. Portanto, parece-me que deveremos permanecer aqui até pelo menos a 4ª feira de Carnaval (é horrível chegar aí nesses dias) ou mesmo até o próximo sábado, porque, perdendo 2 dias de trabalho (5ª e 6ª). Voltaremos 9. Pensamos ir à Inglaterra (Londres) onde se está fazendo um trabalho muito significativo no setor de planejamento e principalmente de pesquisa educacional na F. de Educação e, se der tempo a algum outro país (talvez a Alemanha) onde haja cousas que valha a pena ver, especialmente no ensino primário (a oportunidade de será única porque D. Graciema sabe alemão).

Penso que talvez seja bom se ir pensando na delegação que irá a Santiago. D. Graciema lembrou o Dr. Pilê, que ela considera bom não só quanto a ensino superior, mas também quanto ao secundário.



CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Já pedi, e espero que me enviem antes de chegarmos a Paris, o plano de emergência do MEC.

Diga o que o senhor pensa do projeto de estender até a semana do Carnaval nossa permanência, porque se nossa visita não foi financiada pela Unesco teremos de ir fazendo um pouquinho de economia.

O Dr. Díez falou-nos de um projeto da Unesco de sugerir nossos nomes para a Conferência de Santiago. Não sei se o fará e nos pareceu muito estreito o intervalo: chegarmos a 4 para a 5 estarmos no Chile. Tendo que fazer novas malas (para o verão) e nos pormos a par de toda a documentação a levar no sábado de Carnaval. Isso foi objetado por um colega, mas parece que não poderá haver mudança de data. Talvez se possa chegar um pouco atrasado, creio.

O sr. já recebeu alguma documentação a respeito?

É claro, estou pelo que o senhor achar melhor. Espero poder respirar bastante esse arzinho frio, que, nos Alpes, principalmente, nos dará um novo alento.

Muito obrigada por suas boas intenções e lembranças ao Almir e Carolina. Muito cordialmente,

Sua amiga

Lucia

P.S. Muitas lembranças de D. Graciema.

Washington Hotel

Avenida José Antonio 72 - Madri

Apesar de extensos, utilizamos os documentos originais de forma integral para a compreensão da relevância do trabalho de Lúcia Pinheiro à frente da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

Em 1963, o programa de aperfeiçoamento prosseguiu, com ênfase nos recursos para o ensino de Linguagem; para a individualização no Ensino de Matemática; trabalho em grupo, estudo dirigido; e teatro escolar. Cabe ressaltar que neste período as reuniões, em sua maior parte, eram conduzidas pelos professores.

Ainda neste ano, prosseguiu a preparação para a publicação dos guias para os professores:

- Guia de Ensino da Matemática na escola Primária;
- Guia de Ensino dos Estudos Sociais na escola primária;
- Guia de Ensino das Ciências na Escola primária;
- Guia de Ensino de Linguagem na Escola Primária;
- Psicologia para professores primários.

Sobre os Guias de Ensino, observamos em LIMA (2008, p.97) a menção de que

[durante o curso] na hora de estar ensinando o como ensinar, se ensinava os próprios conteúdos que elas deveriam ensinar aos alunos porque senão não dá né? Então tínhamos aquela idéia, aquela responsabilidade nelas, elas próprias procuravam as coisas, etc. Dr. Anísio também fazia muita questão (...) quando o curso terminava, elas levavam uma série de livros, elas não iam de mãos abanando!<sup>57</sup>

Neste mesmo ano, Pinheiro enviou ao gabinete do Ministro da Educação um parecer sobre regulamentação sobre a utilização de livros didáticos. O parecer contribui para o entendimento da intelectual no tocante à variedade de livros e outros materiais didáticos nas salas de aula.

---

<sup>57</sup> Entrevista cedida por Maria do Carmo Marques Pinheiro, professora da Escola Guatemala irmã de Lúcia Pinheiro.

Atc 1258-06-00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em de junho de 1963.

Trata o presente processo - nº 1258/63 - de proposta do vereador João de Oliveira Viegas no sentido de que se regulamente o uso dos livros didáticos, adotando-os pelo espaço mínimo de 3 a 5 anos.

A proposta parece prender-se à prática pouco recomendável de adoção de um livro único por uma turma ou série, quando se deveria favorecer a leitura de vários livros, trocados pelos alunos entre si, quando não dispusessem de recursos, ou constantes de uma biblioteca de empréstimo, para a qual o aluno contribuiria minimamente, a menos que perdesse ou inutilizasse o livro sob sua responsabilidade.

A regulamentação pedida é impossível em face da Lei de Diretrizes e Bases que consagra a autonomia do professor em matéria didática. É pela livre competição entre o professor competente e o menos competente, pela opinião pedagógica dominante no magistério que se irá fazer a seleção do livro didático. O Ministério pela publicação dos seus manuais de ensino oferece aos professores sugestões capazes de guiá-los nessa seleção. É tudo que pode fazer na matéria. O progresso só poderá vir com a crescente competência do magistério, a se conseguir pelo seu permanente aperfeiçoamento.

Lucia Marques Pinheiro  
Diretor da DAM

Ao Gabinete do Sr. Ministro.

Anísio S. Teixeira  
Diretor do INEP

Figura 8- Carta de Lúcia Pinheiro ao Gabinete do Ministro da Educação.  
Fonte: CPDOC/FGV

Desta forma, é possível avaliar a importância da DAM no projeto anisiano para o INEP/CBPE. Mais ainda, é relevante aquilatar a presença de Lucia Marques Pinheiro no âmbito do Ministério da Educação por um tão longo período de tempo. As considerações finais desta dissertação refletem as dificuldades de trânsito por um tema, até então, não devidamente explorado. Reflete, também, a existência de dados brutos que demandariam um prazo maior para serem explorados e, por fim, a necessidade da continuidade desta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a trajetória de Lúcia Marques Pinheiro foi, sem dúvida, um prazeroso desafio. Digo prazeroso porque ao estudar e vivenciar os problemas educacionais no tempo presente e ao deparar com uma intelectual com a dedicação que vimos no tempo passado foi revelador e inspirador. Especialmente, por se tratar de uma pessoa que teve uma convivência acadêmica e profissional com Anísio Teixeira e soube absorver o que ele tinha para ensinar. Numa via de mão dupla, também contribuiu de forma decisiva com o projeto de Teixeira sobre a formação de professores no Brasil.

Ao me referir como desafio, ressalto o meu compromisso na busca pelos arquivos, pela história de vida e por informações biográficas de uma intelectual, que apesar da contribuição para a educação brasileira, foi pouco estudada. Aliás, nesta pesquisa, pude observar que outros intelectuais envolvidos com o CBPE ou o com INEP - como Péricles Madureira de Pinho e Almir de Castro – também estão por esperar um olhar mais apurado no que concerne à historiografia da educação brasileira.

Pensando em proporcionar uma leitura agradável, dividi o trabalho em três eixos, procurando em cada um percorrer, cronologicamente, os caminhos trilhados por Pinheiro. Ênfase que a expressão “caminhos trilhados” encontra-se no plural porque, como vimos, a intelectual e objeto de estudo dessa pesquisa atuou entre os anos 1955-1964, em várias frentes de trabalho, acumulando cargos e funções no âmbito do Ministério da Educação.

No primeiro eixo, com as informações biográficas, cedidas por sua irmã e também professora, Maria do Carmo Marques Pinheiro, apresentei as circunstâncias e o contexto da formação de Lúcia Pinheiro; trouxe para o corpo do texto a estrutura curricular do curso de formação do professorado primário, do qual Pinheiro se formou em 1936. Essa estrutura encontra-se presente no artigo escrito por Lourenço Filho, em 1937: “A formação do professorado primário” e integra o acervo LF pi LOURENÇO 1937.03.00, disponível no CPDOC/FGV; contextualizei o feliz encontro acadêmico da aluna com o mestre Anísio Teixeira; as bases filosóficas de Teixeira bem como os cargos públicos pelo qual passou antes de assumir a Direção do INEP em 1952; abordei as fases do concurso para Técnico em Educação, do qual se configurou a porta de entrada de Pinheiro no INEP; o detalhamento das informações, que em sua maioria se encontrava no currículo disponível no acervo pessoal na ABE, porém sem menção de datas, foi necessária a feitura do cruzamento deste currículo com

as informações encontradas em seu nome em noventa e três edições do Diário Oficial da União; seus primeiros trabalhos escritos e conferências; a continuidade de seus estudos, ora no Brasil, ora no exterior e suas representações em Congressos e Missões Educacionais.

Vimos que de acordo com Dubar (1997) as experiências e as interações socialmente vivenciadas, assim como o convívio no grupo familiar ou em outros grupos têm influências na construção identitária do indivíduo. Nesse sentido, se fez necessária a contextualização da trajetória acadêmica e profissional de Pinheiro em consonância com o contexto histórico dos anos 1930. Procurou-se estabelecer relação entre a trajetória de Pinheiro imbricada a um sucinto panorama histórico dos campos político, econômico e educacional no Brasil no arco de tempo de 1930 a 1964.

Considero essencial o exercício da contextualização, ainda que de forma breve, entrelaçados pelas experiências vivenciadas, por acreditar que as ações políticas e econômicas desenvolvidas à época, incidiram diretamente na construção histórica da educação brasileira. A exemplo disso, destaco a atuação de Francisco Campos, que ao ser indicado por Getúlio Vargas à Pasta de Ministro da Educação, baixou o Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, acatando a reivindicação da Igreja Católica em ministrar o ensino religioso nas escolas públicas.

Apesar dos questionamentos em torno da ação de Campos como um membro do Movimento Escola Nova, que traria ao ensino público o caráter dual, Saviani (2011) ressalta que tal fato não causa estranheza, por conta dos precedentes históricos. Segundo esse autor a “Igreja estava contemplada no projeto de hegemonia industrial [...] em desempenhar um grande papel de papel no esclarecimento sobre as necessidades do País” (p. 196).

Outro ponto comum entre as ações política, econômica e educacional, está presente no plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o lema “50 anos em 5” que buscou redefinir o setor industrial e operou esforço para a qualificação de mão de obra, com o objetivo de suprir as necessidades das indústrias. Aqui vale insistir na afirmação: o modelo nacional-desenvolvimentista foi econômico, político mas, também, atingiu o processo educacional haja vista que a educação é um ato político.

Como segundo eixo, este trabalho apresentou a chegada, propriamente dita, de Pinheiro no INEP. Para tanto, senti a necessidade de contextualizar os marcos da história do INEP, desde a sua criação, em 1937, a criação, em 1955, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no âmbito do INEP, até os anos do enfraquecimento paulatino do referido



Centro em parte por questões endógenas e em parte por ocasião do golpe civil-militar de 1964 que não extinguiu o CBPE, mas extinguiu os Centros Regionais que eram os diferenciais da instituição (o CBPE foi extinto em 1977); as publicações de Pinheiro na Revista brasileira de Estudos Pedagógicos; por fim, tornou-se imperativa a sistematização das gestões de Lourenço Filho (1937-1945), Murilo Braga (1945-1952) e Anísio Teixeira (1952-1964) à frente do INEP. Cabe ressaltar que o ponto chave deste capítulo está na direção que Teixeira imprimiu à Instituição, colocando em prática o seu pensamento reformador e, ao mesmo tempo, promovendo a transformação do Instituto.

A dinâmica da gestão de Teixeira solidificou a independência do INEP face à burocracia do MEC e um processo de democracia institucional a partir da criação do CBPE e dos Centros Regionais (CRPEs), conforme já assinalado, descentralizando as ações, fortalecendo sua intenção de intervenção no sistema de ensino do País organizando “um projeto extremamente arrojado e inovador para a época que buscou configurar a unidade dentro da diversidade, o nacional, a partir do regional” (GOUVÊA 2012, p. 41).

A atuação de Lúcia Pinheiro no cargo de Técnico de Educação, bem como a incessante vontade em aprender propiciaram, em 1954, o convite para a Coordenação de Cursos do INEP. No tocante à sua formação importa ressaltar que por volta dos anos 1950 era Bacharel e Licenciada em Pedagogia e Filosofia, e em 1952 deu início aos estudos na França. No cargo de Técnico de Educação, Pinheiro ensaiou as estratégias que desenvolveria mais tarde como diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

Ao redigir o Relatório da Coordenação de Cursos do INEP, que corresponde aos anos 1947 a 1958, a professora revelou que o Programa se dividiu em três fases, sendo a primeira a partir de 1947, onde se percebeu a necessidade de realização do mesmo para suprir as necessidades dos estados em relação à falta de orientadores e administradores; a segunda fase se iniciou em 1952, com a chegada de Teixeira ao Instituto, que o transformou numa “rede interdependente” (GOUVÊA, 2012), promovendo a reorganização dos cursos, fazendo com que se baseassem no estágio em serviço.

Nesta nova modalidade, tiveram os cursistas a oportunidade de observar os problemas da profissão, assim como as maneiras de solucioná-los. Como terceira e última fase, Pinheiro aponta a sua chegada à Coordenação, em 1954. A partir desse momento, o documento assinado por Pinheiro passa a não se configurar como um simples instrumento de análise sobre que até ali fora realizado, mas de proposição de um plano de ação mais contundente,

atingindo: a) Formação e Aperfeiçoamento de Administradores Escolares e Especialistas em Educação; b) Aperfeiçoamento e Professores de Escolas Normais ou Institutos de Educação e Orientadores de Ensino; Preparação de Professores para as Escolas de Demonstração; Colaboração no Plano de Extensão da Escolaridade Primária; Preparação de Professores para o Ensino Emendativo; Cursos Intensivo nos estados; Aperfeiçoamento de Professores para a Escola Experimental do INEP do Distrito Federal; Preparação de Pessoal no estrangeiro para o CBPE e os CRPE's do INEP.

Ao finalizar o eixo dois deste trabalho, tive a nítida sensação de que as estratégias propostas pela Coordenação dos Cursos do INEP, a partir de 1954, configuraram a gênese da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério. Importa ressaltar que, segundo o documento analisado, no período de 1947 a 1958 o INEP qualificou 447 profissionais.

O eixo três aborda o trabalho de Pinheiro como Diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério. A escolha dos documentos analisados se configurou fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, vislumbrei analisar os documentos pessoais, disponíveis no acervo da ABE. Entretanto, ao obter autorização para a digitalização, percebi que se tratavam de documentos relacionados ao período posterior ao contemplado nesta pesquisa. Como o meu foco estava em torno de seu trabalho na DAM, enveredei pela busca de fontes que levassem diretamente ao período proposto.

Durante longa pesquisa nos mais de seis mil arquivos, disponíveis no acervo de Anísio Teixeira, no sítio do CPDOC/FGV, encontrei os relatórios da DAM. Trata-se de dois relatórios: o primeiro, que abrange o período de 1956 a 1960, dimensionava a importância do esforço coletivo para o aperfeiçoamento do magistério, assim como para a renovação do ensino, como desejavam os Pioneiros da Educação Nova. O segundo relatório abarcava questões centrais no tocante aos cursos e publicações da DAM.

Sobre o trabalho de Pinheiro na DAM, afirmo se tratar da implementação de um moderno programa de aperfeiçoamento para o magistério nacional que procurou associar a prática docente pautada em estudos científicos, realizados no âmbito da Ciências Humanas e Sociais e no desenvolvimento de novas metodologias de ensino, fundamentadas no experimentalismo de Dewey.

O *locus* de atuação da DAM foi a Escola Guatemala que, através de um convênio com a Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), passou a se constituir órgão de experimentação do INEP. Na Escola, eram realizados cursos de: a) aperfeiçoamento para os

professores ali lotados que além de serem remunerados pela Prefeitura, pelo cargo de professor, passavam à condição de bolsista do INEP; b) para professores oriundos de outros estados que ao final deveriam retornar e disseminar o aprendizado.

No que se refere à prática de ensino, a intenção da DAM era romper com a metodologia de ensino tradicional. Para tanto, uma das propostas de trabalho era o Método de Projetos. Nessa proposta, os principais objetivos eram aguçar a curiosidade do aluno através de situação problema; despertar no aluno a vontade em solucionar; realizar, preferencialmente, em ambiente natural; provocar no aluno a sensação de sentido da aprendizagem. Assim sendo, foram desenvolvidos projetos que contemplavam, além de outros, a Biblioteca Escolar, o Banco do Estudante, a Lojinha de Doces e o Correio Escolar.

O projeto inovador trouxe significativas mudanças à Escola Guatemala. Alguns professores que não se adaptaram solicitaram transferência, enquanto outros que permaneceram se propuseram a experimentar a nova metodologia de ensino. Ainda assim, Pinheiro enfrentou resistência e angústia por parte dos colaboradores. Passos (1996) revela a interlocução de uma professora que se sentia incomodada com a observação insistente de da Diretora da DAM na sala, durante às aulas.

Além das ações apresentadas aqui, fazia parte do catálogo de responsabilidades da DAM, os estudos e pesquisas sobre a Educação Primária; a preparação das publicações de assistência técnica do magistério; colaboração com órgãos de administração do Estado da Guanabara; Auxílio na administração dos Centros Regionais do INEP –CRPE's.

Guardadas as devidas críticas pelo controle excessivo por parte de Pinheiro, assinalamos que se faz necessário o exercício de se reportar ao tempo histórico em que elas foram praticadas. Ao refletir sobre as situações vividas à época com mentalidade que temos hoje, reduzimos a capacidade de entender o que de fato estava posto naquele tempo histórico.

O que de fato presenciemos foi a capacidade desta professora articular, tanto no Distrito Federal (Rio de Janeiro), quanto em outros estados, a disseminação da prática pedagógica pautada na experimentação, no desejo pelo estudo e, principalmente, no sentido que a escola e a aprendizagem devem e deveriam ter na vida do aluno. Além da valorização da formação inicial e continuada dos professores em exercício. Pressupostos que se encontram parcialmente contemplados no modelo educacional atual.

A partir dos documentos aos quais tive acesso na ABE, não explorados nesta pesquisa, seja por configurarem outro período na historiografia da educação brasileira, e ainda pela

complexidade do estudo, considero ser interessante a continuidade da pesquisa de investigação da trajetória de Lúcia Marques Pinheiro, até a sua aposentadoria no ano de 1987. Certamente, uma empreitada que exigiria mais tempo para a consecução, embora eu a considere uma necessária contribuição à historiografia da educação brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **A. ARQUIVOS:**

1. Arquivo privado organizado pelo CPDOC/FGV/RJ

ARQUIVO ANÍSIO TEIXEIRA (códices)

- Série Correspondência

AT c 1961.11.22/2 - Anísio Teixeira a Antônio Ferreira de Oliveira Brito (22/11/1961)

AT c 1961.12.03 – Carta de Lúcia Pinheiro a Anísio Teixeira (03/12/1961)

AT c 1963.06.00 - Carta de Lúcia Pinheiro ao Sr. Ministro (06/1963)

-Série Fotografias

AT foto 035 – Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, Lúcia Pinheiro e outros na inauguração do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

AT foto 038 – Sessão de recebimento do diploma de conselheiro vitalício da Associação Brasileira de Educação.

- Série Temáticos

AT Teixeira t 52/00.64:

Programa de aperfeiçoamento de pessoal – 1947-1958

Relatório dos trabalhos realizados pela Coordenação dos Cursos do INEP – 1956-1960

Relatório da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério 1956-1960

Relatório da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério 1963

## ARQUIVO LOURENÇO FILHO

- Série Produção intelectual

LF pi LOURENÇO 1937.03.00 – Formação do professorado primário

## 2- ARQUIVO PESSOAL DE LÚCIA MARQUES PINHEIRO – Organizado pela ABE

- Trabalhos realizados pela pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas – Área de Educação, 1985.

Pasta 1 – Currículo Vitae;

Série – Renovação da Escola de 1º grau:

Ensino por atividades: um programa experimental para a 1ª série;

Ensino por atividades: um programa experimental para a 2ª série;

Ensino por atividades: um programa experimental para a 3ª série;

Ensino por atividades: um programa experimental para a 4ª série;

Série – Pesquisas e Monografia:

Programa de 1ª série: dosagem, apresentação e preparação do professor;

Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Leitura;

Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Matemática;

Dificuldades dos alunos de 1ª série do 1º grau – Ortografia;

Eficácia de Métodos e recursos para o ensino de leitura, ortografia e redação na 1ª série.

## B. TESES E DISSERTAÇÕES

GOUVÊA, F. C. F. **Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil.** Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio. 2001.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Tudo de novo no front: o impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964).** Tese de Doutorado - Departamento de Educação, PUC-Rio. 2008.

LIMA, Cecília Neves. **A formação de professores no Distrito Federal: os cursos da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM/CBPE/INEP) nos anos de 1955 a 1964.** Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

MACEDO, Roberta de Barros do Rego. **As orientações pedagógica e psicopedagógica no contexto da Escola de demonstração do INEP no Rio de Janeiro, nas décadas de 1950/1960.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2007.

PASSOS, Cléo de Oliveira. **Escola Guatemala: uma conversão do olhar para a construção do currículo de uma escola experimental.** Tese Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1996

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947).** Rio de Janeiro, 2007. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_. **Dos Comitês Populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura Popular (1958-1964): Uma História Comparada.** Rio de Janeiro, Tese.Doutorado em História Comparada.Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

XAVIER, Libânia Nacif . **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960).** Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio. 1999

## C. LIVROS

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura: parte 3.** São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

BRANDÃO, Zaia, MENDONÇA, Ana Waleska (orgs.) (1997). **Por que não lemos Anísio Teixeira?** Rio de Janeiro: Ravil.

BRITTO, Jader de Medeiros. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): espelho da ação do INEP. In: MORAES, Jair Santana (Org); ROTHEN, José Carlos; BRITTO, Jader de Medeiros; GIL, Nathália de Lacerda; XAVIER, Libânia Nacif; MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **O INEP na visão de seus pesquisadores**. Coleção Inep 70 anos, v. 3. Brasília: INEP, 2008, p.31-42.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP. 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes. 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. São Paulo: Difel. 1990.

CURY, C. R. J. A formação docente e a educação nacional. In: Dalila Andrade Oliveira. (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. 1aed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v., p. 125-142.

DUBAR, Claude. A socialização. **Construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

ESTUDOS e as pesquisas educacionais no Ministério da Educação e Cultura [Os]. **Educação e Ciências Sociais, Boletim do CBPE**, v. 1, n. 1, p.5-50, mar. 1956.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida LIMA. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954,1955,1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org) - **O Brasil Republicano.V.3** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org) – **O Brasil Republicano.V.3** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954,1955,1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org) - **O Brasil Republicano.V.3** Rio de Janeiro :.. Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar de. "O moderno, o democrático e o pedagógico segundo o pensamento autoritário brasileiro: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral". In: *Da Micro-História à História das Idéias*. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 1999a.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Entre os dois brasis: currículos e práticas escolares**



**no ideário do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964).** In: OTRANTO, Celia Regina; FAZOLO, Eliane; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Muito além do jardim: educação e formação nos mundos rurais. Seropédica: EDUR, 2012, p. 33-52.

GONDRA, José G. MAGALDI, Ana Maria. (Org). A Reorganização do Campo Educacional no Brasil. Manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

LEITE FILHO; Aristeo; SANTOS, Pablo Bispo dos; GOUVÊA, Fernando. Quando os documentos falam... ouve-se até o silêncio: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no Inep/CBPE (1952-1964). In: MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; XAVIER, L. N. Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960. Brasília: Inep, 2008.

MENDONÇA, A. W. P. C. (Org.) ; XAVIER, Libânia Nacif (Org.) . **Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP/MEC dos anos 1950/1960.** 1. ed. Brasília: INEP/MEC, 2008

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, s/d.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores, sindicatos e política.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org) - O Brasil Republicano.V.3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor,** Coleção Ciências da Educação, Porto Editora. 1991.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação.** Bragança Paulista: EDUSF. 2000.

\_\_\_\_\_. Prioridade número um para a educação popular. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 5ª edição, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Anísio Teixeira In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). **Dicionário de educadores do Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ. 1999.

PRESTES, Anita Leocadia .. "O golpe de 29/10/1945: derrubada do Estado Novo ou tentativa de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira?". In: **Escritos sobre história e educação** - Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Campus, 2001b.

\_\_\_\_\_. "Os comunistas e a Constituinte de 1946 - por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946". In: **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):** Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010b.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme. Différence et démocratie.** Paris: Flammarion, 1994.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Prefácio In. NUNES, Clarice (Org.) **Educação e o mundo moderno.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira . **História da Educação no Brasil (1930 - 1973).** Petrópolis, Vozes. 1980.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Francisco. **Enciclopédia de guerras e revoluções. vol II: 1919-1945: a época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).** 1ª. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2015

XAVIER, Libânia Nacif. Manifestos, cartas, educação e democracia. In: GONDRA, José G. MAGALDI, Ana Maria. (Org). **A Reorganização do Campo Educacional no Brasil. Manifestações, manifestos e manifestantes.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

#### **D. ARTIGOS DE JORNAIS**

JORNAL DO BRASIL (19/12/1936). Nota sobre: A formatura das professoras primárias – 1936.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – De 10/05/1938 à 08/01/1964 – Trajetória de Lúcia Pinheiro –Ver Anexo.

#### **E. ARTIGOS DE REVISTAS**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais,** Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, nº 1 ao nº 81, 1952-1964.

COUTINHO, M. A. G. C. ; PORTILHO, Lydia ; SIQUEIRA, Sônia Aparecida . **Escola Experimental Barbara Ottoni: um estudo de caso.** Revista Tessituras, v. 3, p. Artigo 6, 2011.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. “Dr. Anísio, ele pensava e executava”: a trajetória de Anísio Teixeira no campo da formação de professores no Brasil (1924-1950). **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, UFRJ - v. 4, n. 8, 2009.

\_\_\_\_\_. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: criação, intervenção e legitimação nos planos regional, nacional e internacional (1955-1964). **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 35, p. 191-213, 2013.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA (1984). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 150, p. 407-425.

MEC – Organização do Ministério de Educação e Cultura (1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 34, n. 80, pp.100-118.

NUNES, Clarice. "Anísio Teixeira: a poesia da ação". *Revista Brasileira de Educação*, nº 16, jan-abri., 2001

PINHEIRO, Lúcia Marques. A homogeneização de classes na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 12, n.34, p.82-139, set/dez, 1948.

\_\_\_\_\_. Aplicações da psicologia à educação: origem dos sentimentos de insegurança e angústia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. XV, nº 41, p. 54, jan.- março, 1951.

\_\_\_\_\_. Tendências do ensino universitário de pedagogia nos países da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. XXI, nº 58, p. 48, jan.- março, 1954.

TANURI, Leonor M., História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. V.14, p. 61-88, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif . A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 19, p. 827-849, 2014

## F. LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil, bem como sobre o regime universitário.

BRASIL. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a Universidade do Distrito Federal.

BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

BRASIL. Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931. Restabelece o ensino religioso nas escolas públicas.

BRASIL. Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamentando a profissão de contador, e outras providências.

BRASIL. Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

BRASIL. Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. Decreto-Lei nº 38.460 de 28 de dezembro de 1955. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. MEC. Relatório Quinquenal do Ministério da Educação e Cultura (1956-1960).  
Brasília, 1960.

## **G. DIVERSOS**

BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: Rumo a uma pedagogia pós-moderna? Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400005&lng=pt&nrm=iso)>.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. Apresenta textos do educador, homenagens e depoimentos prestados sobre a vida e obra de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira> .

CARTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, 1946 in GONDRA, José G. MAGALDI, Ana Maria. (Org). A Reorganização do Campo Educacional no Brasil. Manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

IBICT. Teses on-line. Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Apresenta projetos, programas e possibilita acesso a diversos textos através de sua biblioteca virtual. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>

JULIA, D. “**La culture scolaire comme objet historique**”, *Paedagogica Historica. International journal of the history of education* (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995).

LIMA, C. N. . Formação Continuada e Experimentalismo Pedagógico: a escola Guatemala nos anos de 1950/1960. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR**, 2006

LIMA, C. N. . Formação de Professores e Aperfeiçoamento do Magistério: os cursos do INEP/CBPE nos anos de 1950-1960. In: **I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro**, 2008, Niterói.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apresenta programas, projetos, legislação e ações do ministério referente a todos os níveis de ensino. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Coleção geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Rio de Janeiro, 1999. Base de dados em Microisís.

REIS, Andrea. **Estudo comparativo sobre os sentidos e desafios da formação docente no ensino presencial e no ensino à distância**. Monografia (Graduação) Licenciatura em Pedagogia da UFRRJ, Seropédica. 2013

SÃO PAULO, Estadão. A biografia da pedra no meio do caminho. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-biografia-da-pedra-no-meio-do-caminho-imp-644329> >. Acesso em: 19 jun 2015

SAVIANI, Demerval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares**, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008.

TANURI, Leonor M., **O ensino normal no estado de São Paulo : 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP. 1979

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Catálogo geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Rio de Janeiro, 1999.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. **A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil**. Forum Educacional. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em < <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/federal.html> > Acesso em 20 jan 2015.

**ANEXO A: Panorama dos Diários Oficiais da União, em ordem cronológica, referente à atuação de Lúcia Marques Pinheiro na Educação pública brasileira<sup>58</sup>.**

<b>Descrição</b>	<b>Assunto</b>
<b>DOU 10/05/1938 - Pág. 21 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Dias de exercício, faltas e licenças dos Orientadores de Educação Elementar em 1937.
<b>DOU 21/06/1938 - Pág. 9 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Relação provisória do tempo de serviço dos estagiários, em 1937, até a data da nomeação efetiva.
<b>DOU 19/01/1939 - Pág. 18 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Restitua-se deixando traslado. *Entendido como ordem de pagamento, deixando comprovante do recebimento.
<b>DOU 15/03/1939 - Pág. 9 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Dispensa da do exercício na escola primária do Instituto de Educação e designada para o Departamento da Educação.
<b>DOU 22/03/1939 - Pág. 11 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Designada para a Escola 9-8 Pernambuco.
<b>DOU 10/04/1939 - Pág. 7 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Exercício dos professores primários em 1938.
<b>DOU 12/05/1939 - Pág. 10 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Relação provisória dos professores primários que, até 15-12-1938, não completaram o estágio exigido pelo decreto 5.126, de 24-9-1934.
<b>DOU 02/06/1939 - Pág. 99 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Matricula no Curso de Letras Neolatinas.
<b>DOU 03/06/1939 - Pág. 13 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Relação definitiva dos professores primários que, até 15-12-1938, não completaram o estágio exigido pelo decreto n. 5.125, de 24 de setembro de 1934: Número de ordem /Número de dias de estágio.
<b>DOU 07/08/1939 - Pág. 9 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Justificativa de falta.
<b>DOU 16/10/1939 - Pág. 14 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Relação das professoras inscritas no Curso de Literatura Infantil a cargo da professora diretora Cecília Meireles Correia Dias.
<b>DOU 23/01/1940 - Pág. 11 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Expediente do dia 22 de janeiro de 1940. Despachos do Sr. Diretor: Lúcia Marques Pinheiro – Sim, deixando traslado.

<sup>58</sup> Fonte: Disponíveis no sítio < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/?ref=navbar>> Acesso em 13 out 2014.

<b>DOU 04/06/1940 - Pág. 11 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Retirar certidão – Protocolo e arquivo.
<b>DOU 18/06/1940 - Pág. 17 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Exercício dos professores primários em 1939.
<b>DOU 09/07/1940 - Pág. 78 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Aprovação de inscrição no concurso para provimento em cargos da classe Inicial da carreira de Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde.
<b>DOU 29/07/1940 - Pág. 42 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Convocação para a prova de sanidade e de capacidade física do concurso de técnico de educação.
<b>DOU 14/09/1940 - Pág. 36 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Pede que sejam anexados ao processo de sua inscrição cinco exemplares impressos da monografia apresentada no prazo regulamentar em exemplares datilografados. Deferido. Em tempo oportuno a banca examinadora deverá deliberar sobre a conveniência de aceitar os exemplares tendo em vista a identidade de seu texto com os anteriormente apresentados.
<b>DOU 30/10/1940 - Pág. 60 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Convocação para prova escrita de seleção do concurso de Técnicos de Educação – Instituto de Educação
<b>DOU 01/02/1941 - Pág. 51 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Resultado da prova escrita de seleção do concurso de Técnicos de Educação.
<b>DOU 04/02/1941 - Pág. 112 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Resultado para a prova de sanidade e de capacidade física do concurso de técnico de educação.
<b>DOU 08/04/1941 - Pág. 69 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Resultado apresentado pela Banca Examinadora, do julgamento das monografias.
<b>DOU 30/04/1941 - Pág. 43 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Prova de habilitação de defesa oral da monografia.
<b>DOU 10/06/1941 - Pág. 24 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Convido os senhores funcionários constantes das relações abaixo à retirarem no Setor A, Edifício Andorinha — 7º andar — sala 720, suas portarias, no prazo improrrogável de (8) oito dias, a contar da presente publicação.
<b>DOU 17/07/1941 - Pág. 52 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Convocação para prova escrita de habilitação – INEP
<b>DOU 30/07/1941 - Pág. 60 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Resultado da prova escrita de habilitação – INEP
<b>DOU 25/08/1941 - Pág. 52 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Para conhecimento dos interessados, que é a seguinte a classificação dos candidatos, de acordo com o art. 17 das Instruções Especiais do referido concurso: Lúcia Marques Pinheiro foi a 1ª colocada dos candidatos do Distrito

		Federal.
	<b>DOU 06/10/1941 - Pág. 9 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Inscrição para a Primeira Série de Palestras de Divulgação das Atividades do C.P.E.
	<b>DOU 18/11/1941 - Pág. 23 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Pedido de homologação da classificação concurso de Técnico de Educação. OBS: Um dos candidatos pediu revisão de nota.
	<b>DOU 18/11/1941 - Pág. 72 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Homologação da classificação concurso de Técnico de Educação.
	<b><u>DOU 02/01/1943 - Pág. 20 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Colação de grau “Bacharel” em 30.12.1942 no Curso de Pedagogia da Universidade do Brasil.
	<b><u>DOU 02/08/1943 - Pág. 48 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Convocação para o Curso Especial de Seleção.
	<b><u>DOU 31/12/1943 - Pág. 24 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Colação de grau “Pedagogia” pela Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. Em 23.12.1943.
	<b><u>DOU 27/04/1944 - Pág. 4 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Autorização do Presidente Getúlio Vargas, em 14.04.1944: Lúcia Marques Pinheiro Técnico de Educação I, do Q.P.
	<b><u>DOU 17/05/1944 - Pág. 12 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Promoção por merecimento: De acordo com o art. 47 do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939: Lúcia Marques Pinheiro, do cargo da classe I da carreira de Técnico de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde; ao cargo da classe J dessa carreira, criado pelo Decreto lei n.º 6.341, de 11 de março de 1944.
	<b><u>DOU 14/06/1945 - Pág. 13 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Mary Santos Silva para exercer, interinamente, o cargo da classe I da carreira de Técnico de Educação do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção de Lúcia Marques Pinheiro.
	<b><u>DOU 11/09/1945 - Pág. 18 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Membro da Banca Examinadora da Prova de habilitação para extranumerário mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público - Assistente de Seleção.
	<b><u>DOU 06/11/1945 - Pág. 4 - Seção 1 - Diário Oficial da União</u></b>	Tornar sem efeito o Decreto de 12 de junho de 1945, que nomeou Mari Santos Silva para exercer, interinamente, o cargo da classe I da carreira de Técnico de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção de Lúcia Marques Pinheiro.
	<b>DOU 18/05/1946 - Pág. 34 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Aprovação no 1º Concurso de Habilitação de 1946: Curso de Ciências Sociais pela Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia.
	<b>DOU 29/06/1946 - Pág. 26 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Ofícios N.º 309, de 23 do mês p. findo, do D. A. sobre o adiantamento de Cr\$500.000,00 ao técnico de educação L. com exercício no Instituto Nacional do Livro, Lúcia Marques Pinheiro, para despesas com a organização da



		"Biblioteca Científica" e outras publicações, nos meses de abril a junho deste ano (PG. 2.692). — O Tribunal ordenou o registro do adiantamento. Foram votos vencidos os Srs. Ministros Ruben Rosa e A. Alvim Filho, que recusavam registro porque as despesas estão sujeitas ao registro prévio.
<b>DOU 02/09/1948 - Pág. 26 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Classificação, por ordem de antiguidade, dos ocupantes da carreira de Técnico de Educação do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, organizada de acordo com o parágrafo único do art. 11 e artigos 21 e 44 do Decreto n.º 24.646, de 10 D. O. de 17 de março de 1948. 13º. Lúcia Marques Pinheiro -1.459 dias.
<b>DOU 09/12/1948 - Pág. 23 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		REGISTRO DE PROFESSOR: N.º 84.791-48 - Lúcia Marques Pinheiro- Deferido, em Matemática, nos 1º e 2º ciclos, e Filosofia, no 2º ciclo.
<b>DOU 10/01/1949 - Pág. 53 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Colação de grau "Filosofia" pela Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. Em 20.12.1948.
<b>DOU 26/12/1949 - Pág. 40 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Colação de grau "Filosofia" pela Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. Em 08.12.1949.
<b>DOU 07/07/1950 - Pág. 5 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Compareça para ciência: Nº1.020.534-50-Lúcia Marques Pinheiro - mat. 23.350.
<b>DOU 02/10/1951 - Pág. 4 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Of. 3.295 - Divisão do Pessoal ref. a Lúcia Marques Pinheiro (1.016.846) – Indeferido.
<b>DOU 18/01/1952 - Pág. 72 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Registro de Diplomas: Nº 6.907-5: Lúcia Marques Pinheiro
<b>DOU 23/01/1952 - Pág. 54 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		PR 6.623-32 - E.M. n.º 91, de 21-a-52, do M.E.S., submetendo processo, no qual - opina favoravelmente, em que LUCIA MARQUES PINHEIRO, Técnico de Educação, classe L, do Q. P. do mesmo Ministério, lotado na Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação, solicita autorização para ausentar-se do país, no gozo de férias. "Sim". (Rest. proc. ao M.E.S. em 23-1-52).
<b>DOU 23/01/1952 - Pág. 6 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Publicação idem à anterior.
<b>DOU 25/04/1952 - Pág. 5 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Concessão de processo: Lúcia Marques Pinheiro – Processo 1.067.726.
<b>DOU 15/07/1952 - Pág. 6 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		PR 61.149-52 — E.M. n.º 822, de 14 de junho de 1952, submetendo processo em que, atendendo à solicitação do Ministério das Relações Exteriores, solicita autorização para que DULCIE KANTTZ VIANA, LUCIA MARQUES PINHEIRO e LUZIA CONTARDO DA FONSECA, Técnicos de Educação, os dois primeiros classe L e o último classe J. do Q.P. do mesmo Ministério, lotados no Departamento Nacional de Educação, possam ausentar-se do país,

		sem prejuízo de seus vencimentos, pelo prazo de dois meses, a fim de tomarem parte, como representantes brasileiros, no Seminário Internacional de Educadoras, a realizar-se nos Países Baixos, no próximo mês de agosto, sob o Patrocínio da U.N.E.S.C.0 "Sim," (Rest. proc. ao M.E.S. em 16 de julho de 1952).
<b>DOU 26/08/1952 - Pág. 7 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		PR 77.329-52 — E.M. nº 34, de 25 de agosto de 1952, submetendo processo em que LUCIA MARQUES PINHEIRO, Técnico de Educação, classe L, cio Q.P. do M.E.S., lotado no Departamento Nacional de Educação, solicita autorização para ausentar-se do país, sem prejuízo de seus vencimentos, pelo prazo de um ano, a fim de, beneficiando-se de uma bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Governo Francês, realizar, no Instituto de Psicologia da Sorbonne, o Curso de Psicologia e um estágio prático no Curso Psicopedagógico do Liceu Claude Bernard. "Sim." (Rest. processo ao M.E.S. em 27-8-52).
<b>DOU 15/07/1954 - Pág. 14 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Serviço de Correspondência 5-R. I Processo N. 4.756.308-54 - Lúcia Marques Pinheiro e outros - Rua Almirante Cokrane, 254
<b>DOU 29/07/1954 - Pág. 22 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		O Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, do Ministério da Educação e Cultura, usando da atribuição que lhe confere o item IX do artigo 13 do Regimento aprovado pelo Decreto Nº. 26.974, de 28-7-49, resolve reconduzir, a título precário, a partir de 1-3-54, os professores abaixo Mencionados, nas funções de “professores especializados”, constante da tabela aprovada pelo Sr. Ministro e publicada no Diário Oficial de 18-5-54, com a remuneração de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), por hora de aula ministrada aos alunos do Curso Normal previsto pelo art. 7º do Regimento do I.N.S.M., regulamentado pela Portaria n. 26 de 15-6-51, publicada no Diário Oficial de 18 6-51.
<b>DOU 15/01/1955 - Pág. 49 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Departamento do Pessoal Serviço de Seleção - EDITAL N.º 135-13 Concurso para Professor de Ensino Técnico 542ª- Lucia Marques Pinheiro.
<b>DOU 24/05/1955 - Pág. 38 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos— INEP do Ministério da Educação e Cultura, e o Governo do Estado de Minas Gerais, para manutenção do Centro Regional do INEP de Minas Gerais; Lúcia foi testemunha da assinatura do Termo.
<b>DOU 10/06/1955 - Pág. 20 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Parecerista na sessão do Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Livro, realizada em 11 de maio de 1955, sobre a aquisição do livro “Evolução Sexual da Criança”.
<b>DOU 14/06/1955 - Pág. 46 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP — do Ministério da Educação e Cultura, e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a manutenção do Centro Regional do I.N.E.P. do Rio Grande do Sul; Lúcia foi testemunha da assinatura do Termo.
<b>DOU 15/06/1955 - Pág. 9 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Comparecimento ao Grupo Escolar para recebimento do atestado requerido.
<b>DOU 18/06/1955 - Pág. 40 - Seção 1 - Diário</b>		Termo aditivo ao do acordo, celebrado em 20 de abril de 1955, entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a.

	<b>Oficial da União</b>	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência da Bahia de Salvador. Lúcia foi testemunha da assinatura do Termo.
	<b>DOU 01/07/1955 - Pág. 37 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	EDITAL N. 212 Concurso para professor de Ensino Técnico 4-54 (Concurso básico curso técnico) - Disciplina de: História e filosofia da educação. O Chefe do Serviço de Seleção comunica aos interessados que ficam as inscrições, abaixo, para a disciplina de História e Filosofia da Educação, do Concurso para Professor do Ensino Técnico Curso Técnico Curso básico
	<b>DOU 26/07/1955 - Pág. 50 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Reitoria da Universidade de São Paulo, para a manutenção do Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério de São Paulo. Lúcia foi testemunha da assinatura do Termo
	<b>DOU 27/07/1955 - Pág. 44 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Concurso para Professor de Ensino Técnico (Curso Básico e Curso Técnico) Relação dos candidatos cujas inscrições foram aprovadas e que poderão fazer a prova de História e Filosofia da Educação. Faço público, para conhecimento dos interessados, que ficam aprovadas as inscrições no Concurso para Professor de Ensino Técnico (Curso Básico e Curso Técnico) em História e Filosofia da Educação, abaixo mencionadas: 12- Lúcia Marques Pinheiro – Inscrição nº 542.
	<b>DOU 02/08/1955 - Pág. 46 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para a manutenção do Centro Nacional de Aperfeiçoamento do Magistério. Obs.: Neste documento constam os objetivos do Centro.
	<b>DOU 03/08/1955 - Pág. 33 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	EDITAL N.º 263 Concurso para professor de Ensino técnico (Curso Básico e Curso Técnico). Relação dos candidatos inscritos na disciplina "Psicologia Educacional"
	<b>DOU 26/10/1955 - Pág. 4 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	DESPACHOS DO DIRETOR Em 24 e 25 de outubro de 1955 N. 1.030.392-55 - Lúcia Marques Pinheiro. - Indeferido, tendo em vista os pareceres. N. 1.030.836-55 - Lúcia Marques Pinheiro. - Indeferido, tendo em vista o parecer.
	<b>DOU 05/11/1955 - Pág. 5 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	N. 1.038.028-55 — Lucia Marques Pinheiro. Indeferido. No caso de ser feito pela requerente recurso administrativo será providenciado no sentido de serem anexados ao processo respectivo, todos os, documentos que foram mencionados Se for julgado necessário. Quanto a "órbita judiciária" serão fornecidas ao Juízo competente as informações por ele solicitadas
	<b>DOU 03/01/1956 - Pág. 5 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Departamento do Pessoal DESPACHOS DO DIRETOR: Dia 2-1-56 N. 1.039.018-55 - Lúcia Marques Pinheiro
	<b>DOU 23/01/1956 - Pág. 2 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	Departamento do Pessoal DESPACHOS DO DIRETOR Dias 19 e 21-1 56

		Processo N. 1.038503-55 — Lúcia Marques Pinheiro — Indeferido, tendo em vista o Serviço de Seleção.
<b>DOU 25/01/1956 - Pág. 3 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Departamento do Pessoal DESPACHO DO DIRETOR Dias 23 e 24 de janeiro de 1956 Processo. N. 1.938.503-55 — Lúcia Marques Pinheiro — Indeferido, tendo em vista o parecer do Serviço de Seleção.
<b>DOU 14/03/1956 - Pág. 4 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		DESPACHOS DO SECRETARIO GERAL N. 1.039.017-55 - Lucia Marques Pinheiro. - Indeferido face o parecer do D. P. S
<b>DOU 14/08/1956 - Pág. 2 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		DESPACHOS DO PREFEITO Na S. G.A. Expediente de 11 de agosto de 1956. Processo N.º 1.003.751 56 - Lúcia Marques Pinheiro. - Indeferido, de acordo com o parecer. Arquive-se.
<b>DOU 30/08/1957 - Pág. 5 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Exposição de Motivos: PR 46.201-57 - N.º 913, de 14 de agosto de 1937. Submete processo em que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos solicita autorização para afastamento do País, pelo prazo de seis meses e sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, dos Técnicos de Educação JOAO HOBELTO MOREIRA E LUCIA MARQUES PINHEIRO, Coordenador do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Chefe da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do mesmo Centro, respectivamente, para realizarem viagem de estudos e observações, o primeiro à Europa e a segunda aos Estados Unidos da América. "Autorizo, sem ônus para os cofres públicos. EM 26-8-57". (Rest. proc. M.E.C., em 30-8-57).
<b>DOU 06/12/1961 - Pág. 16 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Nº 1.369, de 28 de novembro de 1961. Submete processo que LÚCIA MARQUES PINHEIRO. Técnico. De Educação, nível 18, lotada no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; solicita autorização para ausentar-se do país, pelo prazo de quatro meses, a partir de 1º de dezembro do corrente ano, a fim de que possa aceitar a designação feita pelo Ministério das Relações Exteriores para integrar, na qualidade de Conselheiro de Assuntos Educacionais a delegação brasileira que participará, a convite da UNESCO, do Programa de Missões de Estudos sobre planejamento Educacional, esclarecendo que os estudos programados se realizarão na Espanha, Itália, Suíça e França. "Autorizo 1-12-61". (Rest. ao MEC. em 7-12-61).
<b>DOU 14/11/1963 - Pág. 130 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Série de Classes: Técnico de Educação (204 cargos 102 vagas) Ordem Alfabética: 63- Lúcia Marques Pinheiro
<b>DOU 08/01/1964 - Pág. 19 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Lúcia Marques Pinheiro. Técnico de Educação, nível 18-13
<b>DOU 29/12/1965 - Pág. 52 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		REFERÊNCIA I: Funcionários do Quadro de Pessoal deste Ministério, lotados no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a partir de 12 de julho de 1953: Técnico de Educação, nível 18-B -Lúcia Marques Pinheiro.

	<b>DOU 11/07/1966 - Pág. 11 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Série de classes: Técnico de Educação Código: EC-701.22-C 81 cargos: 23- Lúcia Marques Pinheiro
	<b>DOU 29/03/1967 - Pág. 4 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	<p>Comissão - de Acumulação de Cargos          PROCESSO N9 12.923-e5          Interessada: Lúcia Marques Pinheiro.          É lícita a acumulação aos cargos de Técnico de Educação MEC e Professor do Ensino Técnico do Estado da Guanabara lecionando Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério.  <b>PARECER</b>          Trata o presente processo da situação de Lúcia Marques Pinheiro, que acumula os cargos de Técnico de Educação, nível 22-C, do M E.C. e Professor de Ensino Técnico do Estado da Guanabara.</p> <p>2. Em razão do primeiro cargo encontra-se em exercício no INEP, dirigindo a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, onde cumpre o horário de 12 às 19 horas.</p> <p>3. Como Professora de Ensino Técnico do Estado da Guanabara, a servidora se encontra também à disposição do INEP, tendo no último ano letivo lecionado "Problemas do Ensino Primário", no 1º Centro Experimental do INEP, onde cumpriu o horário de 8 às 11 horas. As atribuições do cargo estadual de Professor do Ensino Técnico, segundo, consta do processo, consistem em lecionar Administração Escolar no Curso de Formação de Diretores de Escola, curso esse integrante dos Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério, do Instituto de Educação.</p> <p>4. Assim sendo, mesmo afastada de sua função estadual a servidora se acha exercendo também função de magistério no INEP, lecionando matéria pertinente à que lhe coube no Estado da Guanabara.</p> <p>5. Trata-se, pois de acumulação de cargo técnico-científico de Técnico de Educação com outro de magistério, hipótese excepcionalmente permitida pelo art. 185 da Constituição de 1946, desde que se comprove a compatibilidade de horários e correlação de matérias.</p> <p>6. Conforme se mencionou, são compatíveis os horários de exercício. Verifica-se, também, a ??? de matérias, pois os assuntos que constituem a atribuição do cargo Estadual — "Problemas do Ensino Primário" ou "Administração Escolar" são também pertinentes ao conhecimento especializado do Técnico de Educação.</p> <p>8. A vista do exposto opinamos no sentido de que se considere lícita a presente acumulação, com a advertência de que a mesma deve ser revista, principalmente com relação a compatibilidade de horários quando cessar o afastamento da servidora na esfera estadual.</p>
	<b>DOU 21/12/1967 - Pág. 11 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	GABINETE DO MINISTRO PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 1967. N.9 748 - Designar o Professor Edson Franco, Secretário-Geral do Ministério, o Professor Carlos Mascaro Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o os Professores Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Lúcia Marques Pinheiro e Lira Paixão, para constituírem Comissão que, sob a presidência do

		primeiro, elaborará as bases de documento relativo e, proposta de criação da Diretoria do Ensino Primário.
	<b>DOU 29/10/1969 - Pág. 134 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	Série Classes de Técnico de Educação: 82 cargos 23. Lúcia Marques Pinheiro
	<b>DOU 24/11/1972 - Pág. 8 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	O Presidente da República, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Mérito Educativo, resolve: ADMITIR: De acordo com o Decreto n.º 69.495, de 5 de novembro de 1971 No Quadro Efetivo da Ordem Nacional do Mérito Educativo, as seguintes personalidades, nos graus Indicados: Cavaleiro: Dentre outros professores, está Lúcia Marques Pinheiro
	<b>DOU 29/12/1972 - Pág. 145 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	CONTRATO N9 94-A Resumo do Contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e a Editora Companhia Editora Nacional com a finalidade de publicar, em coedição, o título Minha Abelhinha, de Lúcia Marques Pinheiro, Maria do Carmo M. Pinheiro, Risoleta F. Cardoso e Almira Ele B. da Silva com a tiragem total de 27.000 (vinte e sete mil) dos quais 20.773(vinte mil, setecentos e setenta e três) cabem ao I N. devendo ser entregues até 20 de dezembro de 1972 e os demais serão' comercializados pela Editora ao preço unitário de Cr\$3,20 (três cruzeiros e vinte centavos) que deverá obrigatoriamente estar afixado na quarta capa, ficando prevista como despesa total do I.N.L para a coedição indicada o montante de Cr\$ 43.623,68 (quarenta e três mil, seiscentos e vinte e três cruzeiros e sessenta e oito centavos) conforme empenho n° 138-72 de 19 de outubro de 1972, ficando ainda definida a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Editora não cumpra o contrato. As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato e respectivos anexos que foram assinados 14 de novembro de 1972 por Maria Alice Barroso, pelo I. N. L., por Lindolfo M. Ferreira pela Editora e pela testemunhas Iria Odete Borges e Ozeti Marianelli Brezinski.
	<b>DOU 31/05/1974 - Pág. 8 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	O Presidente da República, resolve Nomear: De acordo com o artigo 12, item III da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952: Lúcia Marques Pinheiro, Técnico de Educação, nível 22-C, do Quadro de Pessoal elo Ministério da Educação e Cultura, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Coordenador do Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente – do mesmo Ministério, previsto pelo Decreto n° 71.407, de 20 de novembro de 1972. Brasília, 30 de maio de 1974;
	<b>DOU 23/02/1976 - Pág. 68 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	MEC - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP QUADRO PERMANENTE GRUPO: PESQUISA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CATEGORIA FUNCIONAL: PESQUISADOR EM CIENCIAS SOCIAIS E

		<p>HUMANAS          CLASSE: P ESQUISADOR, CÓDIGO: PCT -203. 5          NUMERO DE FIXOS PREVISTOS NA LOTAÇÃO: 4 (*a) (1 vago previsto na lotação)          FAIXA GRADUAL: I          1 - Lucia Marques Pinheiro N° do CPF 000313807</p>
	<b>DOU 21/09/1976 - Pág. 44 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	<p>Termo de Contrato que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura, e a INFORMEC — Informática Organização &amp; Métodos Consultoria Ltda., objetivando a prestação de serviços técnicos especializados, concernentes ao Programa de Pesquisas em Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, daquele Instituto. Lúcia foi testemunha da assinatura do Termo.</p>
	<b>DOU 03/01/1978 - Pág. 5 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	<p>Indeferimento “ex-officio” do pedido de habilitação profissional; 8371-69: Lúcia Marques Pinheiro.</p>
	<b>DOU 18/05/1979 - Pág. 14 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	<p>O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, resolve: N.0 458 — Designar a Professora Lúcia Marques Pinheiro para integrar a Comissão de Administração do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), na qualidade de Suplente, como representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em substituição à Professora Elza Rodrigues Martins.</p>
	<b>DOU 26/09/1979 - Pág. 29 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>	<p>O Secretário de Ensino Superior, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto na Portaria Ministerial nº 231 de 30 de março de 1979, RESOLVE: Nº 62 - Designar a Professora Lúcia Marques Pinheiro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais para integrar a Comissão de Ensino da Área de Educação.</p>
	<b>DOU 09/05/1980 - Pág. 13 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	<p>PORTARIA No, 294, DE 7 DE MAIO DE 1980          O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 49 do Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972, alterado pelo Decreto nº 70.826, de 13 de julho de 1972,          RESOLVE;          Designar o professor MILTON DE ANDRADE SILVA, ocupante do cargo em comissão de Diretor da Divisão de Pessoal do Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais (INEP) Código DAS-101.1, para integrar a Comissão de Administração do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), na qualidade de Suplente, como representante do referido Instituto, em substituição à Professora Lúcia Marques. Pinheiro.</p>
	<b>DOU 02/09/1981 - Pág. 33 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>	<p>Progressão Horizontal, a partir de 19 de setembro de 1981, aos servidores abaixo relacionados do Quadro e Tabela Permanentes deste Instituto, na forma a seguir especificada:          CLASSE DE. PESQUISADOR</p>

		Lucia Marques Pinheiro DA Ref. NS -23 PARA Ref. NS-24.																	
<b>DOU 05/09/1983 - Pág. 17 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Progressão Vertical, de acordo com o artigo 2º e Seu parágrafo único, combinado com os artigos 19 e 25; item I e II, do Decreto 84.669, de 29 de abril de 1980, com efeitos retroativos, a partir de 19 de setembro de 1983, No Quadro Permanente deste Instituto, da classe de Pesquisador, NS-22, para Classe Especial, referência -NS-23, da Categoria Funcional de Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas, código PCT-203 mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, Lúcia Marques Pinheiro																	
<b>DOU 01/07/1986 - Pág. 42 - Seção 2 - Diário Oficial da União</b>		Referente à aposentadoria de Lúcia Marques Pinheiro:  <div style="text-align: center;"> <p>RELAÇÃO DAS APOSENTADORIAS RETIFICADAS PELA PORTARIA Nº 620, DE 30-06-86, DO SENHOR DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">PROCESSO Nº</th> <th rowspan="2">NOME E MATRÍCULA</th> <th colspan="3">PORT. A SER RETIFICADA</th> <th rowspan="2">DO QUE CONSTOU</th> <th rowspan="2">PARA CONSTAR</th> </tr> <tr> <th>Nº</th> <th>DATA</th> <th>D.O.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>23026.003396/86-43</td> <td>QUADRO PERMANENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS LÚCIA MARQUES PINHEIRO</td> <td>519</td> <td>03.06.86</td> <td>04.06.86</td> <td>Artigos 101, item III e 102 item I, letra a, observado</td> <td>Artigo 101, item III e 102 item I, letra a, da Consti</td> </tr> </tbody> </table> </div>	PROCESSO Nº	NOME E MATRÍCULA	PORT. A SER RETIFICADA			DO QUE CONSTOU	PARA CONSTAR	Nº	DATA	D.O.	23026.003396/86-43	QUADRO PERMANENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS LÚCIA MARQUES PINHEIRO	519	03.06.86	04.06.86	Artigos 101, item III e 102 item I, letra a, observado	Artigo 101, item III e 102 item I, letra a, da Consti
PROCESSO Nº	NOME E MATRÍCULA	PORT. A SER RETIFICADA			DO QUE CONSTOU	PARA CONSTAR													
		Nº	DATA	D.O.															
23026.003396/86-43	QUADRO PERMANENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS LÚCIA MARQUES PINHEIRO	519	03.06.86	04.06.86	Artigos 101, item III e 102 item I, letra a, observado	Artigo 101, item III e 102 item I, letra a, da Consti													
<b>DOU 24/09/1987 - Pág. 73 - Seção 1 - Diário Oficial da União</b>		Processo submetido Plenário, para votação, na do Regimento Interno, art. 94, item. III e 102. APOSENTADORIA 16 - TC-008.978/86-7 Lúcia Marques Pinheiro  VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro do respectivo ato, de acordo com os pareceres.																	